

Itaperuna/RJ | Volume 13 | nº 1



REVISTA
Transformar

CENICE Centro de
Iniciação
Científica e
Extensão



© Copyright: Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE) Esta revista ou parte dela não pode ser reproduzida por qualquer meio sem autorização por escrito do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE).

Centro Universitário São José de Itaperuna Rua Major Porphírio Henriques, 41 –
Centro Itaperuna – RJ – CEP: 28.300-000
Tel: (22) 3811-0700 cenice@fsj.edu.br

FICHA CATALOGRÁFICA

REVISTRA TRANSFORMAR.

REVISTA TRANSFORMAR/ Revista do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE) – Itaperuna, RJ, v. 13, n. 1, jan./jul. 2019.

220 fl.

Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ), Fundação São José (FSJ), 2019.

E-ISSN: 2175-8255.

Periódico. Pesquisa. Extensão. Produção Científica.



CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ DE ITAPERUNA (UniFSJ)

Jader Almeida da Silva

Presidente da Fundação Educacional e Cultural São José (FSJ)
Reitor do Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ)

Hudson de Oliveira Costa

Pró-Reitor Acadêmico

José Maria Cardozo

Secretário

Ismenia Linhares Rezende Almeida

Subsecretária

Joane Marieli Pereira Caetano

Coordenadora do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE)

EQUIPE EDITORIAL

Prof. Ma. Joane Marieli Pereira Caetano

Centro Universitário São José de Itaperuna
Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Prof. Dra. Dulce Helena Pontes Ribeiro

Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ)

CONSELHO EDITORIAL

Prof.^a Dra. Bruna Paula da Cruz

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFF)

Prof. Dr. Leandro Elias Canaan Mageste

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF-PI)

Prof.^a Dra. Relines Rufino de Abreu

Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG)

Prof. Dr. Guilherme Augusto dos Santos Póvoa

Instituto Federal do Espírito Santo (UFES)

COMITÊ CIENTÍFICO

Prof. Dr. Leandro Elias Canaan Mageste

Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF-PI)

Prof. Ma. Fernanda Carvalho de Moura Rezende Fontes

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Prof.^a Dra. Bruna Paula da Cruz

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF)

Prof.^a Dra. Relines Rufino de Abreu

Universidade Estadual de Minas (UEMG)

Prof. Me. Lucas Felisberto Pereira

Instituto Federal Goiano (IFGO)

Prof.^a Ma. Alinne Rangel dos Santos Renzetti

Laboratório de Imunoparasitologia - LIP/Fiocruz

Prof.^a Ma. Altina Silva Oliveira

Universidade Iguazu - Campus V (UNIG)

Prof. Dr. Guilherme Augusto dos Santos Póvoa

Instituto Federal do Espírito Santo (IFES)

Prof. Me. João Felipe Barbosa Borges

Instituto Federal Fluminense/Universidade Federal de Juiz de Fora (IFF/UFJF)

INDEXADORES



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
LINHA DE PESQUISA I:	8
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A VIOLÊNCIA NOS AMBIENTES ESCOLARES SOB UM OLHAR INTERDISCIPLINAR	6
A INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	19
JUSTIÇA AMBIENTAL E A REALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS.....	36
HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NAS AULAS DE PRODUÇÃO TEXTUAL	54
LÍNGUA COMO PODER DE INFLUÊNCIA:	67
LINHA DE PESQUISA II:	78
A <i>SCHUTZSTAFFEL</i> E A INDÚSTRIA DO MAL: APONTAMENTOS SOBRE A ORIGEM E O PODER DE UMA INSTITUIÇÃO NAZISTA	79
REFLEXÕES FILOSÓFICAS SOBRE O POSICIONAMENTO CRISTÃO ACERCA DA PARTICIPAÇÃO EM GUERRAS: ATIVISMO, PACIFISMO E SELETIVISMO	89
A INTERTEXTUALIDADE COMO FERRAMENTA PARA A PRODUÇÃO ARTÍSTICA: APROPRIAÇÕES, REFERÊNCIAS E ALUSÕES NA OBRA DE BELCHIOR	98
ÂNGULOS E PERSPECTIVAS	116
AS NOVAS TECNOLOGIAS E A PERDA DA IDENTIDADE:	127
uma análise discursiva da música “Carmen” de Stromae	127
LINHA DE PESQUISA III:	141
ANÁLISE OPERACIONAL DE RESERVATÓRIO DE PETRÓLEO EM PRODUÇÃO POR MECANISMO DE INFLUXO DE ÁGUA	143
LINHA DE PESQUISA IV:	160
DISFUNÇÃO FAMILIAR E HIPERATIVIDADE NA CRIANÇA: contribuições da Abordagem Sistêmica de Família	161
LINHA DE PESQUISA V:	173
O MAPEAMENTO DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS ACERCA DA ERGONOMIA: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO	174

ELABORAÇÃO DO BALANCED SCORECARD DE UMA LOJA DE VESTUÁRIO FEMININO LOCALIZADA NA ZONA DA MATA MINEIRA	187
ANÁLISE DE CRÉDITO:	196

APRESENTAÇÃO

A Revista Transformar do Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ) é um periódico de publicação semestral, publicada inicialmente em 2003, em versão impressa, com intuito de levar à comunidade acadêmica regional resultados de pesquisas, ideias e reflexões dos professores, pesquisadores associados e alunos do UniFSJ. Já na política editorial vigente, contamos com a contribuição vinda de diferentes áreas do conhecimento e de variados pesquisadores da comunidade científica nacional e internacional, em uma perspectiva interdisciplinar capaz de abarcar diferentes áreas como delineamento básico das produções acadêmico-científicas aqui contempladas.

Nesta 13ª edição, contamos com 15 trabalhos, que abordam discussões acadêmico-científicas contemporâneas e interdisciplinares, distribuídas em cinco linhas de pesquisa, a saber: Linha de pesquisa I – Educação, cultura e direitos humanos; Linha de pesquisa II – Relações étnico-raciais, memória e identidade cultural; Linha de pesquisa III – Saúde, meio ambiente e cidadania; Linha de pesquisa IV – Psicologia, subjetivação, psicopatologia e linguagem; e Linha de Pesquisa V – Gestão de negócios, economia e mercados.

Desejamos, assim, aos leitores da Revista Transformar, proveitosa leitura e (re)construção de conhecimento, a partir dos diálogos interdisciplinares realizados pelas pesquisas dispostas nesta edição.

Joane Marieli Pereira Caetano

Coordenadora do Centro de Iniciação Científica e Extensão (CENICE)

LINHA DE PESQUISA I:
Educação, Direitos Humanos e Sociedade

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A VIOLÊNCIA NOS AMBIENTES ESCOLARES SOB UM OLHAR INTERDISCIPLINAR

A BRIEF REFLECTION ON VIOLENCE IN SCHOOL ENVIRONMENTS UNDER AN INTERDISCIPLINARY LOOK

UNA BREVE REFLEXIÓN SOBRE LA VIOLENCIA EN LOS AMBIENTES ESCOLARES BAJO UNA MIRADA INTERDISCIPLINAR

Elias Cloy França Ferreira da Silva

Graduando em História pelo Centro Universitário São José de Itaperuna – UNIFSJ.
E-mail: eliascloy2011@gmail.com

Marlon Douglas Martineli Coelho

Graduando em História pelo Centro Universitário São José de Itaperuna – UNIFSJ.
E-mail: marlonmartineli154@gmail.com

Anízio Antônio Pirozi

Mestre em Sociologia Política, Historiador e Professor no Centro Universitário São José de Itaperuna – UNIFSJ.
E-mail: apirozi@fsj.edu.br

Resumo: Este artigo tem por objetivo, refletir sobre os recentes massacres ocorridos em ambientes escolares nas diferentes partes do mundo. O tema referente aos ataques em âmbitos escolares se tornou algo realmente sensível e merecedor de discussão, em especial para se criar assim estratégias para minimizar tais ocorrências. É um trabalho metodologicamente estruturado por uma pesquisa bibliográfica, por meio de fontes teóricas que embasam o contexto de violência fundamentado por ações aleatórias sobre o tema abordado. Para isso, utilizaram-se autores como GUIMARÃES (1995), DEARBIEUX (2013), LANGMAN (2017), GADOTTI (1995), ŽIŽEK (2015), FREIRE (1995), dentre outros. Sendo assim, inferiu-se que esse tipo de episódio agressivo não é passível de uma única interpretação, mas sim, observados de pontos de vistas diferentes, motivados por variados fatores sociais e ideológicos de cada agressor. Portanto, o combate à violência não deve ser responsabilidade apenas do Estado, mas também de toda sociedade.

Palavras-Chave: Violência Escolar. Ideologia. Sociedade. Estado.

Abstract: This article aims to reflect on the recent massacres occurring in school settings around the world. The attacks in schools' theme has become something really sensitive and worthy of discussion, especially to create strategies to minimize such occurrences. It is a methodologically structured work by a bibliographical research, through theoretical sources that ground the violence context based on random actions on the topic addressed. For this, it was used authors such as GUIMARÃES (1995), DEARBIEUX (2013), LANGMAN (2017), GADOTTI (1995), ŽIŽEK (2015), FREIRE (1995), among others. This, it was inferred that this type of aggressive episode is not worthy of a single interpretation, but observed from different points of view, motivated by

varied social and ideological factors of each aggressor. Therefore, the fight against violence should not only be responsibility of the State, but also of all society.

Keywords: School Violence. Ideology. Society. State.

Resumen: Este artículo tiene por objetivo reflexionar sobre las recientes masacres ocurridas en ambientes escolares en diferentes partes del mundo. El tema referente a los ataques en los ámbitos escolares se ha vuelto algo realmente sensible y merecedor de discusión, en especial para crear estrategias para minimizar tales ocurrencias. Es un trabajo metodológicamente estructurado por una investigación bibliográfica, por medio de fuentes teóricas que fundamentan el contexto de violencia fundamentadas por acciones aleatorias sobre el tema abordado. Para ello, se utilizaron autores como GUIMARÃES (1995), DEBARBIEUX (2013), LANGMAN (2017), GADOTTI (1995), ŽIŽEK (2015), FREIRE (1995), entre otros. Siendo así, se infería que ese tipo de episodio agresivo no es pasible de una sola interpretación, sino que, observados desde puntos de vista diferentes, motivados por variados factores sociales e ideológicos de cada agresor. Por lo tanto, el combate a la violencia no debe ser responsabilidad sólo del Estado, sino también de toda sociedad.

Palabras-clave: Violencia Escolar. Ideología. Sociedad. Estado.

INTRODUÇÃO

O referente trabalho tem como tema os diversos massacres ocorridos no ambiente escolar e quais foram seus efeitos perante a sociedade contemporânea, baseando-se em uma análise qualitativa e interdisciplinar por parte da Filosofia, Sociologia e Psicologia. O fato de entender os motivos e as consequências a longo prazo que tais atentados causaram na sociedade, que se inseri a motivação e perpetuação por busca de respostas na mentalidade dos indivíduos que pesquisam nesta área. Ter em mente que tais ataques as escolas, não podem ser generalizados, mas sim trabalhados apresentando suas demais peculiaridades, que nos baseamos para problematizar este estudo.

Neste contexto é sensato e primordial que esta pesquisa além de desenvolver e apresentar a natureza dos atentados as escolas, mostre também que tais atos violentos, podem ser evitados ao realizar o desmantelamento de suas estruturas motivadoras e impetuosas, uma dita reformulação na realidade social de tal individuo, ligada ao campo das mentalidades dos que possuem algum tipo de transtorno de agressividade, aos que possuem doenças mentais

desde o nascimento e os que tiveram está atribuição por causas diversas, por motivos relacionados a eventos decorrentes da infância, além de diversos outros possíveis fatores motivacionais para a ocorrência dos tais atentados.

I. OS ATAQUES ESCOLARES E A VIOLÊNCIA SOCIAL

O tema em volta dos ataques a âmbitos escolares, se tornou algo realmente sensível e que mereça certo entendimento e principalmente paciência para ser tanto quanto trabalhados, quanto debatido em meios públicos ou privados. Tais ataques a escolas, não podem ser tratados como casos generalizados, mas sim com cada um tendo sua peculiaridade, mas certamente como fator comum a relação com a violência aplicada pelo realizador de tal ataque. Os ataques escolares não se originam em países específicos, neste caso serão tratados alguns dos diversos casos ocorridos pelo simples fato de ser inviável a análise de todas as ocorrências.

O ataque na escola Johann Gutenberg, na Alemanha, no estado de Turíngia em 26 de abril de 2002, onde o ex-aluno Robert Steinhauser (1983 – 2002), entrou em tal ambiente e durante seu ataque executa o total de dezesseis pessoas e por fim termina em seu suicídio. Tal caso se mostra como um dos ocorridos de mais destaque na Alemanha durante este período, sendo tais notas publicadas pelo gerenciadores do estado e pela imprensa do país, além do discurso realizado pelo então Ministro do Interior da Turíngia, Manfred Scherer, onde apresenta os efeitos do ataque e certamente, a homenagem às vítimas desta fatalidade. Em mesmo discurso disse Scherer (2002):

"Nós acreditamos que o ataque tenha sido planejado por um bom tempo. Um ano talvez seja muito, mas provavelmente alguns meses".

Após a apresentada fala do ministro em rede nacional, mostra-se a perspectiva de certo efeito calculista para a realização do ataque, apresentando como algo a ser analisado mais precisamente e assim em resposta, a devida criação de métodos para a prevenção de futuros casos relacionados.

Ao pensar em violência nas escolas, não necessariamente se conecta a algo explícito por conta disso, pequeno ato podem gerar grandes problemas futuros, tendo por base as ideias apresentadas na obra “*Desafios e Alternativas: Violência nas Escolas*” (2002) de Éric Debarbieux¹, no referente trecho, se consegue entender melhor a ideia na qual o autor quer apresentar sobre os pequenos grandes atos de violência:

“Pequenos grandes atos de violência simbólica e física, como a intimidação de alunos e professores, o desrespeito à diversidade e a força de estereótipos e preconceitos tornam insuportável a vida de muitos membros das escolas, cotidianamente, num processo surdo, que não chega a ser captado pela comunicação da massa.” (DEBARBIEUX, 2002)

Os massacres, induzidos pelos mais diversos motivos, como tratados na obra de Éric Debarbieux e por sequencia já contextualizada, tendo-se a ideia de que os pequenos atos fazem grandes mudanças, entramos no âmbito de um massacre que se tornou inconsequentemente um ícone para tal debate e para a criação de filmes, livros e outros materiais da cultura pop. Foi um dos massacres de maior notoriedade dos Estados Unidos da América, o caso do ataque de 20 de abril de 1999, na *Columbine High School* no Colorado. A opugnação a tal meio educacional foi orquestrado por Eric David Harris (1981 – 1999) e Dylan Bennet Klebold (1981 – 1999), onde levaram a morte de treze pessoas e logo após suicidaram-se. Tal atentado provocou nas autoridades de diversos países, além do país de origem, debates sobre leis de controle de armas, bullying e outras pautas de violência nas escolas, sendo criado diversos meios de combate a tais atos e principalmente a tolerância zero, sendo tratado no *Juvenile Justice Information Exchange*², um site governamental que na época dos eventos e principalmente até a atualidade, trabalham retratando e informando os acontecimentos dos meios estudantis do âmbito norte-americano e exterior.

¹ Éric Debarbieux é doutor em filosofia na Universidade Pierre Mendes-France e defensor de que duas condições são essenciais para que as escolas lidem com problemas como o bullying.

² O *Juvenile Justice Information Exchange* publica pesquisas a longos anos, de alto profissionalismo em torno de situações estudantis e de gerenciamento escolar. Sendo todos seus materiais localizados em: <https://jje.org/category/latest/>

É diante da ideia já apresentada de que os atos de ataques a escolas, não escolhem locais, nem épocas e assim que entramos no contexto brasileiro, criando assim duas vertentes para o trabalho de tais eventos violentos em contexto nacional, seguindo a mesma linha de pensamento onde todos não se tornariam viáveis de serem debatidos em tal trabalho, tem por início a primeira vertente, o ataque a Escola Municipal Tasso da Silveira no estado do Rio de Janeiro, no bairro de Realengo em 7 de abril de 2011, mais conhecido como, Ataque de Realengo ou Massacre de Realengo, onde tem como principal executor o ex-aluno Wellington Menezes de Oliveira (1987 – 2011), cujo ato rendeu-lhe o óbito de doze pessoas e a realização de seu suicídio durante o fim de seu ato. Tal crime, por conta de sua crueldade e vítimas de preferência da causa feminina, aplica certa comoção em todo o país, gerando assim tanto ampla repercussão em meios de comunicação do âmbito nacional e internacional pelos motivos de tal ato por parte do atirador, quanto pela segurança nos meios educacionais.

Após os eventos ocorridos na escola, como forma de homenagem e principalmente respeito a famílias e vítimas de referido ato de violência, a então presidente da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, apresenta por nota e em pronunciamento em rede nacional as seguintes falas em relação ao ocorrido:

"Não vou fazer um discurso porque hoje nós também temos que lamentar o que aconteceu em Realengo com crianças indefesas. Não era característica do país ocorrer esse tipo de crime. Por isso, eu considero que todos aqui estamos unidos no repúdio a esse ato de violência". (ROUSSEFF, 2011)

É de forma clara e apresentada de que a relação das leis e principalmente da segurança pública deveriam e devem ser priorizadas para que assim atos de tal magnitude em ambientes escolares possam ser impossibilitados de ocorrerem novamente.

Sendo utilizada o exemplo do Massacre de Realengo, esperasse que por motivos óbvios o peso em relação a violência nas escolas, envolvendo assim questões raciais, sociais dentre outros eventos particulares, se torne prioridade e certamente se desenvolva este campo em procura de não

acontecer novamente, assim entramos na segunda vertente, durante o vigente ano de 2019, tendo por precisão no dia 13 de março de 2019, na Escola Estadual Professor Raul Brasil no município de Suzano, em São Paulo, a ocorrência de mais um massacre de alta notoriedade pelo viés midiático no contexto brasileiro, se circula por uma base de especulações durante o processo investigativo ao redor de quais seriam os motivos e influências para tal acontecimento, sendo este massacre com a presença de dois agressores, Guilherme Tauci Monteiro (2002 – 2019) e Luiz Henrique de Castro (1994 – 2019) que levaram a óbito oito pessoas, incluindo um membro da família de um dos autores e logo após tais atos cometem o suicídio. No formato de pronunciamento por meio das redes sociais, o atual presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, demonstra sua homenagem e condolências as vítimas e familiares de tal atentado violento:

“Presto minhas condolências aos familiares das vítimas do desumano atentado ocorrido hoje na Escola Professor Raul Brasil, em Suzano, São Paulo. Uma monstruosidade e covardia sem tamanho. Que Deus conforte o coração de todos!”. (BOLSONARO, 2019)

Por isso entende-se deste caso como sendo um dos mais trágicos atentados em meio estudantil da história do país e que as providencias em relação à segurança devem ser tomadas em um formato dinâmico e extremamente necessário, sendo por parte das autoridades e quanto certamente por parte do governo em vigor, analisando com precisão as investigações ainda em andamento.

II. A ESCOLHA DOS ALVOS

Tendo em vista que os massacres escolares aconteceram e acontecem nos mais variados países, entramos no campo da dúvida, pelo o que motiva os agressores a escolherem o âmbito educacional onde já foram estudantes ou não. Foi Peter Fabbri Langman³, psicólogo, doutor em filosofia e especialista na área de atiradores de escolas, que irá ser um dos pioneiros nos estudos de

³ Peter Fabbri Langman é psicólogo e pesquisador famoso no contexto midiático estadunidense referente a atiradores em escolas.

massacres e tentará explicar a escolha dos atiradores pelas escolas e seus motivos. Em sua obra “*School Shooters: Understanding High School, College, and Adult Perpetrators*” (2015), o autor Peter Langman debate, apresenta e analisa um total de quarenta e oito casos tanto no contexto estadunidense, quanto internacionais de tiroteios em escolas e outros âmbitos educacionais, para assim extrair destes casos, diversos mitos, características, peculiaridades e principalmente a realidade dos envolvidos para escolherem as escolas como alvos, apresentando assim os mais diversos motivos pessoais dos agressores, onde o autor classifica como “efeito de contágio” sendo um ato de massacre influenciador de outro, dando assim os fundamentos necessários para realização de tal ato, mas não necessariamente sendo idêntico e com os mesmos motivos e o “efeito de imitação” onde um massacre tem por resultado a influência em outro, mas logo, possuindo características idênticas aos anteriores e motivados em um abito amplo e às vezes pelo mesmo motivo. A obra tem também por objetivo trabalhar os diversos pontos informados para que futuramente seja evitado que os tiroteios nas escolas, assim identificando os possíveis indivíduos vulneráveis a esses riscos e orienta-los para um ajuda específica.

Em sua outra obra “*Why Kids Kill: Inside the Minds of School Shooters*” (2009), Peter Langman, tem um objetivo mais específico, focando em dez indivíduos notórios como autores de massacres escolares. No livro o autor, oferece três modos de observar os dez infratores analisados, apresentando assim os que possuíam problemas ligados a casos de psicopatias, psicóticos e traumatizantes, mostrando como não são casos generalizados e motivados por simples motivos ou pelo mesmo modo de pensar, mas sim por uma questão tanto criada como já inserida no mental do indivíduo, entrando no âmbito de amostragem do que o jovem infrator foi posto como a exposição de longo prazo à violência, a alienação recorrente da sociedade preconceituosa, uma causa natural de seu mental, a depressão como uma doença de nosso período social, a falta de empatia e a raiva indevidamente trabalhada e reprimida. Mas como em sua obra anterior apresentada, mantendo-se seus estudos como algo para ser utilizado para identificação e tratamento de possíveis infratores realizadores de tais atos de massacres em escolas.

III. OS ATAQUES ESCOLARES E A SOCIEDADE MUDIÁTICA

Os ataques em unidades escolares têm se tornado cada dia mais um assunto nas mídias, estes geram por um momento grande comoção e rentável audiência. Mas e depois? Volta-se aquela sociedade rasa e individualista que se apavorou com as notícias apresentadas, mas que como quem consome, alimenta-se e posteriormente põe fora sacudindo a poeira do consumo e assim seguem o rumo, aguardando as próximas e fatídicas notícias. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico⁴ fez uma pesquisa em 2013 com mais de cem mil professores e diretores de escola do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio, que contempla alunos de onze a dezesseis anos, que apontou o Brasil no topo de um ranking de violência nas escolas. O Diagnóstico Participativo das Violências nas Escolas⁵, feito pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais em parceria com o Ministério da Educação do Brasil, mostra que 69,7% dos jovens afirmam terem visto algum tipo de agressão dentro da escola. Em 65% dos casos, a violência parte dos próprios alunos; em 15,2%, dos professores; em 10,6%, de pessoas de fora da escola; em 5,9%, de funcionários; e, em 3,3%, de diretores. Tendo base em outro dado digno de atenção, um levantamento feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais em 2015, acerca do convívio entre educadores e alunos. De acordo com os resultados da pesquisa, o total de 50% dos professores havia presenciado algum tipo de agressão verbal ou física por parte de alunos e contra profissionais da escola.

Pensar a violência nos ambientes escolares nos faz rever apontamentos do esloveno Slavoj Žižek⁶, quando reflete sobre a violência como uma confissão implícita de impotências e ressentimentos. Neste cenário, a cultura

⁴ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ou OCDE, é uma organização internacional composta pelo total de 36 países, que procuram fornecer uma plataforma para comparar políticas de âmbito econômico, coordenar políticas domésticas e internacionais e resolver problemas simples do meio interno.

⁵ O Diagnóstico Participativo das Violências nas Escolas é um processo em formato documentário que apresenta em forma de resultados de análises, várias reflexões sobre o Programa de Prevenção à Violência nas Escolas.

⁶ Slavoj Žižek é um sociólogo, teórico, filósofo e cientista social, além de ser professor da European Graduate School e pesquisador no Instituto de Sociologia da Universidade de Liubliana.

pop⁷ dá espaço ao consumo individual, parte dialogando com o consumo sem pudor, onde o que é rentável ganha espaço nas grandes mídias, pois a violência gera audiência e como aponta Zizek "um amor às crises humanitárias", crise essa, gerada por esse capitalismo que se apropria das carências sociais e da violência para gerar dependência através do medo que assola a decadente sociedade, como cita Cruz (2003):

“Segundo Kellner, na mídia, encontra-se, atualmente, a forma dominante de cultura (mercantilizada), a qual promove a socialização ao mesmo tempo em que ajuda a moldar a identidade das pessoas. Através de um véu sedutor que combina o verbal com o visual, a cultura da mídia – que é a cultura da sociedade, enfatiza Kellner – traduz uma ampla dependência entre comunicação e cultura. Através desta inter-relação, divulga determinados padrões, normas e regras, ensina o que é bom e o que é ruim, o que é certo e o que é errado; ajuda a formar identidades, fornece símbolos, mitos e estereótipos através de representações que modelam uma visão de mundo de acordo com a ideologia vigente.”

Essa popularidade da violência tem gerado um grande comércio nos modelos de produção midiáticos atuais onde, a indústria da música, de games e cinematográfica, por exemplo, tem usufruído desses acontecimentos para produzirem seu material que de forma subliminar pode acarretar o compartilhamento em massa das tragédias essas que interpretadas de forma livre nas artes podem servir de manifesto ou também de inspiração dependendo do campo social e da mentalidade daquele grupo, onde pode gerar uma chacina por conta de talvez uma obra que serviria como crítica. Temos por exemplo a obra “*Minha Luta*” (1925) de Adolf Hitler (1889 – 1945), que para muitos é uma obra de análise sobre uma tragédia passada e para certos grupos se torna uma inspiração anacrônica para algo pior na atualidade como aconteceu em abril de 1999, na *Columbine High School* no Colorado e o claramente o crescimento de grupos neonazistas em ambientes escolares.

A escola é o espaço que reflete a atual sociedade. Nela estão contidas todas as mazelas sociais. A violência subjetiva, objetiva e da linguagem. É segundo Zizek, que a violência subjetiva é uma das mais difíceis, pois está

⁷ A cultura popular ou “cultura pop”, é conservadora e inovadora ao mesmo tempo, ou seja, é ligada as tradições e ao mesmo a elementos da modernidade. A incorporação de elementos modernos na cultura ou a comercialização do popular nas artes, são formas de tentar-se preservar a cultura de modo a terem um alcance maior do que ao pequeno grupo que fazem parte. (BORGES, 2018)

velada na indiferença. Essa indiferença é apontada até mesmo nos grandes pensadores que elaboravam suas teorias para que descem conta do curso real dos acontecimentos históricos. Assim por vezes acabavam servindo as instituições econômicas e as relações de poder. O grande segredo está em meio à “verdadeiras atitudes políticas” de um indivíduo, escondidas debaixo das suas enganosas afirmações públicas. Numa sociedade com essência na dita cultura popular, avoluma-se a violência que a descreve como um jogo de hermenêutica, onde a repugnância pelos fatos vive num duelo daquilo que é atrativo ao público. Assim desta forma, aquilo que poderia contribuir para o extermínio dos atos violentos torna-se seu maior propagador.

IV. MOTIVAÇÕES DOS ATAQUES VIOLENTOS POR UM OLHAR MARXISTA

Ao analisarmos a violência pela perspectiva de Zizek vemos a inexistência de atos isolados, uma vez que afirma que os atos revolucionários nada mais são que ações de um crime suplantando outros crimes. Desta forma, a violência pode ser vista como uma bandeira ideológica, onde a violência subjetiva impera influenciando e motivando diversos indivíduos. Assim de acordo com Muniz (2017):

“Žižek parte da rejeição de uma falsa (porque hipócrita) antiviolença e chega à aceitação da violência emancipatória – entendida como uma alteração radical das relações sociais de base –, porque “estigmatizar a violência, condená-la como ‘má’, é uma operação ideológica por excelência, uma mistificação que colabora no processo de tornar invisíveis as formas fundamentais da violência social”.

A violência em termos nietzschianos, ela é reativa, não ativa; é fúria impotente e desespero disfarçado de força; é inveja mascarada de carnaval triunfante. Segundo Zizek os ataques terroristas são motivados pela defesa daquilo que eles mesmos desejam combater, muitas vezes alicerçadas por fundamentalismos religiosos ou por considerar normal o inaceitável. “Não existem apenas soluções certas e erradas para problemas, mas também problemas certos e errados”, afirma Slavoj Zizek, parafraseando Gilles

Deleuze⁸ (1925 – 1995). Exemplo importante a ser refletido são os casos de refugiados onde a pergunta real é maquiada. Desta forma, o real problema parece passar despercebido, isto é, Zizek pergunta: “o que é um ato de terrorismo em face de um poder de Estado que faz a sua guerra contra o terrorismo?” Nas palavras do esloveno: “sabe-se muito bem da falsidade, tem-se plena ciência de um determinado interesse oculto por trás de uma universalidade ideológica, mas ainda assim, não se renuncia a ela”. É onde esse método ideológico dito como universal desse estado gerará uma falsa conjuntura histórica, concreta onde o interesse de certa classe em particular se fará por meio de uma ilusão de interesses humanos universais.

Portanto uma maneira de sair dessa ilusão ideológica, não é cair em uma nova ilusão do liberta-se dos preconceitos e olhar o real além das lentes ideológicas, mas antes confrontar tudo que pode ser considerado real dentro desse desejo ideológico ilusório, tentando assim livrar-se de um núcleo real impossível e fazendo com que a realidade social se concrete sem evitar alguma fuga do real traumático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise dos atentados às escolas e nos convida a uma reflexão sobre a violência na escola, conforme os autores trabalhados durante o desenvolver do artigo e acrescentando a obra “*Pedagogia: Diálogo e Conflito*” (1995) de Moacir Gadotti, Paulo Freire (1921 – 1997) e Sérgio Guimarães, ambos educadores de referência na educação brasileira, apresentam que a violência é contingente, relacionada a vulnerabilidade social das populações urbanas empobrecidas e à natureza reativa dessa modalidade de violência, caracterizada pela frequente coincidência entre agentes e vítimas das grandes cidades. Tendo essa vista como uma reação aos fatores sócios que permeiam as relações estabelecidas. As bases desses atos, muitas vezes, procedem de um problema familiar, do comércio midiático ou então de uma ideologia coletiva, essa que pode derivar

⁸ Gilles Deleuze estudou filosofia na Universidade de Sorbonne e se formou, sendo no âmbito francês referência no meio dos estudos filosóficos.

de um anacronismo histórico ou de um contexto social particular, tendo esses fatores ligados a uma má estruturação dos pensamentos, podendo gerar não só oprimidos, mas também futuros opressores. Sendo assim, fica notório que o combate à violência não deve ficar contido apenas na esfera Estatal, mas também em um âmbito social de forma a reformular precisamente e de maneira específica as relações sociais.

REFERÊNCIAS

DEBARBIEUX, Éric. **Desafios e Alternativas: Violência nas Escolas**. Brasília: UNESCO, 2003.

HITLER, Adolf. **Minha Luta**. Alemanha: Franz Eher Verlag, 1925.

Langman, Peter. **School Shooters: Understanding High School, College, and Adult Perpetrators**. Estados Unidos: Rowman & Littlefield Publishers, 2017.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **Pedagogia: Diálogo e Conflito**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LANGMAN, Peter. **Why Kids Kill: Inside the Minds of School Shooters**. Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2009.

INEP. **Inep divulga dados inéditos sobre fluxo escolar na educação básica**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206> Acesso em: 30 de março de 2019.

OCDE. **Resultado da Talis 2013**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/education/school/TALIS-2013-country-note-Brazil-Portuguese.pdf>> Acesso em: 30 de março de 2019.

WHITEMAN, Ricardo. **Violência subjetiva, objetiva e da linguagem em Žižek**. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/11/06/violencia-subjetiva-objetiva-e-da-linguagem-em-zizek>> Acesso em: 30 de março de 2019.

CAPITALISMO EM DESENCANTO. **Ideologia – O que é isto?**. Disponível em: <<https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2013/11/18/ideologia-o-que-e-isto/>> Acesso em: 30 de março de 2019.

GRAY, John. **As visões violentas de Žižek**. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/as-visoes-violentas-de-zizek/>> Acesso em: 30 de março de 2019.

CRUZ, Fábio. **Mídia e “Violência”: A Pedagogia Crítica como Proposta de Fortalecimento da Cultura**. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/139255404435684168103372220894364300928.pdf>> Acesso em: 30 de março de 2019.

Juvenile Justice Information Exchange. **Juvenile Justice Information Exchange**. Disponível em: <<https://jjie.org/>> Acesso em: 30 de março de 2019.

BORGES, Renato. **Cultura Erudita e Cultura Popular**. Disponível em: <<http://www.professorrenato.com/index.php/sociologia/104-cultura-erudita-e-cultura-popular>> Acesso em: 30 de março de 2019.

ŽIŽEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=D0hxCwAAQBAJ&pg=PT85&lpg=PT85&dq=Motiva%C3%A7%C3%B5es+dos+ataques+violentos+pela+perspectiva+de+Slavojzizek&source=bl&ots=KXAooDOubF&sig=ACfU3U2cGqCye_vveTfdlzdUUol5Vt3sg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj7isnClpfhAhXRjVkkHe8cBWIQ6AEwC3oEACAcQAQ#v=onepage&q=Motiva%C3%A7%C3%B5es%20dos%20ataques%20violentos%20pela%20perspectiva%20de%20Slavojzizek&f=false> Acesso em: 30 de março de 2019.

A INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

INTERDISCIPLINARITY IN ENVIRONMENTAL EDUCATION

INTERDISCIPLINARÍA EN LA EDUCACIÓN AMBIENTAL

Lucimary da Silva Pedro Ferreira

Licenciada em Ciências Biológicas, Faculdades Integradas de Ariquemes (FIA).
Contato: lucimary@hotmail.com.

Paulo Jonas dos Santos Júnior

Doutorando em Planejamento Regional e Gestão da Cidade pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória (UNIDA). Especialista em História e Cultura do Brasil pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Licenciado em História (ISEIB). Bacharel em Teologia (FAECAD).

Edeson dos Anjos Silva

Mestrando em Ciências das Religiões, Faculdade Unida de Vitória (UNIDA); Especialista em Docência do Ensino Superior, Faculdades Integradas Padre Humberto (FIPH); Especialista em Metodologia do Ensino de Física e Matemática, Universidade Cândido Mendes (UCAM); Graduado em Ciências, Faculdades Integradas Padre Humberto (FIPH). Contato: edeson.anjos@hotmail.com.

Clodoaldo Sanches Fófano

Mestre em Ciências das Religiões (Faculdade UNIDA)
Pós-graduado em Estudos Linguísticos e Literários (UNIFSJ)
Pós-graduado em Gestão Escolar: administração, supervisão e orientação (UCAM)
Pós-graduado em Língua Latina e Filologia Românica (UCAM) Pós-graduando em
Semiótica Discursiva (UNIARA) Graduado: Letras: Português/Espanhol (UNIFSJ)
Graduado: Pedagogia (FAVED)
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6031675202439419>

Daniela de Paula Hungria dos Santos

Especialista em Ciências das Religiões pelo Instituto Teológico Casa de Deus (ITCD); Bacharela em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória (UNIDA). Contato: dany_hungria@hotmail.com.

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo reconhecer que Educação Ambiental pode ser trabalhada de forma interdisciplinar no ambiente escolar. Considerada um tema transversal pelo PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), ainda existem, muitas dúvidas de como se deve trabalhar a Educação Ambiental e como ela pode fazer parte do processo educativo. Nesse contexto, essa parceria cumpre a tarefa de formar indivíduos com habilidades essenciais para atuar no mundo contemporâneo, portanto, a melhor forma de ensinar é aquela que permite aos alunos o desenvolvimento de habilidades e/ou competências

para lidar com as características do mundo de hoje. Nesse encaminhamento a escola deve consolidar as expectativas em relação à prática da Educação Ambiental de maneira efetiva propiciando uma mudança de valores e atitudes, isso pode ser possível com a participação de toda a comunidade escolar e a elaboração de currículos escolares que articulem as disciplinas em função de atingir o objetivo de concretizar a aprendizagem das temáticas ambientais.

Palavras-chave: Educação Ambiental, interdisciplinaridade, habilidades.

ABSTRACT

The present work had as objective to recognize that Environmental Education can be worked in an interdisciplinary way in the school environment. Considered a cross-cutting theme by the National Curriculum Parameters, there are still many doubts about how Environmental Education should be worked and how it can be part of the educational process. In this context, this partnership fulfills the task of training individuals with essential skills to act in the contemporary world, so the best way to teach is the one that allows students to develop the skills and / or competencies to deal with the characteristics of today's world . In this direction, the school must consolidate expectations regarding the practice of Environmental Education in an effective way, favoring a change of values and attitudes, this can be possible with the participation of the whole school community and the elaboration of school curricula that articulate the disciplines in function to achieve the goal of achieving the learning of environmental issues.

Keywords: Environmental Education, interdisciplinarity, skills.

RESUMEN

El presente trabajo tuvo como objetivo reconocer que la Educación Ambiental puede ser trabajada de forma interdisciplinaria en el ambiente escolar. Considerada un tema transversal por el PCN (Parámetros Curriculares Nacionales), todavía existen, muchas dudas de cómo se debe trabajar la Educación Ambiental y cómo puede formar parte del proceso educativo. En este contexto, esta asociación cumple la tarea de formar individuos con habilidades esenciales para actuar en el mundo contemporáneo, por lo tanto, la mejor forma de enseñar es aquella que permite a los alumnos el desarrollo de habilidades y / o competencias para lidiar con las características del mundo de hoy . En ese encaminhamiento la escuela debe consolidar las expectativas en relación a la práctica de la Educación Ambiental de manera efectiva propiciando un cambio de valores y actitudes, esto puede ser posible con la participación de toda la comunidad escolar y la elaboración de currículos escolares que articulen las disciplinas en función de alcanzar el objetivo de concretar el aprendizaje de las temáticas ambientales.

Palabras clave: Educación Ambiental, interdisciplinariedad, habilidades.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental é um elemento importante no processo de reflexão para o desenvolvimento de ações e de comportamento consciente da sociedade. Implicando numa certa complexidade quando, essa, se aplica à prática pedagógica no contexto da educação formal. O mundo globalizado impõe à aprendizagem uma dinâmica diferente e se faz essencial nesse cenário uma nova postura da escola que vem ao encontro de uma demanda da sociedade pela formação de cidadãos detentores de várias habilidades, como capacidade de trabalhar em equipe, tomar decisões, comunicar-se com desembaraço, ser criativo e capaz de formular e resolver problemas.

Na sociedade do conhecimento e da tecnologia torna-se necessário repensar as questões relacionadas ao ensino e a aprendizagem e as temáticas do mundo atual, o momento requer uma nova forma de raciocinar e operar para ir de encontro às exigências dessa sociedade contemporânea onde, a rapidez e a abrangência de informações desencadeiam dinamismo ao conhecimento.

Nesse contexto, a interdisciplinaridade torna-se uma ferramenta importante para se trabalhar temas transversais dentro do espaço escolar, produzindo ações conscientes por parte dos indivíduos na sociedade.

Portanto, este trabalho tem como objeto de estudo, a interdisciplinaridade na Educação Ambiental.

Buscou-se como objetivo geral deste trabalho reconhecer que Educação Ambiental pode ser trabalhada de forma interdisciplinar no ambiente escolar. Pretendeu-se, com os objetivos específicos descrever a evolução histórica da Educação Ambiental no Brasil; indicar as habilidades exigidas na atualidade; refletir sobre a sala de aula de hoje e a sala de aula de amanhã; apontar a interdisciplinaridade como uma ferramenta necessária para o ensino-aprendizagem das questões que envolvem o meio ambiente.

O sentido do que se lê depende do que já se sabe sobre o assunto e de nossa competência para processar o entendimento. Com esse pensamento, torna-se fundamental a compreensão das temáticas ambientais no espaço

escolar e na dimensão do processo educativo. Nos passos dessas reflexões, portanto, fundamenta-se a justificativa deste estudo.

Uma pesquisa científica de acordo com Gil (2002, p. 17) é "um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos".

Assim sendo, quanto aos fins, a pesquisa será descritiva e quanto aos meios será bibliográfica que segundo Vergara (2003, p. 48) "é um estudo sistematizado desenvolvido com base em materiais publicados em livros, revistas e jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público".

As fontes de consulta utilizadas foram livros, artigos e a legislação brasileira direcionada à Educação Ambiental, portanto, pautamo-nos numa abordagem qualitativa e bibliográfica.

1 O MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Silva (2002) traça a trajetória da temática ambiental desde o período bem remoto da nossa história. O reconhecimento da importância dos recursos ambientais brasileiro evidenciou-se primeiramente por meio de uma carta datada de 1º de maio de 1500, enviada ao Rei de Portugal onde, Pero Vaz de Caminha relatava as belezas naturais e os patrimônios existentes neste país.

Durante o período colonial, dois momentos ganharam destaque. O primeiro vai até 1548, período em que os colonizadores aplicaram a legislação real na nova colônia, primeiramente as Ordenações Afonsinas, sendo substituídas, em seguida, pelas Ordenações Manuelinas que adotaram medidas "protetoras" para as florestas, pois o litoral do Brasil facilitava o comércio clandestino de madeiras e isso, de certa forma, afetava os interesses dos colonizadores. Além do mais, aumentavam os incêndios nas matas, que por sua devastadora consequência, eram também motivos de atenção especial. Contudo, a legislação aplicada ao Brasil nesta época não teve a preocupação de conservação, pois visavam defender apenas os interesses econômicos (SILVA, 2002).

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, foi criado em 13 de junho de 1808, em virtude da vinda da Família Real e é verdadeiramente uma área de proteção ambiental (SILVA, 2002).

Até a segunda metade do século XX não havia no Brasil uma preocupação com os aspectos ambientais; as normas existentes limitavam-se aos aspectos relacionados com o saneamento, a conservação e a preservação do patrimônio natural, histórico e artístico, e à solução de problemas provocados por secas e enchentes. O período compreendido entre 1930 e 1950 caracterizou-se pela industrialização com base na substituição de importações. Nesse período o país foi dotado de instrumentos legais e de órgãos públicos que refletiam as áreas de interesse da época e que, de alguma forma, estavam relacionados à área do meio ambiente (SILVA, 2002).

Silva (2002) descreve que as medidas mais relevantes estabelecidas no período acima referido foram: o Código de Águas - Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934, ainda em vigor; o Código Florestal – Decreto nº 23.793, de 10 de julho de 1934, substituído pelo vigente, instituído pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; o Código de Pesca – Decreto-Lei 794, de 19 de outubro de 1938, substituído pelo Decreto-Lei de nº 221, de 28 de janeiro de 1967; a criação do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS); a organização do patrimônio natural, histórico e artístico e a criação, em 1948, da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza.

Já no início dos anos 50 tais impactos industriais sobre o meio ambiente já conseguiam ser percebidos; entretanto, o fato marcante que deu início a tudo foi quando oito mil pessoas vieram a óbito por causa do fenômeno “Smog”, na Inglaterra. Outros desastres também foram vivenciados em diversos outros lugares do planeta, como a questão do DDT (dicloro difenil tricloetano, inseticida usado durante esse período) no Japão (MARQUES, 2005).

Na década de 60, o Governo brasileiro se comprometeu com a conservação e a preservação do meio ambiente, efetivadas por meio de sua participação em convenções e reuniões internacionais, como por exemplo, a Conferência Internacional promovida pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em 1968, sobre a Utilização

Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera. Nessa ocasião, foram definidas as bases para a criação de um programa internacional dedicado ao Homem e à Biosfera, que foi efetivamente criado em 1970. O Brasil, enquanto membro das Nações Unidas, também assinou acordos, pactos e termos de responsabilidade entre países, no âmbito da Declaração de Soberania dos Recursos Naturais. Aliados aos Estados e à comunidade científica, a ONU (Organização das Nações Unidas), realizou a Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, com o intuito de suavizar a problemática: homem X natureza.

A década de 70 foi marcada pelo agravamento dos problemas ambientais e, conseqüentemente, pela maior conscientização desses problemas em todo o mundo. No período de 21 a 27 de agosto de 1971, foi realizado, em Brasília, o I Simpósio sobre Poluição Ambiental, por iniciativa da Comissão Especial da Câmara dos Deputados sobre Poluição Ambiental. No entanto, somente após a participação da delegação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada no ano de 1972, em Estocolmo, Suécia, é que medidas efetivas foram tomadas com relação ao meio ambiente no Brasil (MILARÉ, 2005).

Nessa Conferência o autor (*op. cit*) descreve que foram aprovados 25 princípios fundamentais que orientam as ações internacionais na área ambiental, tais como: “a valorização do homem dentro do ambiente como ser que o transforma, mas que depende dele para sobreviver, e que o homem é o ser mais importante do mundo, pois promove o progresso social, cria riquezas e desenvolve a ciência e a tecnologia” (MILARÉ, 2005, p. 48).

Ainda na década de 70, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, pelo Decreto nº 73.030, de 30 de outubro de 1973. O Governo Federal, por intermédio da SEMA, instituiu em 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA - com o advento da Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981, pela qual foi criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, do qual participaram órgãos e entidades de todas as unidades de federação vinculadas ao problema ambiental. Foi criado, também, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) para assessorar, estudar e propor ao Governo diretrizes de política ambiental. A Lei nº 6938/81 instituiu, ainda, os

instrumentos de política ambiental inibidores da ação predatória da atividade humana (MAGALHÃES, 2002, p. 52).

Magalhães (2002) acrescenta que posteriormente, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 5 de outubro de 1988 foi dado um passo decisivo para a formulação da nossa política ambiental. Pela primeira vez na história de uma nação, uma constituição dedicou um capítulo inteiro ao meio ambiente, dividindo entre o governo e a sociedade a responsabilidade pela sua preservação e conservação, precisamente em seu art. 225, deu-se a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado a todos: “Todos têm o direito ao meio ambiente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Infere-se ainda, que de 3 a 4 de junho de 1992, foi realizada no Rio de Janeiro a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio-92, da qual participaram 170 nações. A Rio-92 teve como principais objetivos identificar estratégias regionais e globais para ações referentes às principais questões ambientais; examinar a situação ambiental do mundo e as mudanças ocorridas depois da Conferência de Estocolmo; examinar estratégias de promoção de desenvolvimento sustentável e de eliminação da pobreza nos países em desenvolvimento. Adotou-se, então, na Declaração do Rio e na Agenda 21 - documentos produzidos nesse evento ecológico - o desenvolvimento sustentável como meta a ser buscada e respeitada por todos os países (MAGALHÃES, 2002).

Em 16 outubro de 1992, criou-se o Ministério do Meio Ambiente - MMA, órgão de hierarquia superior, com o objetivo de estruturar a política do meio ambiente no Brasil (MAGALHÃES, 2002).

2 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 - Política Nacional de Educação Ambiental-tem em seu texto a intenção de promover de forma clara, a implantação e o desenvolvimento de processos e métodos que tornem o

cidadão comum e/ou estudantes em agentes participativos na preservação da natureza e traz também o foco para as questões educativas.

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

O Inciso III do Art. 4º valoriza e estimula as concepções de inter, multi e transdisciplinaridade, práticas que são persuasivas no processo de ensino-aprendizagem.

III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;

IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;

V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;

VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;

VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

O Art. 5º cita os objetivos fundamentais da Educação Ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

O Art. 9º propõe entendimento acerca da educação ambiental na educação escolar e esferas organizacionais das instituições a serem alcançadas:

Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental e
- c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental quando se fizer necessário é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental.

Os artigos acima incluem todos os níveis de instituição de ensino, mas deixam vaga a questão de como atingir uma integração entre as disciplinas escolares, ficando à própria consciência do professor o tratamento de conteúdos programáticos sob a tutela da ética ambiental.

Art. 12. A autorização e supervisão do funcionamento de instituições de ensino e de seus cursos, nas redes públicas e privadas, observarão o cumprimento do disposto nos arts. 10 e 11 desta Lei.

Pontos relevantes para a prática não-formal da educação ambiental são abordados no Art. 13.

Art. 13. Entendem-se por educação ambiental não-formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

- I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

- II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal;
- III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não-governamentais;
- IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;
- V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;
- VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;
- VII - o ecoturismo.

Assim, a legislação ambiental brasileira ao longo da história foi tomando forma. Entretanto, além de uma legislação ambiental eficiente, é imprescindível o engajamento da sociedade num projeto coletivo para a construção de práticas sociais e educativas ambientais significativas.

3 AS HABILIDADES EXIGIDAS NA ATUALIDADE

As sociedades do mundo atual são responsáveis pelo surgimento de um novo tipo de indivíduo e de trabalhador que possua novas competências e que supra todas as demandas de todos os setores da sociedade. Chamada de “Sociedade da Informação”, vivida em nosso cotidiano e também nas escolas que produzem reflexões acerca das temáticas ambientais como, por exemplo, a preservação e a conservação do meio ambiente. O progresso dessas aptidões e capacidades prepara os indivíduos na construção do saber de forma consciente e renovada.

Ter mais tecnologia, compreensão das relações de espaço e tempo, um trabalho com mais responsabilidade, menos precário, com maior mobilidade e que peça com autoridade um trabalho multicomponente, multiqualificado, capaz de administrar situações de grupo, de se adequar a situações novas e estar sempre disposto a aprender são algumas características fundamentais da sociedade desse mundo atual e que têm como alvo a educação (BELLONI, 2001, p.39).

O que se vivencia nessa sociedade contemporânea é a incompatibilidade com a educação existente, a partir do momento em que esta requer pessoas capacitadas e com características bem diferentes daquelas formadas pela então escola tradicional. Na atual conjuntura, o papel da escola precisa ser repensado de forma mais específica quanto às questões relacionadas ao ensino e à aprendizagem. Devido à rapidez com que essas

informações têm surgido e ao dinamismo do conhecimento rugiu a necessidade de uma nova forma de pensar e agir (PRADO, 2005).

A melhor forma de ensinar, nesse aspecto, é evidenciada como a que levará os alunos a desenvolverem habilidades e/ou competências que os ajude a lidar com as particularidades do mundo atual. Um diferencial da aprendizagem contemporânea centrada no aluno é que esta não mais se concentra no professor; a partir da percepção de que cada uma possui abordagens diferentes para conteúdos, instruções, avaliação e tecnologia. Toda essa mudança faz com que o professor tenha a necessidade de identificar as habilidades e/ou competências indispensáveis a esse século, e que também se preocupe com tendências e propensões para o surgimento de um ambiente do século XXI em sala de aula (INTEL EDUCAÇÃO, 2008).

Comumente o ensino tradicional fixa-se na figura do professor, suas aulas são cotidianamente expositivas, é a forma mais comum de ensino encontrada em nossas escolas. Esse tipo de ensino centrado no professor pode ser eficiente, particularmente para compartilhar informações dificilmente encontradas em outras fontes, apresentar informações de forma rápida, gerar interesse na informação em questão e ensinar alunos que aprendem melhor ouvindo. Essa abordagem, contudo, enfrenta vários desafios, porque nem todos os alunos aprendem melhor ouvindo, muitas vezes é difícil manter o interesse dos alunos, esta abordagem tende a exigir pouco ou nenhum pensamento crítico e por último pressupõe que todo aluno aprende da mesma forma (SOPELSA, 1988).

Já o ensino centrado no aluno do século XXI, se difere da aprendizagem tradicional. Nas escolas do século XXI, alunos trabalham em tarefas complexas e desafiadoras que exigem que eles reflitam sobre o conteúdo em questão e monitorem a própria aprendizagem; colaborem com colegas, professores e especialistas em tarefas relevantes utilizando raciocínio complexo e utilizem tecnologia e também do conhecimento de temas atuais para tomar decisões, resolver problemas e criar novas ideias (INTEL EDUCAÇÃO, 2008).

E para que o aluno alcance níveis de total participação em sua comunidade, os professores devem concentrar-se em desenvolver habilidades exigidas em todos os seguimentos da sociedade:

- Responsabilidade e adaptabilidade: Exercendo responsabilidade pessoal e flexibilidade nos contextos pessoal, de trabalho e da comunidade, estabelecendo e alcançando altos padrões e objetivos para si próprio e para os outros; tolerando ambiguidade.
- Boa comunicação: Entendendo, gerenciando e criando comunicação oral, escrita e multimídia eficiente em diferentes formas e contextos.
- Criatividade e Curiosidade Intelectual: Desenvolvendo, implementando e comunicando novas ideias a outros; permanecendo aberto e receptivo a perspectivas novas e diversas.
- Pensamento Crítico e Pensamento Sistêmico: Exercendo raciocínio lógico para compreender e fazer escolhas complexas; entendendo as interligações entre sistemas.
- Alfabetização Tecnológica e de Mídia: Analisando, acessando, gerenciando, integrando, avaliando e criando informação em várias mídias e formatos.
- Habilidades de Relacionamento e de Colaboração: Demonstrando capacidade de trabalhar em grupo e liderança; adaptando-se a diferentes funções e responsabilidades; trabalhando com outros de forma produtiva; exercendo empatia; respeitando perspectivas diferentes.
- Identificação de Problemas, Formulação e Solução: Habilidade para isolar, analisar e resolver problemas.
- Autodirecionamento: Monitorando sua própria compreensão e necessidade de aprendizagem, localizando recursos apropriados, transferindo aprendizagem de um domínio para outro.
- Responsabilidade Social: Agindo de maneira responsável com respeito aos interesses da maioria da comunidade; demonstrando comportamento ético nos contextos pessoal, profissional e comunitário (INTEL EDUCAÇÃO, 2008).

Essas habilidades propiciam ao aluno, adaptar-se às constantes mudanças na sociedade e acompanhar de forma dinâmica as questões que se levantam na contemporaneidade. A educação é um processo constante de construção de saberes entre a esfera que envolve a escola e o universo que a cerca, as transformações que hoje varrem o mundo têm que ser incluídas no processo educacional.

4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Um significado para Educação Ambiental, estabelecido pela UNESCO (2005, p.44), é “que esta disciplina deve dar ênfase à relação que o homem

possui com o ambiente natural, como conservá-lo, preservá-lo e administrá-lo em seus recursos de forma conveniente”.

A educação ambiental desperta em nós o anseio por novos efeitos de agir em relação ao meio ambiente e esse grande movimento está todo centralizado no indivíduo que adquiriu tais formações contemporâneas, onde habilidades e/ou competências referentes ao século XXI foram lavradas e aplicadas. Por esse motivo, a educação ambiental deve ser compreendida e amplificada, estar pronta para resistir às constantes mudanças pelas quais o planeta venha a passar, e deve presidir a pessoas de todas as idades e níveis sociais, independente de possuir educação formal (BERNA, 2001).

O autor (*op.cit*) explica que a educação não formal é aquela cujo indivíduo não precisa de instituições escolares em cursos, com níveis, graus, programas, currículos e diplomas; ou seja, pode ser adquirida mediante projetos ou de forma autodidata. Diferente da educação formal que precisa de todos esses artifícios para ser adquirida. A Educação Ambiental formal obedece a um currículo que traz os conceitos ambientais que irão ser trabalhados em sala de aula.

Dias (2004, p.202) ajunta que: “a educação ambiental pode ser utilizada de diversas maneiras, porém com um só objetivo, que seria o de conceber valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências direcionadas para a preservação do meio ambiente. ”

Entretanto, essa demanda na educação das pessoas precisou ser dirigida e adequada à aplicação da Educação Ambiental, criando políticas públicas educativas voltadas à comoção da coletividade sobre a questão ambiental, de forma a envolver todo o público em geral, destacando-se assim a denominação Educação Ambiental Não Formal. Considerando que a Educação é uma busca constante de conhecimento na vida do ser humano, podemos ressaltar que ela tem início nos primeiros anos de vida do indivíduo e que dá continuidade em toda a sua vida escolar. A Educação Ambiental abrange toda a educação num processo pedagógico participativo, incluso num currículo e que utilize a interdisciplinaridade entre as disciplinas (DIAS, 2004).

5 A INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

De acordo com Fazenda (2002, p. 41), as relações entre várias disciplinas ou áreas de conhecimento podem ser aplicadas para:

[...] particularizar o auxílio encontrado no meio de quaisquer ramos de conhecimento distintos ou dentre quadrantes de diferentes naturezas de uma mesma ciência (Exemplo: Psicologia e seus diferentes setores: Personalidade, Desenvolvimento Social etc.). Distingue-se por apresentar uma impetuosa troca mútua, tendo em vista um enriquecimento de todas as partes inclusas.

Salientando essa representação convencional torna-se necessário destacar que a educação ambiental deve ser trabalhada em todas as disciplinas do currículo por ser de extrema importância. A fim de que a Educação Ambiental possa acontecer, segundo Vasconcelos (1997), é situação indispensável que a mesma esteja atuante em todas as práticas educativas e produza uma análise sobre as relações existentes dos seres entre si, do ser humano consigo mesmo e do ser humano com seus semelhantes.

A educação ambiental não precisa ser incluída no currículo escolar como disciplina específica. Dentro do ambiente contextual, basta que haja a participação de todos que compõem os sistemas educacionais, ou seja, a unidade escolar, o docente, os discentes e a própria comunidade (VASCONCELOS, 1997).

Santa Catarina (1998 *apud* BERNA, 2001, p. 52-53) confirma:

A Educação Ambiental, por não estar subordinada a datas comemorativas, calendários, etc [...], deverá vir lavrada em todas as jurisdições de formação e disciplinas curriculares obrigatórias, a fim de ser trabalhada no ambiente escolar como processo educacional. A educação ambiental envolve-se ao processo educacional como um ramo oblíquo que abrange conteúdos, desenvolvimento de conceitos e adquirir competências para atuar na realidade de maneira convertida. Dentro da sua linha do tempo, a educação ambiental deve desafiar a sensibilidade, construção de consciência do meio ambiente em geral e a abrangência crítica das questões ambientais que dizem respeito à sua utilização pelas sociedades humanas em toda a sua história.

Dentre os anos de 1997 e 1999, o MEC apresentou os PCN's, com o desejo de que eles se transformassem numa referência curricular para todos os discentes de todo o país. Nesse currículo é possível localizar todos os chamados temas transversais, ou seja, todos os tópicos que devem ser

trabalhados obrigatoriamente em todos os conteúdos. Evidenciam-se temas como ética, pluralidade cultural, orientação sexual e Meio Ambiente, dentre outros, A Educação Ambiental deve estar atuante em todas as disciplinas de forma geral, de acordo com as orientações dos PCN's.

Sato (2002) descreve que, existem diferentes maneiras de acrescentar a temática ambiental nos currículos escolares:

Com o intuito de apresentar novas metodologias que beneficiem a implementação da educação ambiental, não deixando de levar em conta o ambiente imediato, relacionado a exemplos de problemas atualizados, os professores devem incluir em suas práticas docentes atividades como: atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora de sala de aula, produção de materiais locais, projetos ou qualquer outra atividade que conduza os alunos a serem reconhecidos como agentes praticantes no processo que encaminha a política ambientalista.

Sato (2002) defende que a Educação Ambiental é uma peça salienta dentro do currículo escolar, pois mantém todas as atividades e arremessa os aspectos físicos, biológicos, sociais e culturais dos seres humanos. Os conteúdos devem ser corrigidos e revisados para que os mesmos se dirijam para um mesmo fim entre as disciplinas de maneira interdisciplinar, ressaltando sua abrangência e necessidade dentro da Educação Ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental constitui uma forma abrangente de educação que se propõe a atingir todos os indivíduos através de um processo pedagógico participativo, ela se propõe a formar indivíduos com uma consciência crítica sobre a temática ambiental.

Apesar da Educação Ambiental não ser uma novidade no contexto do ensino formal, ela historicamente, tem sido desenvolvida a partir de um enfoque de predominância ecológica, e, portanto, limitada à área das Ciências Naturais ou, mais particularmente, a alguns campos da Biologia, contudo, cada disciplina do currículo escolar, a partir de seus esquemas conceituais, tem uma contribuição a dar no processo de compreensão dos problemas ambientais, sob seus diferentes pontos de vista.

Cabe à escola propiciar condições para que os alunos desenvolvam habilidades exigidas na atualidade, sendo assim, capazes de fundamentar suas escolhas, entender e superar suas limitações e tenham participação efetiva nas mudanças necessárias na sociedade. Daí a conotação integradora e interdisciplinar da educação ambiental. Conclui-se, portanto, que é importante reconhecer o caráter interdisciplinar da educação ambiental e, de fato, integralizar a educação informal e formal na perspectiva de articular à dinâmica da vida coletiva em prol da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BELLONI, M. L. **O que é Mídia – Educação**. Campinas, SP: Autores associados, 2001.

BERNA, Vilmar. **Como fazer educação ambiental**. São Paulo: Paulus, 2001.

BRASIL. **Lei Federal nº 6938, de 31 de agosto de 1981**: Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, v.119, p. 16509, 02 set. 1981.

Constituição Federal. Coletânea de Legislação de Direito Ambiental. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. São Paulo: Gaia, 2004.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologias. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

INTEL. **Apostila – Programa Intel Educar: Fundamentos Básicos**. 2008.

Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1999.

MAGALHÃES, Juraci Perez. **A Evolução do Direito Ambiental no Brasil**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MARQUES, P. R. V. 2005. A reestruturação industrial e a questão ambiental: estudo de caso em uma empresa de médio porte. **Dissertação de mestrado**. Centro Universitário de Araquara.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente-doutrina-jurisprudência-glossário**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

PRADO, Maria Elisabette Brisola Brito. Articulações entre áreas de conhecimento e tecnologia. Articulando saberes e transformando a prática. In: ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconci de; MORAN, José Manuel (Org.). **Integração das tecnologias na educação**. Brasília: Ministério da Educação/SEED/TV Escola/Salto para o Futuro, 2005, cap.1, artigo 1.8, p. 54-58.

SATO, Michele. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

SOPELSA, Ortenila. **Dificuldades de aprendizagem**: uma resposta em um atelier pedagógico. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para um Desenvolvimento Sustentável**, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação. – Brasília: UNESCO, 2005.

VASCONCELLOS, H. S. R. A pesquisa-ação em projetos de Educação Ambiental. In: PEDRINI, A. G. (org). **Educação Ambiental**: reflexões e práticas contemporâneas. Petrópolis, Vozes, 1997.

JUSTIÇA AMBIENTAL E A REALIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ENVIRONMENTAL JUSTICE AND THE ACHIEVEMENT OF HUMAN RIGHTS

LA JUSTICIA AMBIENTAL Y EL LOGRO DE LOS DERECHOS HUMANOS

Ari Gonçalves Neto

Advogado e mestrando em Cognição e Linguagem (UENF).

Shirlena Campos de Souza Amaral

Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas (UFF)

Docente no Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem – UENF

Resumo: A sociedade contemporânea carece compreender a realidade por uma ótica mais humanista, na qual a busca por justiça ambiental se revela a partir da promoção de direitos e conscientização de princípios basilares da justiça social/distributiva, o que se alia a necessária equidade socioambiental nos atuais tempos globalizados. Em verdade, a justiça ambiental proporciona uma abordagem estritamente ecológica dos direitos humanos para além das abordagens antropocêntricas tradicionais, as quais enfatizam a existência de deveres humanos de cunho ecológico limitadores de outros direitos, de igual modo, humanos. Assim, analisa-se a importância da Justiça Ambiental na formação de cidadãos conscientes de seu pontual dever de proteção, promoção e socialização do meio ambiente, como corolário da dignidade da pessoa humana, tanto para a sociedade contemporânea, quanto para as futuras gerações.

Palavras-chave: Meio ambiente; Justiça ambiental; Direitos humanos.

Abstract: Contemporary society needs to understand reality from a more humanistic perspective, in which the search for environmental justice is revealed through the promotion of rights and awareness of basic principles of social/distributive justice, which allies the necessary socio-environmental equity in globalized times. Indeed, environmental justice provides a strictly ecological approach to human rights beyond traditional anthropocentric approaches, which emphasize the existence of human, ecologically boundary duties that limit other, equally human, rights. Thus, it is analyzed the importance of Environmental Justice in the formation of citizens aware of their specific duty to protect, promote and socialize the environment, as a corollary of the dignity of the human person, both for contemporary society and for future generations.

Keywords: Environment; Environmental justice; Human rights.

Resumen: La sociedad contemporánea carece de comprender la realidad por una óptica más humanista, en la cual la búsqueda de justicia ambiental se revela a partir de la promoción de derechos y concientización de principios basilares de la justicia social/ distributiva, lo que se alía con la necesaria

equidad socioambiental los actuales tiempos globalizados. En verdad, la justicia ambiental proporciona un enfoque estrictamente ecológico de los derechos humanos más allá de los enfoques antropocéntricos tradicionales, que enfatizan la existencia de deberes humanos de carácter ecológico limitadores de otros derechos, de igual modo, humanos. Así, se analiza la importancia de la justicia ambiental en la formación de ciudadanos conscientes de su puntual deber de protección, promoción y socialización del medio ambiente, como corolario de la dignidad de la persona humana, tanto para la sociedad contemporánea, como para las futuras generaciones.

Palabras-clave: Medio ambiente; Justicia ambiental; derechos humanos.

Considerações iniciais

O meio ambiente alcançou a partir do movimento constitucional sistematizado em 1988 o status de direito fundamental de todo cidadão brasileiro. Nessa perspectiva, foram elaborados e recepcionados ao longo desse novo período democrático normas efetivadoras desse direito essencial.

Verifica-se, no entanto, que não apenas a previsão constitucional em abstrato foi suficiente à salvaguarda desse direito de terceira geração. O Poder Público também não é o único que detém essa responsabilidade social fundamental. Em verdade, a mola propulsora da garantia ao meio ambiente efetivamente equilibrado perpassa pelos preceitos da Justiça Ambiental.

Em verdade, a Justiça Ambiental proporciona uma abordagem estritamente ecológica dos direitos humanos para além das abordagens antropocêntricas tradicionais, as quais enfatizam a existência de deveres humanos de cunho ecológico limitadores de outros direitos, de igual modo, humanos.

Assim, analisa-se a importância da Justiça Ambiental na formação de cidadãos conscientes de seu pontual dever de proteção, promoção e socialização do meio ambiente, como corolário da dignidade da pessoa humana, tanto para a sociedade contemporânea, quanto para as futuras gerações.

Em verdade, a visão integradora, holística e humanística da Justiça Ambiental constitui a condição máxima para a capacitação do cidadão, notadamente considerando esse não como um fim em si mesmo, mas como agente promotor dos próprios direitos inerentes à sua personalidade.

A metodologia utilizada foi bibliográfica baseada em autores que abordam a temática referente à importância da Justiça Ambiental como instrumento de efetivação e materialização do social e fundamental direito ao meio ambiente sadio e equilibrado.

O início do movimento por Justiça ambiental

Inicialmente, é oportuno registrar que a expressão Justiça Ambiental surgiu a partir dos movimentos sociais norte-americano, notadamente durante a década dos anos de 1960 quando houve sucessivas reivindicações por direitos civis pelo segmento das populações afrodescendentes, bem ainda com os protestos contrários à exposição humana à contaminação tóxica, especialmente, de origem industrial.

Assim, as origens históricas desta expressão remontam às lutas, às reivindicações e campanhas de movimentos sociais norte-americano em defesa dos direitos de segmentos sociais segregados, discriminados por questões raciais e de comunidades expostas a riscos de contaminação tóxica, por habitarem determinadas regiões vizinhas aos gigantescos depósitos de lixo tóxico ou às grandes indústrias emissoras de resíduos químicos (HERCULANO, 2002).

Neste sentido no livro *Defining Environmental Justice: theories, movements and nature*, do professor de Políticas e Relações Internacionais da Universidade do Arizona, David Schlosberg, há a indicação na expressão Justiça ambiental de pelo menos duas correntes do movimento social ambiental norte-americano, as quais se referem ao movimento contra a contaminação tóxica e o movimento contra o racismo ambiental (SCHLOSBERG, 2009).

Segundo Schlosberg (2009), o movimento contra a contaminação tóxica ganhou notoriedade a partir do emblemático caso *Love Canal* e do crescimento concomitante da conscientização pública sobre os perigos da ausência de regulamentação de despejos de resíduos tóxicos próximos a comunidades humanas.

Já na perspectiva da norte-americana Adeline Levine, o caso *Love Canal* tornou-se internacionalmente conhecido não somente por se referir a um

caso emblemático de poluição por dejetos químicos que atingiu drasticamente uma específica comunidade, mas porque serviu como exemplo para o ativismo social, “[...] cujo objetivo é a justiça ambiental” (LEVINE, 2004, p. 97). Foi com o caso *Love Canal* que o movimento contra a contaminação tóxica norte-americana teve em Rachel Carson (2010) sua maior inspiradora, ao passo em que ganhou ampla notoriedade nos EUA. Nesse sentido:

Em decorrência de Love Canal e de outros casos (leucemia infantil em Woburn, Massachusetts; más-formações congênitas em San José, Califórnia; ocorrência de crianças sem cérebro em Brownsville, Texas, câncer pancreático e cânceres no sistema nervoso nas crianças vizinhas à fábrica da Kodak, em Rochester, Nova York) e da existência de cerca de 30 mil depósitos químicos - dados de 1980 -, o Estado norte-americano criou, a partir daquela década, uma nova legislação ambiental federal: um superfundo, para indenização aos atingidos e para a recuperação ambiental das localidades (clean-up funds); uma lei que garante o direito da vizinhança conhecer o que nela está ou será instalado - The Community Right-to-know Act; bem como um programa de financiamento aos cidadãos para que possam contratar assessoria técnica especializada (HERCULANO, 2002, p. 215).

No entanto, faz-se oportuno registrar que o movimento norte-americano contra o racismo ambiental também consagrou a expressão Justiça Ambiental.

Joan Martínez Alier (2009, p. 35) observa que a perspectiva da Justiça Ambiental nos EUA corresponde a “[...] um movimento social organizado contra casos locais de racismo ambiental, possuindo fortes vínculos com o movimento dos direitos civis de Martin Luther King”.

O autor se refere ainda ao fato de que diversos colaboradores diretos do líder negro norte-americano estavam entre os mais de quinhentos participantes do episódio conhecido como o estopim do movimento por Justiça Ambiental no ano de 1982, em Afton, condado de Warren County, Carolina do Norte. Nesta localidade, aproximadamente 60% da população de 16 mil habitantes à época era composta por afro-americanos, os quais viviam em sua maioria em condições de extrema pobreza. O Governador local, no entanto, decidiu implantar na localidade um depósito para resíduos de policlorobifenilos (PCB). E, a partir disso, a comunidade de afro-americanos do local iniciou um intenso protesto não violento, com apoio nacional, o qual embora não tenha

surtido efeitos imediatos, marcou o surgimento daquilo que passou a ser denominado de movimento por Justiça ambiental (ALIER, 2009).

O movimento norte-americano por Justiça Ambiental durante a década de 1980 chamou atenção para o fato da distribuição das externalidades ambientais negativas do então praticado modelo de desenvolvimento industrial ser terrivelmente desigual, ao passo em que o componente racial era o fator principal desta fática realidade. Autores como Luke W. Cole e Sheila R. Foster ilustram bem o quanto essa desigualdade atingia a própria aplicação das leis ambientais pelo governo dos EUA, a saber:

Há uma divisão racial na forma como o governo dos EUA limpa depósitos de resíduos tóxicos e pune os poluidores. Comunidades brancas vêm uma ação mais rápida, melhores resultados e penalidades mais efetivas do que as comunidades onde os negros, hispânicos e outras minorias vivem. Esta proteção desigual ocorre independentemente da comunidade ser rica ou pobre (COLE; FOSTER, 2001, p.57).

Segundo Henri Acselrad (2004), um dos principais teóricos da temática da Justiça Ambiental no Brasil, foi com os acontecimentos em Afton em face das iniquidades ambientais locais que o movimento por Justiça ambiental se consolidou, ao passo em que assumiu um papel central na luta por direitos civis e introduziu o tema da desigualdade ambiental na agenda do movimento ambientalista tradicional.

À época, fazia-se necessária a realização de estudos científicos para o fornecimento de dados suficientes para embasar as lutas dos movimentos por Justiça Ambiental nos EUA. A esse respeito, Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 19), destacam que o movimento por Justiça Ambiental norte-americano “[...] estruturou suas estratégias de resistência recorrendo de forma inovadora à própria produção de conhecimento. Lançou-se mão então de pesquisas multidisciplinares sobre as condições da desigualdade ambiental no país”.

Os movimentos em Afton motivaram a realização de um importante estudo em 1983 pela *U.S. General Accounting Office - GAO*, agência independente e apartidária que trabalha para o Congresso dos EUA, o qual foi intitulado de *Siting of hazardous waste landfills and their correlation with racial and economic status of surrounding communities*.

E, de acordo com o sociólogo norte-americano Robert Bullard (2004), um dos mais importantes pesquisadores da temática afeta ao racismo ambiental, o referido estudo demonstrou que 75% das áreas nas quais se situavam os aterros comerciais de resíduos perigosos da chamada “Região 4” dos EUA (que compreende a oito estados na região sudeste do país) se encontravam localizadas junto a comunidades afro-americanas, situação que contrastava com o fato delas representarem apenas 20% da população da referida região.

Em 1987 um segundo e importante estudo foi realizado a pedido da *United Church of Christ (UCC)*, uma importante Igreja protestante dos EUA, notadamente por meio de sua Comissão de Justiça Racial. O referido trabalho foi denominado de *Toxic Wastes and Races*, e se referia a um dos principais estudos pertinentes à correlação de fatores demográficos que determinavam a escolha dos locais para a instalação e manipulação de resíduos tóxicos.

Bullard (2004) afirma que este trabalho evidenciou a questão racial como a grande e determinante variável no que diz respeito à escolha dos locais onde tais instalações eram localizadas, de modo que superava a pobreza, o valor da terra e as propriedades dos imóveis. Assim, e a partir desse estudo, a expressão racismo ambiental foi definitivamente cunhada. Seu autor foi o Reverendo Benjamin Chavis, da UCC, que utilizou essa expressão pela primeira vez quando se preparava para divulgar publicamente os resultados do estudo.

O racismo ambiental, portanto, corresponde ao fenômeno por meio do qual inúmeras políticas públicas de origem ambiental acabam afetando e prejudicando de modo cristalinamente desigual, intencionalmente ou não, diversos indivíduos e comunidades de cor. Neste sentido, para Bullard (2004), o racismo ambiental é a forma pela qual se dá a efetivação da discriminação institucional operando onde grupos étnicos ou raciais formam minorias políticas ou numérica.

Segundo Acselrad, Mello e Bezerra (2009), esse avanço no campo teórico objetivava a busca por instrumentos que permitissem uma efetiva “avaliação de equidade ambiental”, capaz de introduzir variáveis sociais nos tradicionais estudos de avaliação de impacto.

Nesse sentido, as campanhas contra o racismo ambiental tiveram seu ápice no ano de 1991, especialmente considerando a realização da conferência intitulada *First National People of Color Environmental Leadership Summit*, realizada em Washington. E, segundo Bullard (2004), essa conferência estendeu o foco dos movimentos por Justiça Ambiental para questões que até então não eram analisadas, como por exemplo, a saúde pública, segurança do trabalho, o uso do solo, moradias, e, especialmente, a alocação de resíduos tóxicos.

As conclusões dos trabalhos nesta Conferência levaram à aprovação de 17 Princípios da Justiça Ambiental, ou seja, uma carta de princípios que não se limitou, no entanto, as questões raciais, de modo que também restou estabelecida uma verdadeira agenda ambiental atenta às vulnerabilidades sociais e étnicas.

No ano de 1992 outro importante acontecimento se deu no cenário norte americano com a elaboração do relatório *Environmental equity: reducing risks for all communities* pela Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA). A importância deste estudo, segundo Bullard (2004), reside no fato de ter sido a primeira investida institucional do governo norte-americano no tema da equidade ambiental.

As conclusões da Agência de Proteção Ambiental norte-americana influenciou a promulgação pelo então Presidente dos EUA, Bill Clinton, de uma ordem executiva em 1994. Denominada *Federal actions to address environmental justice in minority populations and low-income populations*, a ordem executiva n. 12.898/94, decretou que todas as comunidades e indivíduos, independentemente de questões relacionadas à raça ou ao nível de renda possuíam direito de viver em um ambiente seguro e saudável. Restou determinado, ainda, que todas as agências e departamentos do Governo Federal norte-americano deveriam incorporar as demandas por Justiça ambiental. Neste sentido, Roberts e Toffolon-Weiss destacam que:

A ordem executiva de Clinton era um instrumento fornecendo uma base legal para que os regulamentos estaduais e federais protegessem as comunidades pobres e as minorias. Nos anos 90, os grupos comunitários em todo o país citavam essa ordem e apresentavam queixas usando o Título VI da lei dos Direitos

Civis de 1964, com reivindicação à EPA de que, enquanto minorias, elas estavam sofrendo o impacto desproporcional da poluição (ROBERTS; TOFFOLON-WEISS, 2004, p. 84).

Entretanto, com a transição do governo Clinton para o governo de George W. Bush, a expressão Justiça Ambiental perdeu força institucional e passou novamente a ser pautada pelas reivindicações de grupos e movimentos sociais, estando sua sobrevivência condicionada ao fortalecimento das lutas políticas, baseadas numa ampla coalizão dos movimentos sociais de reivindicação de direitos civis e dos grupos de defesa ambiental (ROBERTS; TOFFOLON-WEISS, 2004), quadro que perpetua até os dias atuais.

Assim, percebe-se que as raízes do chamado movimento por Justiça Ambiental surgido nos EUA estão vinculadas, ao menos para parte da doutrina especializada, aos dois movimentos sociais, quais sejam, o movimento contra a discriminação tóxica e o movimento contra o racismo ambiental. Entretanto, para outra corrente de estudiosos, há divergências, ao afirmar que apenas e tão somente os movimentos de luta contra o racismo ambiental originaram o movimento por Justiça Ambiental, notadamente considerando o caso de Afton em 1982.

Divergências à parte, entre os teóricos é unânime a conclusão de que, atualmente, a expressão Justiça Ambiental vai além do racismo ambiental. O racismo ambiental por certo é um discurso poderoso para o enfrentamento das injustiças ambientais diretamente vinculadas ao preconceito racial. Contudo, não serve para o enfrentamento de inúmeras outras situações de injustiças ambientais contemporâneas, cujos fatores determinantes não se vinculam a uma questão puramente racial.

Contemporaneamente, o movimento por Justiça Ambiental abarca todos os conflitos socioambientais cujos riscos são suportados de forma desproporcional sobre populações, e, ou, comunidades, socialmente vulneráveis ou mesmo sobre os países ditos de “Terceiro Mundo”.

Justiça Ambiental: uma análise sobre os direitos e a dignidade humana

As injustiças ambientais contemporâneas derivam de violações aos direitos humanos. E a relação existente entre os direitos humanos e a Justiça

Ambiental é indissociável. Nesta linha de inteligência, se tem que é cada vez mais crescente o reconhecimento da existência de um direito humano a um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado.

Outros desdobramentos dessa relação dizem respeito à importância em se assegurar o direito à vida, à saúde e ao bem-estar físico em casos de poluição, bem ainda nos casos de contaminação tóxica ou mesmo fenômenos climáticos decorrentes dos efeitos do aquecimento global.

A Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972 estabeleceu em seu primeiro artigo do preâmbulo, que o meio ambiente natural e o criado pelo ser humano são “essenciais para o bem-estar e para o gozo dos direitos humanos fundamentais, até mesmo o direito à própria vida” (ONU, Declaração de Estocolmo, 1972).

A Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1990, publicou a Resolução de nº. 1990/41, a qual restou intitulada Human rights and the environment. Este documento reconheceu que a degradação ambiental provoca irreversíveis alterações no meio ambiente, de modo que ameaça os ecossistemas que promovem o bem-estar humano.

Essa relação entre a preservação do ambiente planetário, direitos humanos e Justiça Ambiental decorre de uma óbvia constatação, qual seja, o equilíbrio ecológico do planeta Terra é condição essencial para que não sejam violados os direitos humanos, provocando assim, injustiças ambientais.

Neste sentido, existe uma necessária e indestrutível relação entre o equilíbrio ecológico do meio ambiente e a dignidade da pessoa humana, a qual, no contexto brasileiro, foi elevada a um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito (BRASIL. CRFB, 1988). Assim, todo desequilíbrio ecológico do ambiente provoca ações antropogênicas, acarretando inúmeras situações que correspondem a verdadeiras recusas da dignidade a certos indivíduos e comunidades, especialmente aqueles que se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Esses fatos fazem surgir à injustiça social. Assim, percebe-se a estreita relação entre direitos humanos e Justiça Ambiental decorrente, de igual modo, da estreita relação entre o equilíbrio ecológico e dignidade humana.

Neste sentido, Edson Ferreira de Carvalho observa que:

Pode-se dizer que a relação entre a existência do ambiente ecologicamente equilibrado e a dignidade humana é umbilical. A existência de ambiente adequado foi essencial para o início da vida há milhões de anos atrás e continua sendo, hoje e no futuro, essencial para sua manutenção e perpetuação. [...] Não se concebe vida digna, onde se respira ar poluído, se ingere alimento envenenado, se bebe água contaminada, e se está sujeito à ação de substâncias que representam riscos à vida e à saúde (CARVALHO, 2006, p. 78).

Neste mesmo sentido, as verificações de que todas estas situações de violações de direitos humanos são agravadas pela degradação e desequilíbrio ambiental também foram retratadas quando do estudo elaborado pelo Centro de Derechos Humanos y Ambiente - CEDHA, organização não governamental sediada em Córdoba, Argentina, intitulado *Una Nueva Estrategia de Desarrollo para las Américas: desde los derechos humanos y el medio ambiente*. Este estudo assinalou que a degradação do meio ambiente, bem ainda que o esgotamento dos recursos naturais geram, dentre outras coisas:

(a) pobreza, desemprego e emigração para as cidades; (b) afeta o uso e gozo dos direitos humanos; (c) cria problemas novos, como os refugiados ambientais e suas consequências econômicas, sociais, culturais e políticas; e (d) aprofunda severamente problemas já existentes tais como as doenças e mortes associadas à poluição e à contaminação do ambiente (CENTRO DE DERECHOS HUMANOS Y MEDIO AMBIENTE, 2002).

O estudo da CEDHA trata-se de uma cristalina constatação emblemática para a relação entre Justiça Ambiental e direitos humanos, na medida em que ressalta justamente que a degradação ambiental faz surgir consequências nefastas para toda espécie humana.

Ainda faz-se importante registrar que as questões pertinentes entre os direitos humanos e Justiça Ambiental podem, ainda, ser analisadas de acordo com as conclusões estabelecidas por Dinah Shelton quando do estudo endereçado ao Conselho Permanente da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Dinah (2002) destaca, no estudo intitulado *Human rights and the environment*, que desde a Conferência de Estocolmo, as relações erguidas entre os direitos humanos e o meio ambiente foram reformuladas de várias

maneiras em diversos instrumentos jurídicos e por meio de múltiplas decisões judiciais. Nesta perspectiva, Shelton estabelece quatro enfoques não excludentes. O primeiro enfoque reafirma que o meio ambiente sadio é condição *sine qua non* para a fruição dos direitos humanos internacionalmente garantidos. De modo que a proteção ambiental se torna instrumento essencial para o efetivo gozo universal dos direitos humanos como, por exemplo, o direito à vida e à saúde.

Já o segundo enfoque dispõe que o gozo de determinados direitos humanos são fundamentais para se efetivar a proteção do meio ambiente. Nesta medida, a vinculação entre direitos humanos e a proteção ambiental é tratada, em geral, por termos procedimentais, como o acesso à informação, à participação pública e o acesso aos efetivos procedimentos judiciais e administrativos, inclusive, no que diz respeito à compensação e à reparação de danos. O terceiro enfoque, mais recente, trata os direitos humanos e a proteção do meio ambiente como temas indivisíveis e inseparáveis. Estabelece, portanto, o reconhecimento do direito a um meio ambiente seguro e sadio como um direito humano independente.

O quarto enfoque assenta que, diferentemente dos demais, não se baseia em direitos, mas sim em responsabilidades e deveres éticos de cada indivíduo de preservar o meio ambiente tanto para a presente quanto para as futuras gerações, bem ainda para fins de proteger e observar os direitos humanos internacionalmente reconhecidos.

Assim, e considerando a perspectiva da Justiça Ambiental, o enfoque primeiro da relação existente entre o meio ambiente e os direitos humanos se fortalece, porquanto, inúmeras das demandas por Justiça Ambiental se evidenciam em processos antropogênicos que geram degradação ambiental e conduzem à ofensa aos direitos humanos (DINAH, 2002).

Em verdade, vários processos de degradação ambiental atingem a dignidade da pessoa humana em milhares de comunidades, na exata proporção da desigualdade social também existente.

E a degradação do meio ambiente, neste contexto, é efetivamente uma ameaça aos direitos humanos. E esta constatação se justifica porque atinge à vida, à saúde, e à cultura de indivíduos e comunidades humanas em estado de

maior vulnerabilidade social de modo muito mais intenso do que sobre o restante da população, em verdadeiros processos de recusa à dignidade humana dos atingidos (DINAH, 2002).

Carvalho (2006, p. 140) afirma que “o objetivo do Direito Internacional dos Direitos Humanos, tal qual foi expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos e seus protocolos, é a liberdade, a justiça e a paz no mundo”. Porém, este mister não vem sendo alcançado na medida em que a degradação ambiental, direitos iguais e inalienáveis, todos incertos na perspectiva da dignidade humana, estão sendo desrespeitados.

Deste modo, a primeira implicação jurídica que uma perspectiva ampliada da Justiça Ambiental acarreta é em constatar o meio ambiente sadio e equilibrado como pré-condição para a fruição de direitos humanos.

Vale ressaltar que os direitos humanos procedimentais constituiu-se o foco de vários debates travados na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, realizada em Junho do mesmo ano, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. E o resultado foi a elaboração da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O princípio 10 da Declaração suso estabelece que:

O melhor modo de tratar as questões ambientais é com a participação de todos os cidadãos interessados, em vários níveis. No plano nacional, toda pessoa deverá ter acesso adequado à informação sobre o ambiente de que dispõem as autoridades públicas, incluída a informação sobre os materiais e as atividades que oferecem perigo a suas comunidades, assim como a oportunidade de participar dos processos de adoção de decisões. Os Estados deverão facilitar e fomentar a sensibilização e a participação do público, colocando a informação à disposição de todos. Deverá ser proporcionado acesso efetivo aos procedimentos judiciais e administrativos, entre os quais o ressarcimento de danos e recursos pertinentes (RIO DECLARATION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT, 1992).

Já no que diz respeito à participação cidadã, a Convenção citada assegura o direito do público em participar das discussões sobre projetos ou atividades específicas que possam ter efeito significativo no ambiente ou na saúde, bem como sobre políticas e programas específicos (ACUÑA, 2005, p. 152).

A Convenção de Aarhus de 1998 também estabeleceu os procedimentos que devem ser adotados para garantir o direito ao acesso à justiça em matéria ambiental. Assim, mesmo que não tenha um efeito jurídico vinculativo para além dos países que a ratificaram, é reconhecidamente um dos instrumentos jurídicos de direito internacional mais avançados e importantes sobre o acesso em matéria ambiental.

De acordo com Klaus Bosselmann (2010), a Convenção de Aarhus surgiu inicialmente como uma Convenção regional, promovida pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa. No entanto, no ano de 2007, havia sido assinada e ratificada por mais de 40 nações, especialmente da Europa e Ásia Central. Ainda para Bosselmann, muito embora a finalidade do acordo ainda seja de caráter regional, “[...] a importância da Convenção de Aarhus é global e ela representa o mais primoroso tratado do Princípio 10 da Declaração do Rio de Janeiro” (2010, p. 81). Tanto o Princípio 10 da Declaração do Rio quanto a Convenção de Aarhus, mantém uma forte vinculação não apenas com a efetividade dos direitos humanos como também em relação à efetividade da Justiça Ambiental.

Assim, se tem que a segunda implicação jurídica que a perspectiva da Justiça Ambiental acarreta no que diz respeito aos direitos humanos está relacionado ao fortalecimento de direitos humanos procedimentais na tutela do meio ambiente.

Ressalta-se, por oportuno, que o primeiro instrumento jurídico de direito internacional a tratar da existência de um direito humano ao meio ambiente sadio foi a Declaração de Estocolmo de 1972, a qual assentou em seu Princípio 1º, que:

O ser humano tem o direito fundamental à liberdade, igualdade e condições de vida adequadas, num meio ambiente de uma qualidade tal que permita uma vida de dignidade e bem-estar, e tem uma responsabilidade solene de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e as futuras (ONU, DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO, 1972).

Desde Estocolmo, observa Bosselmann, o direito humano ao meio ambiente sadio e equilibrado vem sendo reconhecido em diversos instrumentos

jurídicos de soft law, constituições nacionais e decisões judiciais internas de países (2010, p. 85).

E de acordo com os estudos desenvolvidos por Shelton (2002, p. 15), o principal argumento a favor desse direito é que ele “[...] eleva todo o espectro das questões ambientais para conferir-lhe um lugar como valor fundamental da sociedade, num nível igual ao de outros direitos e superior à legislação ordinária”.

As vantagens desse reconhecimento do direito humano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado são diversas. Edson Ferreira de Carvalho cita algumas delas, as seguintes:

- (a) serve como uma limitação jurídica ao poder de pressão política de grupos econômicos; (b) serve para assegurar reparações de danos, em determinadas situações em que as normas jurídicas de direito interno não têm obtido êxito; (c) assegura o acesso à justiça e impulsiona a outorga de remédios jurídicos apropriados à proteção ambiental perante as cortes internacionais; (d) implica uma flexibilização das normas jurídicas de legitimação ativa, isenção de ônus sucumbencial e até inversão do ônus da prova; (e) estimula o ativismo político e jurídico, bem como o debate e as ações em defesa do meio ambiente; (f) legitima a supervisão internacional das políticas ambientais no âmbito interno dos Estados nacionais; (g) favorece a adoção de um padrão não discriminatório do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado; (h) amplia o direito de petição na esfera internacional; (i) produz mudanças na linguagem, na consciência e nas ações das pessoas, induzindo a adoção de comportamentos mais ecológicos e a reprovação social e jurídica dos infratores (CARVALHO, 2006, p. 173-175).

No entanto, além do fato de se conhecer a existência de direitos humanos ao meio ambiente sadio e equilibrado, a questão que realmente interessa é saber se o reconhecimento desse direito humano acarretaria alguma mudança no nível da proteção ambiental, ou se evitaria a proliferação das injustiças ambientais mundiais. Ou seja, esses apontamentos mostram a necessidade da construção de uma posição conciliatória na abordagem desse direito humano ao meio ambiente sadio, capaz de reconhecer a existência de valores intrínsecos à natureza e às formas de vida não-humanas em geral.

Desse modo, a abordagem ecológica dos direitos humanos, apresenta uma forte preocupação social, especialmente, em relação a certos e

determinados grupos humanos vulneráveis. Trindade assevera que “a proteção dos grupos humanos vulneráveis surge hoje na confluência da proteção dos direitos humanos e da proteção ambiental” (TRINDADE, 1993, p. 94). Trindade também destaca que desde a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, já era sinalizado a proteção e o fortalecimento dos grupos humanos vulneráveis. Neste sentido, o citado autor estabelece que a Comissão Brundtland, no relatório *Our Common Future*, deixou mais do que claro o fato de que embora os procedimentos de desenvolvimento tenham conduzido a maioria das comunidades locais a se integrarem a uma estrutura socioeconômica mais ampla, tal fenômeno não atinge todas as comunidades.

A ideia de direitos humanos ecológicos apresenta-se ainda como uma alternativa à crescente reivindicação, por parte de ambientalistas profundos e juristas do ambiente, de direitos da natureza e direitos animais. E isso se justifica porque os referidos direitos ecológicos antropocentrismo tradicional dos direitos humanos, na medida em que enfatiza a esfera dos deveres humanos de cunho ecológico, os quais passam a ser vistos como verdadeiras limitações ecológicas ao exercício de outros direitos humanos.

Nota-se que essa perspectiva ecológica dos direitos humanos, para ser alcançada, necessita fundamentalmente de avanços no campo ético e filosófico, capazes de fomentar uma nova racionalidade jurídica aplicável aos casos de injustiças ambientais. Um bom exemplo para esse projeto dos direitos humanos ecológicos pode ser extraído da Carta da Terra, adotada em junho de 2000 em Haia. Conforme Bosselmann, a Carta da Terra considera os direitos humanos tanto como base da vida e bem-estar humanos, quanto como uma limitação destes (BOSELLEMAN, 2010).

Isso porque além de fortalecer os direitos humanos, a Carta da Terra estabelece, por meio de deveres humanos de cunho ecológico, verdadeiras limitações aos direitos humanos tradicionais.

Neste sentido, pode-se extrair uma implicação jurídica no sentido de que a perspectiva ampliada da Justiça Ambiental no âmbito dos direitos humanos põe segundo Bosselmann (2010) em marcha uma abordagem estritamente ecológica dos direitos humanos, para além das abordagens antropocêntricas tradicionais, as quais enfatizam a existência de deveres

humanos de cunho ecológico limitadores de outros direitos, de igual modo, humanos. E somente a partir deste contexto será possível garantir e fruir de um meio ambiente saudável, equilibrado e sustentável.

Considerações finais

A Justiça Ambiental é, contemporaneamente, o mais importante instrumento de efetivação, conscientização e socialização do direito ao meio ambiente efetivamente equilibrado. Sua visão holística, humanística e integradora proporciona a correta fruição do meio ambiente e de seus finitos recursos postos à disposição do homem.

A Justiça Ambiental, ademais, retira o homem de seu estado isolacionista, trazendo-o para a concepção integrativa-associativa. O ser humano não é e não pode ser considerado um fim em si mesmo. Em verdade, em associação consciente ao meio ambiente é que o homem completa-se perfeitamente.

A Justiça Ambiental, em verdade, proporciona uma abordagem estritamente ecológica dos direitos humanos, para além das abordagens antropocêntricas tradicionais, as quais enfatizam a existência de deveres humanos de cunho ecológico limitadores de outros direitos, de igual modo, humanos.

Assim sendo, somente pela Justiça Ambiental será possível promover efetivamente um meio ambiente com qualidades bastantes à ambiência, com vistas a corar o axioma da dignidade humana.

Referências

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, Henri. Novas articulações em prol da justiça ambiental. **Revista Democracia Viva**, nº 27, Jun/Jul 2005, p. 01.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecilia Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ACUÑA, Guillermo. O princípio de acesso à informação, participação e justiça em matéria ambiental na América Latina: novos espaços, novos direitos? In:

FREITAS, Vladimir de Passos. (Coord.) **O direito ambiental em evolução 4**. Curitiba: Juruá, 2005.

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2009.

BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Orgs.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BOSELMMANN, Klaus. Direitos humanos, meio ambientes e sustentabilidade. In: SARLET, Ingo Wolfgang (org.). **Estado socioambiental e direito fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010, p. 81.

BRASIL. **Constituição da República federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília-DF: Senado, 1988.

CARVALHO, Edson Ferreira de. **Meio Ambiente & Direitos Humanos**. Curitiba: Juruá, 2006.

CENTRO DE DERECHOS HUMANOS Y MEDIO AMBIENTE. **Una Nueva Estrategia para el Desarrollo para las Américas**: desde los Derechos Humanos y el Medio Ambiente. Disponível em: <<http://wp.cedha.net/wp-content/uploads/2011/05/Una-Nueva-Estrategia-de-Desarrollo-para-las-Am%C3%A9ricas.pdf>>. Acesso em: 18 fev 2019.

CARSON. Rachel. **Primavera Silenciosa**. Tradução de Cláudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Gaia, 2010.

COLE, Luke W.; FOSTER, Sheila R. **From the ground up**: environmental racism and the rise of environmental justice movement. New York and London: New York University Press, 2001.

Direitos Humanos e meio ambiente. Tradução livre. CONSELHO PERMANENTE DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS/COMISSÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E POLÍTICOS. **Direitos humanos e meio ambiente. Resumo do documento apresentado pela professora Dinah Shelton**. 2002. Disponível em: <<http://www.oas.org/consejo/pr/cajp/Documentos/cp09488p09.doc>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

Direitos Humanos e Meio Ambiente. **UNITED NATIONS COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. Human rights and the environment**, 6 March 1990, E/CN.4/RES/1990/41. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/refworld/docid/3b00f04030.html>>. Acesso em: 18 fev 2019.

HERCULANO, Selene. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. In: I ENCONTRO DA ANPPAS, 2002,

Indaiatuba/SP. **Anais do I Encontro da ANPPAS**. Indaiatuba: ANPPAS, 2002, 17 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente: 1972**. Disponível em < <http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>>. Acesso em 15 de fev. 2019.

ROBERTS, J. Timmons; TOFFOLON-WEISS, Melissa. Concepções e polêmicas em torno da justiça ambiental nos Estados Unidos. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Orgs.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

SCHLOSBERG, David. **Defining Environmental Justice: theories, movements and nature**. New York: Oxford University Press, 2009.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos Humanos e Meio Ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1993.

UNITED NATIONS. **Rio Declaration on Environment and Development**. 1992. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm>>. Acesso em: 20 fev 2019.

HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NAS AULAS DE PRODUÇÃO TEXTUAL

STORIES IN PICTURES IN TEXTUAL PRODUCTION CLASSES

HISTORIAS EN IMÁGENES EN CLASES DE PRODUCCIÓN TEXTUAL

Luciano Dias de Sousa

Mestre em Cognição e Linguagem e Docente na UEMG.

Flávio Aparecido de Almeida

Mestre em Ciências da Religião e docente da UEMG.

Marcos Vinicius de Andrade Gomes

Graduando em História (UEMG).

Raynara de Carvalho Silva

Graduanda em História (UEMG).

Lucas Martins Guimarães Jones

Graduando em História (UEMG).

Resumo: As histórias em quadrinhos (HQs) são valorizadas por livros didáticos e pesquisadores que enfatizam sua influência no ensino de Língua Portuguesa no aspecto da leitura e escrita, devido à condição de articular entre elementos verbais e não-verbais na estrutura da linguagem. O objetivo do estudo é destacar a importância das histórias em quadrinhos como recurso didático usado em sala de aula para ampliar o aprendizado de leitura e escrita, trazendo para o ambiente escolar o texto multimodal, além de poder associar a prática de leitura de forma prazerosa e que vai ao encontro do mundo dos alunos.

Palavras-chave: história em quadrinhos; ensino-aprendizagem; leitura; escrita

Considerações iniciais

A sociedade atual demanda mudanças constantes, as mudanças proporcionadas por uma nova realidade social provocadas pela era digital que trouxeram modificações de comportamento e na forma de como escrevemos e fazemos nossas leituras, e de como comunicamos em sociedade. Nesse sentido, essa realidade da era digital, também chegou na escola e exige novas formas de produzir conhecimento e na maneira de ensinar e aprender.

Sempre houve um amplo debate sobre a questão da escrita e leitura, afirmações de dados de pesquisas que mostram que nossos alunos não leem e apresentam dificuldades na escrita. A escola tem o compromisso de passar os conteúdos e levar os alunos ao aprendizado. Para isso, incentiva o uso de recursos didáticos que favoreçam o intercâmbio entre o cotidiano do aluno e a aplicação destas experiências no conhecimento em sala de aula.

Cada época demanda certas necessidades de comunicação, isso porque o ser humano vai buscando formas de se adaptar no meio social, principalmente, pelo uso da linguagem e pelo processo participativo. Atualmente, não é suficiente apenas sabermos ler textos para poder exercer uma cidadania ativa, pois na sociedade letrada outras exigências são realizadas, outras habilidades são requeridas para o acesso à informação e ao saber, por isso, uma nova concepção de leitura emerge para dar conta de nossa ação diária de ler o mundo.

A atividade de leitura demanda uma condição de leitor que de acordo com Marcuschi (2008) não como um sujeito consciente e dono do texto, mas inserido na realidade social e tem que operar sobre conteúdos e contextos socioculturais com os quais lida permanentemente. Dessa forma, Marcuschi afirma:

Compreender bem um texto não é uma atividade natural nem uma herança genética; nem uma ação individual isolada do meio e da sociedade em que se vive. Compreender exige habilidade, interação e trabalho. Na realidade, sempre que ouvimos alguém ou lemos um texto, entendemos algo, mas nem sempre essa compreensão é bem-sucedida. Compreender não é uma ação apenas linguística ou cognitiva. É muito mais uma forma de inserção no mundo e um modo de agir sobre o mundo na relação com o outro dentro de uma cultura e uma sociedade (MARCUSCHI, 2008, p. 229-230).

Diante disto, o trabalho com a leitura e escrita tornam-se cada vez mais primordial e a escola deve propiciar um ambiente que estimule a formação de leitores competentes.

Koch e Elias (2006) afirmam que podemos fazer a leitura de um texto produzido em linguagem escrita, como a de um artigo de opinião; em linguagem oral, como a de um debate regado público; em linguagem mista,

como a de um filme ou uma história em quadrinhos; em linguagem pictórica, como a de uma pintura; e assim por diante.

A composição textual está cada vez mais baseada em uma mescla da escrita e a imagem, estando tais elementos fazendo parte de uma relação quase que indissociável. Essa junção ganhou mais força com o advento tecnológico, que tem deflagrado, nos últimos anos, uma intensa adesão ao plano visual. O texto assume, hoje, a condição de multimodal. O que tem facultado a promoção de novas formas e maneiras de ler.

É preciso perceber que as imagens (estáticas ou dinâmicas) e os sons são concludentes de uma obra que ao considerá-los, a elaboração de sentidos tomará muitos outros caminhos além daquele formado estritamente pelas palavras. Com isso, os textos passam a ser entendido como 'modos de dizer' que não precisam ser exclusivamente escritos: podem também apresentar elementos visuais e sonoros ou acontecer formas estáticas ou em movimento, como vemos em filmes ou propagandas. [...] isso construiria a multimodalidade ou multissemiótica dos textos, as quais instauram várias possibilidades de construção de sentido (ROJO, 2012, p. 182).

Sendo assim, ler bem, ou ser um leitor competente, não é apenas compreender o que está dito, mas compreender também o não dito, "as entrelinhas", o implícito do texto. Leitor competente e leitor crítico é aquele que, diante de qualquer texto, verbal e não verbal, coloca-se numa postura ativa, de análise, de resposta ao texto lido.

Nesse contexto, entre tantos outros gêneros, as Histórias em Quadrinhos (HQs) estão entre os principais representantes da multimodalidade no contexto escolar, contribuindo significativamente ao estudo e ensino de língua portuguesa, seu uso tem também pode ajudar na prática de leitura e produção textual, bem como para a reflexão sobre o funcionamento da língua nas diversas situações comunicativas, para aprendizagem dos recursos que a língua lhes oferece para a construção do sentido, na compreensão da adequação dos textos em cada situação cotidiana, além do conhecimento da diversidade dos gêneros e tipos textuais.

A história em quadrinhos (HQs) configura-se como um destes recursos didáticos, constitui-se em uma alternativa capaz de atender às diferenças do

aluno criando um ambiente de trabalho amistoso e atraente. Seu uso envolve o intercâmbio de disciplinas, tais como artes visuais (desenho, animação, uso da linguagem não verbal), português e literatura (história, sequência de ações, inserção de onomatopeias, diálogos), além da disciplina do tema transversal abordado.

Para Carvalho (2006, p. 31) a mistura de texto e desenho, seja pelos diversos tipos de histórias ou, ainda, por heróis (e super-heróis) inesquecíveis, os quadrinhos sempre foram uma mídia sedutora para o público infanto-juvenil. Assim, naturalmente, as HQs são também um instrumento potencial para educar.

O objetivo deste estudo é propor o uso das histórias em quadrinhos como recurso didático nas salas de aula, mostrando a importância de explorar as possibilidades dos quadrinhos para analisar e debater questões sociais; explorar o trabalho com temas transversais nas aulas de Língua Portuguesa.

1. Histórias em quadrinhos em perspectiva

A forma de o homem passar uma mensagem, através de uma sequência de imagem, de forma narrativa, confunde-se com a história da humanidade desde o registro arte rupestre. A imagem narrativa como forma de comunicação vem inserida no processo construção da sociedade. A história em quadrinhos que conquistou o povo pela sedução das imagens, por causa da facilidade de entendimento da leitura e a apresentação de inúmeras possibilidades.

O surgimento da história em quadrinhos ocorreu no final do século XIX. E tornou um fenômeno em todo o mundo, consolidando-se. Principalmente, com o surgimento dos super-heróis. Mesmo depois de mais de um século continua a despertar grande interesse nos dias atuais.

Para Rama e Vergueiro (2005), mesmo o aparecimento da imprensa não impediu que a imagem gráfica continuasse a desempenhar papel importante na comunicação humana, a evolução da indústria tipográfica e o jornalismo forneceram o aparecimento das histórias em quadrinhos.

A evolução da indústria tipográfica e o surgimento de grandes cadeias jornalísticas, fundamentais em uma sólida tradição iconográfica criaram as condições necessárias para o aparecimento das histórias em quadrinhos como meio de comunicação em massa. Ainda que as histórias ou narrativas gráficas contendo os principais elementos da linguagem dos quadrinhos possam ser encontradas paralelamente, em várias regiões do mundo, é possível afirmar que o ambiente mais propício para seu florescimento localizou-se nos Estados Unidos do final do século XIX, quando todos os elementos tecnológicos e sociais encontravam-se devidamente consolidados para que as histórias em quadrinhos se transformassem em um produto de consumo massivo, como de fato ocorreu (RAMA e VERGUEIRO, 2005, p.10).

Através das tirinhas de jornal, das revistas, *fanzines* e dos álbuns que colecionam trabalhos de autores consagrados, os quadrinhos estabeleceram um espaço próprio entre as demais linguagens e veículos da indústria cultural. Assim, em interação com a imprensa, o cinema, a publicidade, o rádio e, mais tarde, a televisão.

As primeiras pesquisas que buscam avaliar a leitura dos quadrinhos nos jornais datam da década de 1960, nos Estados Unidos, e já mostravam esta forte relação: dos 2,5 bilhões de consumidores dos principais jornais da época, 83% dos leitores e 79% das leitoras declaravam acompanhar diariamente as tiras de quadrinhos (CARVALHO, 2006, p.25).

As histórias em quadrinhos contribuíram para a formação da cultura de nosso século (um dos vários exemplos que serviriam para atestar essa afirmação é a popularidade do Super-Homem, personagem surgido nos *comics* norte-americanos em 1938, que se tornou conhecido em todo o mundo). O Super-Homem tornou-se ícone da cultura pop, presente nos quadrinhos, cinema, roupas e outros objetos que popularizou e deixou o personagem famoso desde seu surgimento até os dias atuais.



Figura 1: The secrets of DC's greatest heroes. Disponível em: screenrant.com/superman-secret-identity-heroes-crisis-comic/. Acesso em: 14 de maio de 2019.

Atualmente, os quadrinhos representam, sem dúvida, em todo o mundo, também um meio de comunicação de massa muito popular: as publicações do gênero circulam com uma enorme variedade de títulos e tiragens de milhares, até mesmo milhões, de exemplares, adquiridos e consumidos por um público fiel, sempre ávido por novidades e novas histórias e aventuras, nos últimos anos, também pela forte influência de seus personagens no cinema. As adaptações das narrativas dos quadrinhos para o cinema e para séries de TV ajudaram a popularizar o gênero, trouxe para o universo dos quadrinhos um público que não tinha contato com esse tipo de leitura. Os personagens da Marvel Vingadores é uma prova desse sucesso e popularidade do gênero, conseguiu muita bilheteria em suas produções.



Figura 2: Cartaz do filme Vingadores no cinema. Disponível em: <https://itunes.apple.com/br/movie/vingadores-guerra-infinita/id1370224078>. Acesso em 16 de março de 2019.

Nas últimas décadas, as os quadrinhos passaram a ser adotadas sob outro ângulo, sendo implantadas nos livros didáticos de várias disciplinas, ainda que de forma lenta. Essa redescoberta da importância dessas obras teve início na Europa e depois em outras partes do mundo e aqui em nossa estrutura educacional são requeridas pela Lei de Diretrizes e Bases e os Parâmetros Curriculares Nacionais.

2. HQs na escola

A utilização de histórias em quadrinhos como recurso didático, na sala de aula, pode ser uma ferramenta fundamental uma vez que a mesma apresenta uma combinação de comunicação visual e verbal. Podendo ser uma metodologia para os constantes desafios de desenvolver práticas pedagógicas mais eficientes, no intuito de sair da tendência tradicional.

Nas HQs, as imagens não são aleatórias, nem tampouco com finalidade exclusiva de entretenimento. Elas comunicam mensagens de grande importância, possibilitando leituras repletas de informações, juntamente com narrativas de variados assuntos, acompanhando a evolução histórica que acontece continuamente.

É através da união de imagens e textos, que o aluno se identifica com a linguagem cotidiano, próximo a sua realidade, o que facilita o processo de desenvolvimento da leitura, onde ela significa e está contextualizada em seu próprio acervo enquanto leitor.

A linguagem das HQs, com ações divididas em quadros e pequenos textos onde as linguagens escritas e verbais encontram-se, é narrativamente sustentada, e vai ganhando espaço gradativamente para construção de sentido.

2.1 Experiência da prática na escola

A imagem da Figura 3 abaixo é um Mural de divulgação de pequenas histórias das HQs, onde o aluno poderá fazer uma rápida leitura e entrar em contato com a linguagem desse gênero. A escola em questão separou um espaço, reservado para esse tipo de publicação que é renovado semanalmente com novas publicações.

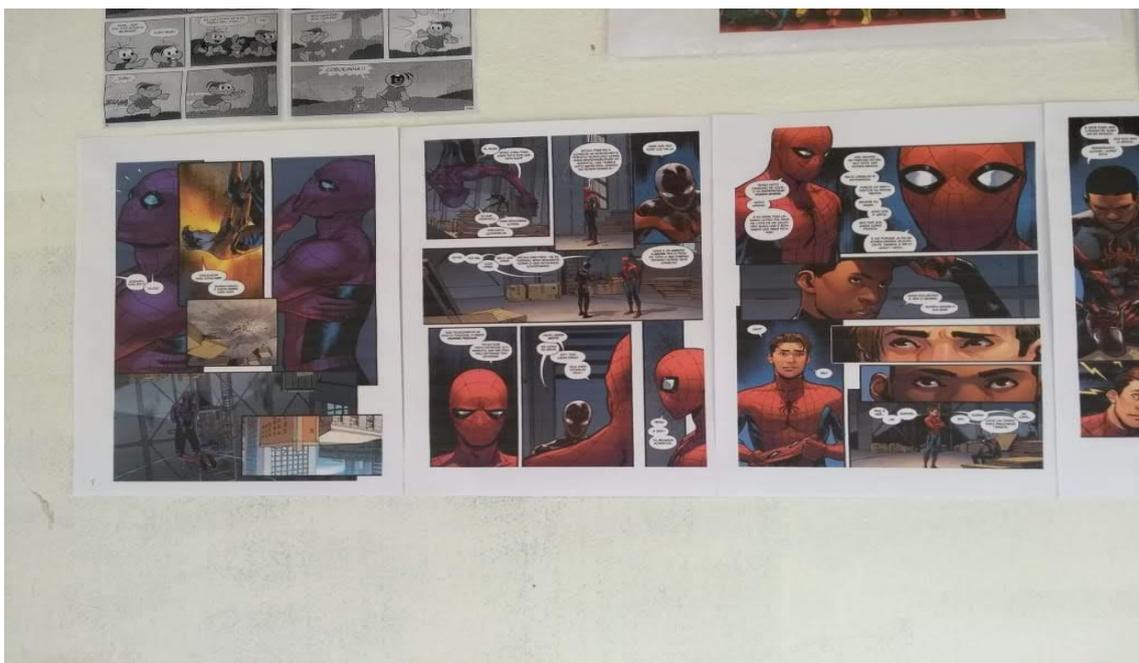


Figura 3: Mural da E. E. Dr. Jonas de Faria Castro, Carangola MG. Arquivo pessoal.

O quadrinho influencia a imaginação do leitor, por causa da sua riqueza de detalhes. O roteiro, assim como o desenho, sem esquecer, das cores, traços e o formato são os atrativos que seduzem e que satisfazem diversos gostos.

Nesse contexto, é importante salientar que por meio das HQs podemos tratar de qualquer assunto, em qualquer disciplina ou grau de ensino. A contribuição para a Língua Portuguesa, Produção textual, História e outras disciplinas são inúmeras. As histórias em quadrinhos da Turma da Mônica é outro exemplo que podemos utilizar em sala de aula, é para o público infantil, entretanto, também pode ser utilizada seus aspectos da linguagem também como recurso para o público jovem.

A esse respeito, os mesmos autores salientam que as HQs passaram a ser compreendidas como leitura que não se limita ao público infantil, mas diante do valor desse gênero, elas são lidas por leitores das mais diferentes faixas etárias, e que, além do entretenimento encontrado no decorrer da leitura, há, dentre outras possibilidades, a edificação do conhecimento (SILVÉRIO e RESENDE, 2016, p.227).



Figura 4: Turma da Mônica. Trabalho em sala de aula. Arquivo pessoal.

Na Figura 4, o trabalho com ortografia, pronúncia das palavras, pontuação e sequência textual. A observação da estrutura das falas de alguns personagens como o “Cebolinha”, permite o trabalho das estruturas linguísticas em sala. As histórias da Turma da Mônica é uma opção explorar temas para alfabetização e letramento na fase infantil.

Assim, a exploração didática bem planejada pelo profissional docente no trabalho com a leitura por meio da linguagem verbal atrelada à linguagem não verbal presente no gênero HQs possibilita o uso desses materiais nas salas de aula, com vistas à formação do leitor competente, que começa em possibilitar para o aluno uma leitura a partir da opção de leitura do aluno, não deixando como uma atividade que deve ser vista como uma leitura obrigatória. O aluno deverá escolher o que vai ler através da apresentação de algumas revistas dentro de sua condição de leitura. As HQs possibilitam o encontro do leitor com a leitura, o qual no decorrer do tempo e as modificações sociais descobre com nessas obras leituras dinâmicas e motivadoras.

Elementos sociais como costumes, comportamentos, formas de segregação, dentre outros, quando transportados para o contexto narrativo, podem ser usados com alvos para as críticas que se deseja tecer. Neste contexto, o deslocamento

conceitual existiria como uma espécie de alegoria, através da qual determinado objeto retratado de forma distinta, mantendo, contudo, as possibilidades de reconhecimento (SANTOS NETO e PAULO DA SILVA, 2013, p.35).

Cabe ao docente, também proporcionar um momento de contato direto com esse universo, que pode partir da apresentação de algumas revistas para manuseio e escolha para leitura. O docente deve deixar a livre escolha pelo aluno, e apenas estimular determinada leitura. Assim, gradualmente ele estimula o desejo pelo ler junto ao aluno; um formador de leitor que, enquanto forma outros leitores, ensina lendo.

A proposta da Figura 5 abaixo, desenvolvida como projeto de leitura, é a reconstrução das narrativas tendo como base o figurativo nas HQs. O aluno teve que construir uma sequência narrativa através das ilustrações apresentadas em pequenas histórias. O intuito nesta atividade é fazer com que eles criem novos diálogos ou até mesmo novas situações às personagens sem, contudo, modificar o ambiente, as personagens e os objetos de cada cena. Além de explorar a escrita, o aluno exercitou de forma criativa a construção irônica e nas falas dos balões para o desenrolar da narrativa. Assim, essa atividade desenvolve a escrita, o sentido de coerência pela associação da imagem (cena) com o diálogo.

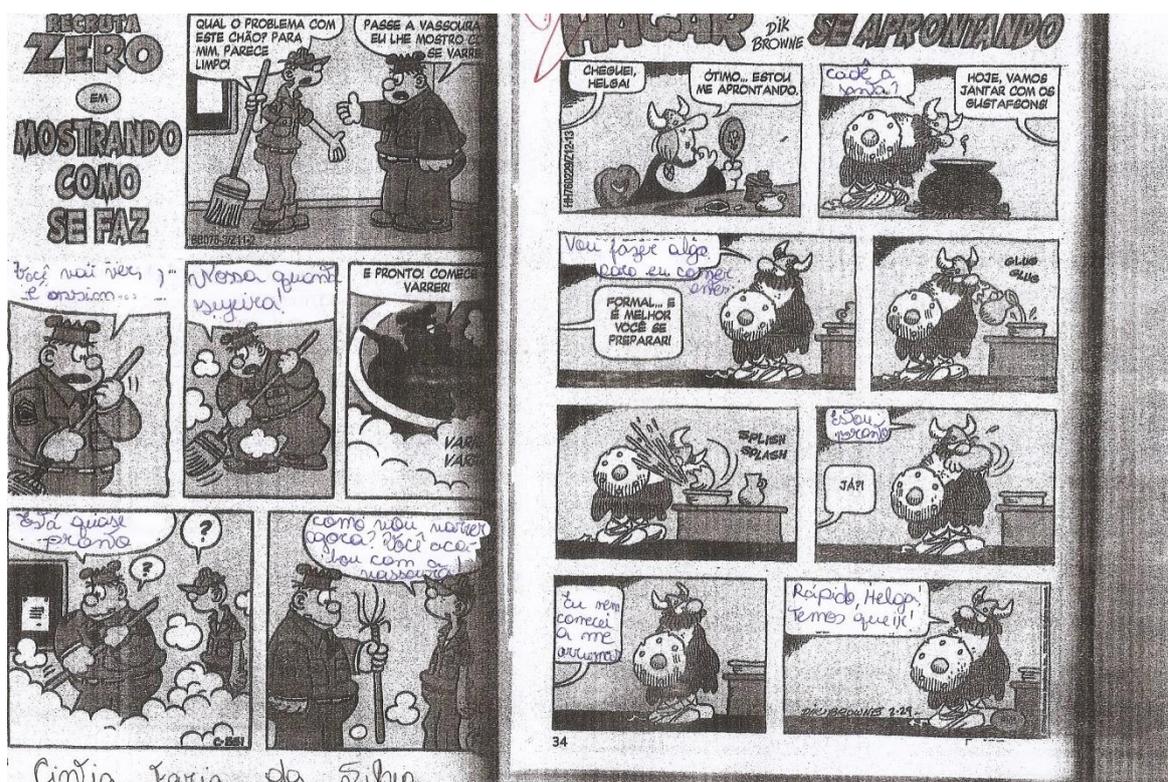


Figura 5: Atividade de redação em quadrinhos. Trabalho desenvolvido na Escola Jonas de Faria Castro, MG. Arquivo Pessoal.

Nessa direção, o professor, quando conhecedor do papel da leitura, busca que seu alunado não apenas queira ler, mas que, ao ler, possa questionar, debater, refutar numa interação real em que a leitura seja vivenciada em toda sua plenitude. O gênero discursivo HQs, muito mais do que páginas multicoloridas e humorísticas, propõe leituras que exploram signos diversificados, contribuindo para que o aluno possa ampliar e aprofundar aquilo que lê, ou seja, dar sentido à leitura.

Num mundo constituído por linguagens, é necessário que o aluno conviva com diversas linguagens para que produza seu próprio conhecimento atrelado aos conteúdos estudados. De forma harmônica, o aprendizado deve ocorrer a partir da interação do aluno com os conteúdos e a prática, de modo que o aluno possa levar estes conhecimentos adquiridos e produzidos como contribuição para a melhoria da sociedade.

Considerações finais:

No contexto atual em que é necessário reinventar aulas mais contextualizadas, em um ambiente estimulante que garanta a aprendizagem significativa, a história em quadrinhos pode representar uma solução. As HQs podem atender alguns destes requisitos, como recurso didático, podendo ser uma ferramenta para trabalhar diversas disciplinas. Combinando linguagem verbal e não-verbal, a história em quadrinhos combina imagens e textos escritos, de fácil compreensão, articulando conteúdo com o cotidiano.

Os quadrinhos podem ser usados no intuito de atender diferentes proposta se contribuem para formação de valores e o exercício da cidadania. Fazer releitura de cenas do cotidiano, transformar textos narrativos em quadrinhos, construir histórias e propostas de abordagem de temas de forma mais lúdica e divertida são apenas algumas das formas de se utilizar as HQs em contexto escolar.

Referências

CARVALHO, Djota. **A Educação está no Gibi**. São Paulo: Editora Papyrus, 2006.

KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual e análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Editora Parábola, 2008.

RAMA, Angela; VERGUEIRO, Waldomiro (orgs.). **Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

ROJO, R.; MOURA, E. (Org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SANTOS NETO, Elydio de; PAULO DA SILVA, Marta Regina. **Histórias em Quadrinhos e práticas educativas: o trabalho com universos ficcionais e fanzines**. São Paulo: Editora Criativo, 2013.

SILVÉRIO, Luciana Begatini Ramos; RESENDE, Lucinea Aparecida de. **O valor pedagógico das histórias em quadrinhos no percurso do docente de Língua Portuguesa**. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/O%20VALOR%20PEDAGOGICO%20DAS%20HISTORIAS%20EM%20QUADRINHOS.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2019.

LÍNGUA COMO PODER DE INFLUÊNCIA: o francês no cenário internacional

*LANGUAGE AS POWER OF INFLUENCE:
the french on the international stage*

*LENGUAJE COMO PODER DE INFLUENCIA:
El francés en el escenario internacional*

ANDRIK BARBOSA RISSO

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem (UENF)
andrikrisso@hotmail.com.

SÉRGIO ARRUDA DE MOURA

Doutor em Letras (URRJ)
arruda@uenf.br

RESUMO

Neste artigo, pretende-se analisar as políticas linguísticas para a manutenção do status de uma língua no cenário internacional, identificando suas etapas de desenvolvimento e sustento. Além disso, é preciso identificar a dinâmica desse status, examinando o modo pelo qual a língua nasce, cresce e decai. E por fim, apontar o caso do francês, idioma já considerado como língua da diplomacia, mas que hoje luta por uma posição internacional de destaque contra um possível monopólio linguístico global da língua inglesa.

Palavras-chave: Sociolinguística, Políticas Linguísticas, Língua Nacional, *Soft Power*, Francês

ABSTRACT

In this article, we intend to analyze the language policies to maintain the status of a language in the international scenario, identifying its stages of development and livelihood. In addition, it is necessary to identify the dynamics of this status by examining the way in which language is born, grows, and decays. Finally, mention the case of French, a language already considered as the language of

diplomacy, but which today fights for a prominent international position against a possible global linguistic monopoly of the English language.

Keyword: Sociolinguistics, Language Policies, National Language, Soft Power, French

RESUMEN

En este artículo, tenemos la intención de analizar las políticas lingüísticas para mantener el estado de un idioma en el escenario internacional, identificando sus etapas de desarrollo y soporte. Además, es necesario identificar la dinámica de este estado mediante el examen de la forma en que el lenguaje nace, crece y decae. Finalmente, mencione el caso del francés, un idioma que ya se considera el idioma de la diplomacia, pero que hoy lucha por una posición internacional prominente contra un posible monopolio lingüístico global del idioma inglés.

Palabras-clave: sociolingüística, políticas lingüísticas, idioma nacional, poder suave, francés

INTRODUÇÃO

Para um estado nacional, a língua representa um dos tópicos que juntos o incorporam. Soberania, cultura e identidade são alguns que, dentre outros, se atrelam a uma estrutura política, reforçando o conceito de pátria identificado por Di Renzo (2012). Com isso, a construção de uma língua nacional é apreciada politicamente, pois pode simbolizar um estado unificado, com uma nação já bem definida.

Um estado nacional que tem uma língua que se torna símbolo de sua nação pode fazer dela uma grande ferramenta de influência internacional, o que traria, de certa forma, poder no atual cenário internacional e globalizado. Ter uma língua que é apreciada por outras nações ao ponto de ser utilizada

nas negociações políticas, nos trâmites comerciais, nos principais eventos e organizações internacionais, faz com que sua cultura seja reconhecida internacionalmente uma vez que a língua está atrelada à cultura, elevando também sua importância político-econômica em suas relações com outros países do globo.

Por muito tempo, a humanidade viu certas línguas ocuparem esse lugar no mundo, podendo identificar que depende muito do poder de influência de um país para que a sua atinja esse status de “língua global”, onde já foi possível identificar que esta não é uma posição permanente, e que os estados investem para que elas ocupem lugares de destaque no mundo.

Observa-se, portanto, neste trabalho, que uma língua pode entrar em um ciclo, onde é constituída de um nascimento, que é quando ela se estabelece como língua de um povo, de uma nação. Em seguida, ela cresce de acordo com o poder de influência internacional de sua nação sobre os outros países. E por fim, ela pode decair caso uma outra potência surja no cenário internacional. Sem deixar de mencionar como o estado trabalha sobre as políticas linguísticas para reforçar a sua luta por uma permanência em uma posição de destaque, ainda que não seja a primeira, para evitar uma possível monopolização linguística global.

Nesta pesquisa pretendemos dividir as ideias em três blocos que identificamos necessários para alcançar os objetivos pretendidos. Primeiramente, nos embasaremos em alguns conceitos linguísticos. É preciso entender o conceito de Língua Nacional, que nos permitirá compreender como a língua nasce e se torna parte de uma pátria e a sua importância política para um estado nacional. Em seguida, entender alguns conceitos sociolinguísticos, que se dão sobre algumas reações sociais sobre a língua. Só então, falaremos sobre as políticas linguísticas, para analisarmos as estratégias de um estado para difundir e organizar internamente e internacionalmente o uso de sua língua.

Em segundo lugar, trabalharemos com alguns conceitos das relações internacionais para entendermos a complexidade do cenário internacional, da diplomacia e do poder de influência dos países. Portanto, pretendemos evocar o conceito de *soft power* (poder suave), que analisa as relações de poder

estratégico de influência cultural dos países, a exportação da cultura e de seu modo de viver. É por meio deste conceito que os países fazem difundir sua língua, através da ciência, da educação, da literatura, da música, do cinema, entre outros. Aqui também falaremos de soberania, de diplomacia e das estratégias pensadas para o alcance cada vez mais alto de seu status internacional da língua.

Para a terceira parte, faremos a análise de uma língua específica, que é o francês. Este idioma foi escolhido por ser identificado que seu status já passou pelas três etapas mencionadas: nascimento, crescimento, declínio e a luta por uma posição democrática no cenário internacional, contrapondo a homogeneização do uso único do inglês, que ocupou o lugar do francês a partir do momento em que os Estados Unidos passaram a estar na posição de grande potência internacional, além do seu poder de influência e *soft power* bem aplicados principalmente durante a guerra fria, exportando o seu *american way of life* (jeito de vida americano).

No caso do francês, ele surge como língua da França a partir de políticas linguísticas internas para monopolizar o idioma dentro de suas fronteiras. O país se desenvolve não só política e economicamente, mas também culturalmente. As ideias filosóficas e a literatura são exportadas para toda a Europa, assim como para as colônias. A língua cresceu e se manteve como língua da diplomacia por anos, até acontecer a explosão norte-americana.

Para contrapor o monopólio linguístico, o francês transcende para a Francofonia, que compreende o espaço dos países que possuem o francês como língua oficial ou administrativa. Assim, a língua francesa rompe as barreiras da França, que através do imperialismo, levou o idioma para os cinco continentes, criando uma rede de 54 Estados e Governos membros da Organização Internacional da Francofonia (OIF).

O status de uma língua no cenário internacional dependeria do poder de influência de um país sobre os outros. De como ele exporta a sua cultura para o resto do mundo e como defende o uso de sua língua em ambientes de negociação, como em organizações internacionais e em eventos a níveis globais como os Jogos Olímpicos, a Copa do Mundo, entre outros.

A LÍNGUA NACIONAL

A ideia de língua nacional está ligada ao Estado. Esta vai além das fronteiras territoriais, e cria seus próprios limites dentro da fronteira linguístico-imaginária. “É constitutiva da noção de Estado a ideia de unidade, específica e espacialmente linguística; justamente por isso se diz que fronteiras se dão no espaço do imaginário” (DI RENZO, 2012).

Segundo Thiesse (2001), nada seria tão internacional quanto a criação das identidades nacionais. Pode-se concluir que uma nação é reconhecida internacionalmente pela sua identidade. Uma cultura nacional autêntica pode demonstrar originalidade na sua história. Isso também pode explicar quando se deposita força em uma língua, pois nela também reside a alma de uma nação. Se pensarmos no viés literário, por exemplo, compreende-se que língua, literatura e povo fazem parte de uma única coisa.

Para Di Renzo (2012), uma nação se garante pelo seu patrimônio cultural, sendo identificada a importância de sua preservação. Para a autora, é possível atrelar “uma língua = uma nação”, e ela menciona a perpetuação dos aparatos linguísticos como gramáticas e dicionários. Ela também observa que a identidade cultural pode ser construída através de um sistema educativo forte. Igualmente, a imprensa tem um papel importante na relação do sentimento nacional com a língua. A língua nacional existe por fatores obrigatórios. Na França, por exemplo, iniciou-se com o francês imposto, inicialmente, para atos jurídicos.

Ainda segundo Di Renzo (2012), a língua nacional pode ter das funções: a primeira seria para uniformizar a diversidade linguística e a segunda para assegurar uma comunicação horizontal e vertical, sendo de caráter geográfico ou social, pois todos devem utilizar a língua de maneira bem sucedida. “O idioma oficial deve convencer seu povo de que sua língua é uma verdadeira língua de cultura” (DI RENZO, 2012). E para Thiesse (2001), uma língua nacional se torna forte quando ela é instaurada de forma a ser sistematizada pela elaboração de sua gramática, da suas formas ortográficas e de dicionários para ser ensinada.

Para Di Renzo (2012), “a elaboração de um conjunto de tradições culturais se constitui num imbricamento com a constituição de uma língua nacional, pois é a semântica dessa língua que investe de valor cultural os objetos materiais que a significam e significam a nação”. Para melhor explicar, trazemos Rousseau (2018) que em sua obra cita:

Observar no fato concreto e mostrar com exemplos como o caráter, os costumes e os interesses de um povo têm influência sobre sua língua seria matéria para um exame de grande valor filosófico. (ROUSSEAU, 2018, p. 176)⁹

SOCIOLINGUÍSTICA E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

O conceito de Sociolinguística, para ser bem direto, é o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, ou seja, em situação real de uso (Alkmim, 2012). A partir dela, é possível ter noção sobre as variáveis linguísticas ao estudar uma comunidade linguística, pois cada uma se distingue pelo jeito de falar.

O francês nasceu e se desenvolveu pela França, que possuía em seu território outras línguas, que foram pouco a pouco cedendo lugar à língua do rei. Além das variáveis linguísticas na França metropolitana, a partir do imperialismo, outras partes do mundo começam a ter o francês como língua oficial ou administrativa, aumentando ainda mais a diversidade linguística dos falantes do idioma.

Para Calvet (2007), com o a problemática levantada pela Sociolinguística, é que surge a necessidade de um planejamento linguístico. O autor também faz uma associação com o surgimento de reflexões sobre as relações entre língua e nacionalismo. Esse pensamento transcende para problemáticas que vão além das fronteiras territoriais e diz que “há também uma política linguística da francofonia, da anglofonia, etc. Desse ponto de vista, a emergência de novas nações terá simplesmente servido como um revelador” (CALVET, 2007, p. 19).

⁹ *Remarques sur la grammaire générale et raisonnée*, do Sr. Duclos, p 2.

Neste sentido, entende-se que a língua faz parte da história de um povo. Ela nasce e se desenvolve com a sociedade. Partindo desta dinâmica, entende-se que considerar a língua como apenas estrutural, seria uma análise muito rasa (CALVET, 2002). Com isso, Labov (2008) explica que:

Os fatos da heterogeneidade, até agora, não se harmonizaram bem com a abordagem estrutural da língua. [...] Pois quanto mais os linguistas têm ficado impressionados com a existência da estrutura da língua, e quanto mais eles têm apoiado essa observação com argumentos dedutivos sobre as vantagens funcionais da estrutura, mais misteriosa tem se tornado a transição de uma língua de um estado para outro. Afinal, se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como é que as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de menor sistematicidade? [...] A solução, argumentaremos, se encontra no rompimento da identificação de estruturalidade [*structuredness*] com homogeneidade. (LABOV, 2008, p.16)

Calvet (2007) também observa que devemos diferenciar com cautela: as decisões do poder (política) e a passagem à ação (o planejamento), apensar dos pesquisadores europeus estarem mais preocupados com a questão do poder, enquanto, por exemplo, os sociolinguistas catalães estão preocupados com a substituição de um poder por outro.

Portanto, as políticas linguísticas surgem para criar planos para desenvolver a língua, em vários ramos que, ligadas ao Estado, trabalharão em escalas internas e externas, indo desde a preocupação com o ensino da língua materna, que refletirão em estratégias políticas para a construção do Estado-Nação, até a preocupação com o status internacional, a posição que ela ocupa no mundo, o ensino como língua segunda ou língua estrangeira, entre outros.

SOFT POWER (PODER BRANDO/SUAVE)

Nas relações internacionais existem duas correntes desenvolvidas para classificar os dois tipos de poder de influência: o *Hard Power* (poder duro) e o *Soft Power* (poder suave). O primeiro se refere ao poder militar e econômico, já o segundo, do poder de influência por meio da exportação de sua cultura e modo de vida, com capacidade de seduzir outras nações. Para as análises

desta pesquisa, utilizaremos como base o *Soft Power*, pois entende-se que a língua está atrelada à cultura, e até mesmo na educação e na tecnologia.

Joseph Nye (2005) definiu o conceito:

É a habilidade de conseguir o que se quer pela atração e não pela coerção ou por pagamentos. Surge da atratividade por um país por meio de sua cultura, de sua política e de suas ideias. Quando se consegue que os outros admirem suas ideias e queiram o que você quer, não é preciso gastar muito com políticas de incentivo e sanções para movê-los na sua direção. A sedução é sempre mais eficaz que a coerção, e muitos dos valores como democracia, direitos humanos e oportunidades individuais são profundamente sedutores. (NYE, apud BALLERINI, 2017, p. 17)

E para complementar, Cronin (2004) ainda explica que:

Poder suave é a capacidade de conseguir um resultado desejado porque os outros querem o que você quer. [Trata-se de] atingir objetivos por meio da atração e não da coerção. Por meio do poder suave, é possível convencer os outros a seguir regras ou concordar com elas, produzindo um comportamento desejado [...]. Ele se estabelece por meio das ideias e da cultura, sobretudo se o estado ou organização consegue fazer seu poder parecer legítimo aos olhos dos outros. [...]. Se isso é bem-feito, o estado ou a organização não precisará utilizar os custosos recursos tradicionais de poder duro (*Hard Power* – poder duro (econômico ou militar)) [...]. A sutil, mas bem-sucedida propagação da cultura popular americana (produtos, tecnologia, comida, música, moda, filmes etc.) aumentou consideravelmente o conhecimento global sobre o país e também a receptividade dos ideais e valores americanos. A influência do poder suave americano não foi intencional, mas um subproduto inadvertido de seu sucesso cultural e econômico. É importante notar que o poder suave precisa ser crível para ser eficiente (CRONIN, apud BALLERINI, 2017, p. 17)

Portanto, assim como o futebol, a ciência, a língua e a cultura podem constituir um exemplo de poder que seduz, sendo este o suficiente para manipular uma multidão sem precisar fazer uso da força bruta (BALLERINI, 2017). Um outro grande exemplo disso é a fé. O Vaticano e a Igreja Católica fazem uso da fé para manipularem um enorme número de pessoas, se tornando, assim, um Estado influente no cenário internacional, mesmo tão pequeno e com praticamente nenhum poder militar.

Segundo o *Soft Power 30*¹⁰, em 2018, a França alcançou o segundo lugar no ranking mundial dos países com mais poder suave, ficando atrás apenas do Reino Unido. As pesquisas levam em consideração o empreendedorismo, a cultura, o governo, a amplitude digital, o comprometimento e a educação. O site tem como objetivo classificar os 30 países mais influentes através do *soft power*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber que o status de uma língua se modifica ao longo do tempo, pois isso depende de algumas variantes. A posição máxima no cenário internacional é atingida a partir da posição dos países que praticam o idioma. Fatores como a política, economia, cultura, educação, etc, são os que vão influenciar neste status.

Com a língua francesa funciona desta mesma forma. O posicionamento mundial que a França já ocupou fez do francês a língua da diplomacia. Porém, com o avanço da globalização e outros eventos históricos, hoje, é o inglês a língua dos negócios internacionais.

Segundo Dominique Wolton (2009), a língua francesa teve fases ao longo da história. Atualmente a francofonia existe para caminhar junto a esse novo momento do mundo que é a globalização. O autor ainda explica que:

Vê-se que a situação da língua francesa não é brilhante. Tem-se que fazer muita coisa, e rapidamente, se quisermos manter o francês em bom nível internacional. E os “realistas” não querem compreender que apenas a francofonia é capaz de cumprir essa tarefa. (WOLTON, 2009, p. 19)

Esta nova fase, com ideias liberais de integração a partir de uma língua, é a principal para promover o plurilinguismo. Mas é importante ressaltar que junto com a língua, vão valores culturais, que adentram culturas não europeias,

¹⁰ Fonte: <https://softpower30.com/> acesso em 5 de julho de 2019

como os valores da democracia e dos direitos humanos. Portanto, o uso da língua leva consigo princípios que promovem culturalmente as nações desenvolvidas, principalmente a França. Isto posto, a língua como ferramenta de *soft power*.

REFERÊNCIAS

ALKMIM, Tânia Maria. **Sociolinguística** (Parte I). In: Introdução à Linguística: domínios e fronteiras, volume 1. Orgs: MUSSALIM, F.; BENTES A. C.. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

BALLERINI, Franthiesco. **Poder Suave (Soft Power)**. São Paulo: Summus, 2017.

CALVET, Louis-Jean. **As Políticas Linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial: IPOL, 2007.

_____. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

DI RENZO, Ana Maria. **Estado, a Língua Nacional e a Construção das Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2012.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

LAGARES, Xoán Carlos. **Qual Política Linguística?: desafios glotopolíticos contemporâneos**. São Paulo: Parábola, 2018.

NYE, Joseph S. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

_____. **Soft power: the means to success in world politics**. Nova York: Public Affairs, 2005.

_____. **The powers to lead**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Ensaio Sobre a Origem das Línguas**. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

THIESSE, Anne-Marie. **La création des identités nationales**. Europe XVIII-XX siècle. Editions du Seuil, 2001.

LINHA DE PESQUISA II:
Relações étnico-raciais, memória e identidade cultural.

A SCHUTZSTAFFEL E A INDÚSTRIA DO MAL: APONTAMENTOS SOBRE A ORIGEM E O PODER DE UMA INSTITUIÇÃO NAZISTA

**SCHUTZSTAFFEL AND THE INDUSTRY OF EVIL: APPOINTMENTS ON THE
ORIGIN AND POWER OF A NAZI INSTITUTION**

**SCHUTZSTAFFEL Y LA INDUSTRIA DEL MAL: APUNTES SOBRE EL
ORIGEN Y EL PODER DE UNA INSTITUCIÓN NAZISTA**

Marlon Douglas Martineli Coelho

Graduando em História pelo Centro Universitário São José de Itaperuna – UNIFSJ.
E-mail: marlonmartineli154@gmail.com

Anízio Antônio Pirozi

Mestre em Sociologia Política, Historiador e Professor no Centro Universitário São José de Itaperuna – UNIFSJ.
E-mail: apirozi@fsj.edu.br

Resumo: A precaução deste estudo é analisar e refletir sobre a formação de uma das principais instituições do regime nazista, a *Schutzstaffel*, que no momento outorgado estava envolvida com assuntos relacionados as diversas crueldades decorrentes da ascensão do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, da Segunda Guerra Mundial e principalmente do Holocausto. O artigo foi arquitetado com o auxílio de diversas obras, em uma pesquisa bibliográfica que se utiliza de escritores como LONGERICH (2013), HITLER (1925), RÖHM (2012), WIESEL (1986), HATCH (2000), KOEHL (2015), entre outros, contando também com apuramentos de artigos científicos expostos ao assunto do trabalho. A finalidade do artigo é de possibilitar que seus assuntos possam servir como apoio aos que se interessam em conhecer substancialmente os impactos causados pelas organizações vigentes durante a gerência nazista.

Palavras-Chave: Schutzstaffel. Nazismo. Holocausto. Organizações.

Abstract: The goal of this study is to analyse and reflect on the formation of one of the main institutions of the nazi regime, the *Schutzstaffel*, that at the time was involved in business related to several cruelties, resulting from the rise of the National Socialist German Workers' Party, or Nazi Party, from the Second World War and, especially, from the Holocaust. The article was architected with the aid of many works, in a bibliographical research that used writers such as LONGERICH (2013), HITLER (1925), RÖHM (2012), WIESEL (1986), HATCH (2000), KOEHL (2015), among others, also counting on scientific articles clearance exposed to the work's subject. The purpose of the article is to enable of its subjects may support those who are interested in substantially knowing the impacts caused by the organizations in force during the nazi domain.

Key-words: Schutzstaffel. Nazism. Holocaust. Organizations.

Resumen: La precaución de este estudio es analizar y reflexionar sobre la formación de una de las principales instituciones del régimen nazi, Schutzstaffel, que en el momento el otorgado estaba involucrado con asuntos relacionados con las diversas crueldades que se derivan del ascenso del Partido Nacionalsocialista de los Trabajadores Alemanes, de la Segunda Guerra Mundial y principalmente del Holocausto. Artículo fue arquitecto con el auxilio de diversas obras, en una investigación bibliográfica que se utiliza de escritores como LONGERICH (2013), HITLER (1925), RÖHM (2012), WIESEL (1986), HATCH (2000), KOEHL (2015), entre otros, contando también con las constataciones de artículos científicos expuestos al asunto del trabajo. La finalidad del artículo es de posibilitar que sus asuntos puedan servir como apoyo a los que se interesan en conocer sustancialmente los impactos causados por las organizaciones vigentes durante la gestión nazi.

Palabras-clave: Schutzstaffel. Nazismo. Holocausto. Organizaciones.

INTRODUÇÃO

O referente trabalho tem como tema, os diversos assuntos em torno da notória formação das principais instituições paramilitares antes e durante a existência do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (1920 – 1945). Tendo por base a representação de pontos específicos de seus líderes e como tais marcas influenciaram para o progresso de tal organização, quanto para sua queda proeminente com o fim da guerra. O fato de entender o surgimento, liderança e decadência de tais entidades, é o principal objetivo deste estudo, pois tendo o entendimento deste assunto, poderá ser útil para evitar que situações em um futuro próximo ou longo, como estás ocorrida no passado não sejam repetidas.

Para compreender o regime nazista, deve-se entender o que era o conteúdo em sua essência. Neste contexto, é sensato e primordial que está pesquisa em referência além de desenvolver e explicar a mentalidade violenta e principalmente antissemita dos líderes e em torno das fundações do regime nazista, mostre também que tais atos violentos só foram possíveis por acontecimentos específicos e que pela necessidade de certo engenho político, econômico e social para sua objetiva execução e sucesso.

I. A AGITADA STURMABTEILUNG E A FORMAÇÃO DA SCHUTZSTAFFEL

O tema em volta da *Sturmabteilung*¹¹ (1920 – 1945) ou como conhecida no popular e abreviada como SA, acaba sendo bastante oriundo, tendo vários autores mostrando características desta milícia, como David Littlejohn em “*The Sa 1921 45: Hitler’s Stormtroopers*” (1990) e Ronald Cohn Jesse Russell em seu livro “*Sturmabteilung*” (2012), onde tratam as peculiaridades em um contexto geral do modo de operar da instituição. A hoste fardada, teve sua ligação oficializada com o *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* ou Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães, somente em 1921, ano após a troca do nome do partido por influência de Adolf Hitler (1889 – 1945), que antes era chamado de *Deutsche Arbeiterpartei* ou Partido dos Trabalhadores Alemães. A liderança pela qual SA estava estabelecida no momento era por parte de Ernst Röhm (1887 – 1934), um oficial alemão de grande influência durante a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e por conta disso, como tratado em sua autobiografia, “*As Memórias de Ernst Röhm*” (2012), mostra em certos capítulos da obra, trechos esses que retratam o período um pouco antes de sua morte, de como conseguiu comandar e equipar uma das instituições mais notórias do período e assim estabelecer a tão chamativa característica de seus membros, as camisas pardas.

No entanto como era de se esperar, está milícia não era treinada em um formato militar profissional, acabava sendo reconhecida pela população e até por membros importantes do próprio partido na qual era “filiado”, como baderneiros fardados, distante de uma real visão de exército profissional que era requisitado para o futuro governo em planejamento. A SA mesmo sendo quase independente, foi realizadora de diversos desfiles, em grande parte violentos por conta do objetivo de ser opressor em relação a outras ideologias, como o comunismo, sendo amplamente tratados na obra “*The Brown Battalions: Hitler’s SA in Words and Pictures*” (2000) de Nicholas Hatch.

Porém por motivos de conflitos entre os líderes do Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães e o referente líder da SA, Ernst Röhm, que era contrário ao ponto de destino do partido e logo se tornando prejudicial

¹¹ A *Sturmabteilung* tem por tradução como Tropas de Assalto, tendo o objetivo de ser a milícia paramilitar durante o período de ascensão e após a fixação do regime nazista (HATCH, 2000).

para a organização dos princípios do grupo, que em 1934, a *Sturmabteilung* acaba tendo agora um opositor, uma instituição de 1925 que agora estava organizada para se tornar paramilitar, pelas ideias do estudante de agronomia, antigo criador de galinhas, Heinrich Luitpold Himmler (1900 – 1945), o líder da futura e importante *Schutzstaffel*¹² (1925 – 1945), além de ser um dos arquitetos do principal evento sangüinário da história humana, o Holocausto (1941 – 1945). Foi essencial essa necessidade do regime nazista de substituir a atuação nada especializada dos membros da SA para a formação da SS como exército privado. Tendo sua vida fora e em meio ao nazismo trabalhada na obra “*Heinrich Himmler: Uma Biografia*” (2013) de Peter Longerich, professor de história especializado no contexto alemão durante os séculos.

A SA agora tendo em contraponto a SS, instituição esta que servirá como a guarda especial pessoal de Adolf Hitler, acaba fazendo com que o líder do regime nazista requisite o militar Viktor Lutze (1890 – 1943) para tomar liderança e organizar a *Sturmabteilung* após a morte de Ernst Röhm, durante o episódio de 1934 na Alemanha, acontecimento este sendo a *Nacht der langen Messer* ou Noite das Facas Longas, tratado no livro “*A Noite Das Facas Longas*” (2013) de Paul Maracin, onde mostra como o evento conseguiu seguir seu objetivo de realizar diversas execuções políticas extrajudiciais de indivíduos possivelmente prejudiciais para o regime nazista e seu sucesso no futuro.

II. A SCHUTZSTAFFEL, SEU CRESCIMENTO E SUA ATUAÇÃO

Até meados dos anos de 1929 e 1933, como tratados na obra biográfica “*Heinrich Himmler: Uma Biografia*” (2013) de Peter Longerich, a *Schutzstaffel* não possuía um tamanho essencial, assim foi só com as estratégias de expansão de seu atual líder Heinrich Himmler, que realmente a instituição mudou sua realidade e conseguiu se estabelecer com um grande número de membros. Em 1939, por conta do grande crescimento em anos passados da instituição, se é formada *Waffen SS* (1933 – 1945) que realmente seria o poder

¹² A *Schutzstaffel* tem sua tradução como Tropa de Proteção, além de ser a guarda especial do líder do regime nazista, foi uma a organização que possuiu a maior força de controle sobre as demais no período nazista (LONGERICH, 2013).

da *Schutzstaffel* no campo de batalha e da repressão, sendo separada da *Wehrmacht* (1935 – 1945), o conjunto das forças armadas, montada pelo Terceiro Reich (1933 – 1945) e formado pela *Heer*¹³ (1934-1946), *Kriegsmarine*¹⁴ (1935 – 1945) e *Luftwaffe*¹⁵ (1933-1945).

Após anos de criação da instituição, foi só durante o período já citado, que mais se desenvolveu sua notoriedade, sendo tamanha que acaba absorvendo algumas instituições de segurança e controle já existentes no regime nazista, como a *Sicherheitsdienst* (1931 – 1945), que era o serviço de inteligência ou serviço secreto do Terceiro Reich, que tinha como objetivos a investigação de possíveis alvos prejudiciais para o regime nazista e seus integrantes, tendo material explicativo no antigo sítio virtual, “*The Nizkor Project*” (1991 – 2012). Além de conseguir atribuir também, a instituição principal de espionagem do momento, a *Schutzstaffel* também se conecta ao órgão que controlava as polícias em diversas regiões, a *Reichssicherheitshauptamt*¹⁶ (1939 – 1945) e por fim se conecta a *Geheime Staatspolizei* (1933 – 1945), em sua tradução como Gestapo, era a polícia secreta nazista, que tinha por objetivo a garantia do completo domínio da população para estabelecer a ordem, onde na obra “*Gestapo*” (2016) de Frank McDonough, percebesse como se eram diversas as quebras de protocolo em relação a atuação sobre os civis, logo para aqueles marcados como possíveis ameaças da soberania da gerência nazista.

A nova conformação da SS, faz seu poder se tornar o mais amplo dentro de todas instituições do Terceiro Reich, claramente por conta do número de instituições e forças agora filiadas a seu comando. Após a formação dos *Konzentrationslager* ou Campos de Concentração, montados para sustentar inicialmente os prisioneiros de guerra, prisioneiros políticos e ameaças do

¹³ A *Heer* está relacionada diretamente as forças terrestres de combate, sendo o exército do regime nazista (HASKEW, 2011).

¹⁴ A *Kriegsmarine* veio substituir a *Kaiserliche Marine* que foi utilizada durante guerras anteriores e a *Reichsmarine* do período de entreguerras, sendo relacionada a superioridade naval, a marinha (HASKEW, 2011).

¹⁵ A *Luftwaffe* foi primordial nas vitórias alemãs pelo domínio da Polónia e das regiões da Europa Ocidental, sendo a principal responsável pelas Forças Aéreas Alemãs (HASKEW, 2011).

¹⁶ O *Reichssicherheitshauptamt* ou na tradução como Gabinete Central de Segurança do Reich, foi um o órgão de controle das polícias, segurança alemãs e administração das mesmas no período nazista (MCDONOUGH, 2016).

regime nazista, que a SS ganha jurisdição total para o controle dos locais e futuramente também tomaria posse das *Einsatzgruppen der Sicherheitspolizei* (1939-1945), os esquadrões da morte, que seriam penalizados pelas mortes de vários alvos militares e civis contrários as regras nazistas ditadas no respectivo momento. Já com o decorrer da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) e com o processo do plano da Solução Final ou *Endlösung der Judenfrage* (1941) em execução, autorizado por Adolf Hitler, líder do Partido Nazista e Hermann Wilhelm Göring (1893 – 1946), comandante da *Luftwaffe* e sendo criado por Reinhard Tristan Eugen Heydrich (1904 – 1942), atual chefe da *Reichssicherheitshaupamt* e Heinrich Luitpold Himmler, líder da *Schutzstaffel*, que por conta disto, ganha poder direto e absoluto na administração dos campos de extermínio e em mesmo momento é oferecido e aceito por Reinhard Heydrich, o controle de divisões de extermínio no domínio da SS, tendo a questão do extermínio tratado em diversos livros, filmes, músicas, peças de teatro e inclusive em obras de sobreviventes deste episódio vergonhoso da história humana, como na coleção “*Night*” (1986), “*Dawn*” (1982) e “*Day*” (1961) de Elias Wiesel (1928 – 2016), um dos principais sobreviventes do holocausto a se tornar militante dos direitos humanos, além de possuir grande prestígio no cenário internacional e é de onde faço grande questão de expressar neste momento uma de suas falas, durante seu discurso de aceitação do Prêmio Nobel da Paz, por conta de seus trabalhos relacionados as causas contra violência no continente europeu e no mundo:

“É com um profundo senso de humildade que aceito a honra que escolheram conceder a mim. Eu sei: sua escolha transcende a minha pessoa. Isto tanto me assusta como agrada. Assusta-me porque eu me pergunto: Tenho o direito de representar as multidões que pereceram? Tenho o direito de aceitar está grande homenagem em nome deles? Não tenho. Isso seria presunçoso. Ninguém pode falar pelos mortos, ninguém pode interpretar seus sonhos e visões mutiladas.” (WIESEL, 2006)

É perceptível que o judeu, Elias Wiesel (1928 – 2016) se mantém ainda com o peso do massacre em sua mentalidade, pelas situações vivenciadas e pelas dificuldades a qual necessitou passar para sua sobrevivência, tendo seus sentimentos aflorados de forma específica em suas primeiras obras da dita coleção, sendo “*Dawn*” (1982) e “*Day*” (1961).

III. O FIM DA GUERRA, DO TERCEIRO REICH E DA *SCHUTZSTAFFEL*

Foi durante os anos de 1944 e 1945, ainda aplicado a tempos da Segunda Guerra Mundial, onde Alemanha no domínio do regime nazista, estava definitivamente em seu pior momento nas linhas de frente, sendo devastada com a perda de territórios e falta de recursos necessários para se manter em meio ao combate mundial. A situação política do partido durante tal momento também se agravaria, como tratados nas obras de Ian Kershaw, “*O Fim do Terceiro Reich: A Destruição da Alemanha de Hitler*” (2015) e “*The End: Hitler's Germany*” (2011), onde mostram que assuntos relacionados a traições e deserções, ganham destaque nas pautas do regime. Tendo por base o retorno a biografia, “*Heinrich Himmler: Uma Biografia*” (2013) de Peter Longerich, foi durante os últimos dias de vida de Adolf Hitler, em seu abrigo de proteção, e juntamente nos períodos finais do Terceiro Reich, onde ocorre de Heinrich Himmler ser acusado de traição, pois pouco antes dos momentos finais das linhas de combate e conquista de Berlim pelo soviéticos, o líder da *Schutzstaffel*, realizou vários meios de contato com líderes inimigos, para assim montar uma formalização de um acordo de paz, mas por conta dos países formadores das forças aliadas serem inimigos mortais do partido nazista e no ideal do líder do partido, outra desistência ser implausível para a história do país e que sacrifícios serão necessários para os adeptos do movimento nazista, como tratado em sua obra, quando Adolf Hitler escreve durante sua prisão em 1923, “*Mein Kampf*” (1925), onde destaco um trecho sobre os enormes sacrifícios que poderão ser necessários para o sucesso:

“Os adeptos de nosso movimento não se esqueçam nunca disso, mesmo que, pela enormidade do sacrifício, possam vir a recear da possibilidade do sucesso e vitória.” (HITLER, 1925)

É seguindo está ideia fixada na mentalidade do líder do regime nazista, que faz com que Adolf Hitler, prescindia Heinrich Himmler de todas as suas atuais funções, inclusive certamente da SS, na qual agora estaria no poder do último líder, antes do desmantelamento total da instituição, o militar Karl Hanke

(1903-1945). Ainda no mesmo ano, Adolf Hitler ordena a prisão imediata do antigo líder da *Schutzstaffel*, por motivos de traição à pátria e ao regime nazista, fazendo com que o próprio, tente e consiga realizar uma fuga para regiões de fora das fronteiras do reich, com documentos falsos informando que sua patente e nome seria de *Oberfeldwebel*¹⁷ Heinrich Hitzinger e acompanhado por alguns outros militares que também desejavam a fuga do regime nazista naquele momento de queda.

Seu grupo movimentou-se para Friedrichskoog e logo após Neuhaus, mas foi perto de Lüneburg, ainda no mesmo ano, onde foi identificado após confissão, durante um interrogatório de protocolo do oficial em serviço do local, o Capitão Selvester (1899-1968). Houve durante sua detenção o ato de Heinrich Himmler, ainda tendo em base em sua biografia já citada, ao encontrar-se sendo analisado medicamente pelo britânico, Capitão Dr. Wells (1897-1973), que neste destacado momento realiza sua ação de suicídio, ingerindo uma pequena cápsula de cianureto escondida em sua boca. Logo após sua morte, acaba sendo enterrado pelas redondezas da região em qual estava enclausurado, tendo as informações indisponíveis de seu local de sepultamento até os momentos atuais deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste presente estudo possibilitou uma análise dos atentados por parte da SS sobre a população da Alemanha, como também de todos os países a qual se foram dominados os territórios, podendo criar a percepção que as preliminares desses atos procedem de eventos antecessores a criação da própria organização e complementados por uma então ideologia violenta e extremamente antisemita. São esses fatores que ligados a uma gerencia bem aplicada dos pensamentos e principalmente do comando que faz gerar, não só vítimas aperreadas por tais ações, mas também homens especializados no ato de tyrannizar. Logo assim se fica notório o entendimento das ações e modos os quais facilitaram para a manutenção e desenvolvimento

¹⁷ A *Oberfeldwebel* é uma patente militar equivalente a classe de sargentos, tanto da *Heer*, quanto da *Luftwaffe*.

da ideologia nazista e que certamente motivou a constituição de entidades de repressão, como a *Sturmabteilung*, o *Reichssicherheitshauptamt* e certamente a *Schutzstaffel*, como outras exteriorizadas ao decorrer da labuta. Tem se por conclusão que órgãos de censura e repressão de tal magnitude devem ser reprimidos por parte de autoridades e por civis, em meio a seus desenvolvimentos, procurando sempre o consenso de que os tais seriam prejudiciais para o crescimento da pátria a qual estariam vinculados e sua sociedade, levando assim a decadência da nação em determinado momento de sua trajetória, do mesmo modo que ocorreu com um dos mais gigantes e sanguinários regimes totalitários da história humana, o regime nazista, que teve por fim na destruição desmesurada de seus territórios e principalmente de danos colaterais colossais sobre todos os afetados e perpetuando resquícios de tais atos até a atualidade.

REFERÊNCIAS

- HITLER, Adolf. ***Mein Kampf***. Alemanha: Franz Eher Verlag, 1925.
- KOEHL, Robert. **A História Revelada da SS**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2015.
- LITTLEJOHN, David. ***The Sa 1921 45: Hitler's Stormtroopers***. Oxford: Osprey Publishing, 1990.
- MCDONOUGH, Frank. **Gestapo**. Rio de Janeiro: Leya, 2016.
- RUSSELL, Ronald. ***Sturmabteilung***. Boston: Visio Digital, 2012.
- RÖHM, Ernst. **As Memórias de Ernst Röhm**. Londres: Frontline Books, 2012.
- HATCH, Nicholas. ***The Brown Battalions: Hitler's SA in Words and Pictures***. Atlanta: Turner, 2000.
- LONGERICH, Peter. **Heinrich Himmler: Uma Biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- MARACIN, Paul. **A Noite Das Facas Longas**. São Paulo: Biblioteca do Exército, 2013.
- WIESEL, Elias. ***Night***. Nova Iorque: Hill and Wang, 1986.

WIESEL, Elias. **Dawn**. Nova Iorque: Bantam Books New York, 1982.

WIESEL, Elias. **Day**. Nova Iorque: Hill and Wang, 1961.

KERSHAW, Ian. **O Fim do Terceiro Reich: A Destruição da Alemanha de Hitler**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KERSHAW, Ian. **The End: Hitler's Germany**. Londres: Penguin Books, 2011.

THE NIZKOR PROJECT. **Dedicated to 12 million Holocaust victims who suffered and died at the hands of Adolf Hitler and his nazi regime**. Disponível em: <<http://www.nizkor.org/>> Acesso em: 26 de março de 2019.

ROLLEMBERG, Denise. **Revoluções de direita na Europa dos entreguerras: O fascismo e o nazismo**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v30n61/0103-2186-eh-30-61-0355.pdf>> Acesso em: 26 de março de 2019.

ROSSIGNOLI, Letícia. **Vítimas judias e o Holocausto: Um trabalho da memória**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/9o-encontro-2013/artigos/gt-historiografia-da-midia/vitimas-judias-e-o-holocausto-um-trabalho-da-memoria>> Acesso em: 26 de março de 2019.

REFLEXÕES FILOSÓFICAS SOBRE O POSICIONAMENTO CRISTÃO ACERCA DA PARTICIPAÇÃO EM GUERRAS: ATIVISMO, PACIFISMO E SELETIVISMO

*PHILOSOPHIC REFLECTIONS ON CHRISTIAN POSITIONING ABOUT
PARTICIPATION IN WARS: ACTIVISM, PACIFISM AND SELECTIVISM*

*REFLEXIONES FILOSÓFICAS SOBRE EL POSICIONAMIENTO CRISTIANO
SOBRE LA PARTICIPACIÓN DE LA GUERRA: ACTIVISMO, PACIFISMO Y
SELECTIVISMO*

Magno Lessa do Espírito Santo

Mestrando em Ciências das Religiões (Faculdade UNIDA) Especialista em Teologia do Novo Testamento Aplicada, Faculdade Batista do Paraná (FABAPAR); Bacharel em Teologia, Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM); Licenciado em Filosofia, Instituto de Ciências Sociais e Humanas (ICSH); Docente do Centro Universitário São José de Itaperuna-RJ (UNIFSJ). Contato: magno_lessa@hotmail.com.

Paulo Jonas dos Santos Júnior

Doutorando em Planejamento Regional e Gestão da Cidade pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida de Vitória (UNIDA). Especialista em História e Cultura do Brasil pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Licenciado em História (ISEIB). Bacharel em Teologia (FAECAD).

Clodoaldo Sanches Fófano

Mestre em Ciências das Religiões (Faculdade UNIDA)
Pós-graduado em Estudos Linguísticos e Literários (UNIFSJ)
Pós-graduado em Gestão Escolar: administração, supervisão e orientação (UCAM)
Pós-graduado em Língua Latina e Filologia Românica (UCAM) Pós-graduando em Semiótica Discursiva (UNIARA) Graduado: Letras: Português/Espanhol (UNIFSJ)
Graduado: Pedagogia (FAVED)
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6031675202439419>

Daniela de Paula Hungria dos Santos

Especialista em Ciências das Religiões pelo Instituto Teológico Casa de Deus (ITCD); Bacharela em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória (UNIDA). Contato: dany_hungria@hotmail.com.

RESUMO:

Ao longo da história humana há relatos de inúmeras guerras, das quais, em diversas, houve diretamente a participação de cristãos em suas batalhas. Ademais, a própria bíblia, principalmente os textos veterotestamentários, relatam constantes guerras realizadas pelo povo de Israel, com o intuito de defender a sua pátria e, de igual modo, conquistar outros povos, assim como foi o caso da invasão de Jericó liderada por Josué. Outrossim, nos dias atuais é

constante a presença de cristãos em serviços militares e de segurança pública. Dessa forma, o presente artigo busca refletir acerca das questões éticas e filosóficas que envolvem este polêmico assunto.

Palavras-Chave: ética; guerra; cristianismo; teologia; história.

ABSTRACT:

Throughout human history there are reports of countless wars, of which, in several, there was directly the participation of Christians in their battles. In addition, the bible itself, especially the Old Testament texts, relate constant wars carried out by the people of Israel, with the purpose of defending their homeland and, likewise, conquering other peoples, as was the case of the Jericho invasion led by Joshua . Also, the presence of Christians in military and public security services is constant today. Thus, the present article seeks to reflect on the ethical and philosophical issues that surround this controversial subject.

Keywords: ethics; war; Christianity; theology; history.

RESUMEN:

A lo largo de la historia humana hay relatos de innumerables guerras, de las cuales, en diversas, hubo directamente la participación de cristianos en sus batallas. Además, la propia Biblia, principalmente los textos veterotestamentarios, relatan constantes guerras realizadas por el pueblo de Israel, con el propósito de defender su patria y, de igual modo, conquistar otros pueblos, así como fue el caso de la invasión de Jericó liderada por Josué . Además, en los días actuales es constante la presencia de cristianos en servicios militares y de seguridad pública. De esta forma, el presente artículo busca reflexionar acerca de las cuestiones éticas y filosóficas que envuelven este polémico asunto.

Palabras clave: ética; la guerra; cristianismo; la teología; historia.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história humana há relatos de inúmeras guerras, das quais, em diversas, houve diretamente a participação de cristãos em suas batalhas. Ademais, a própria bíblia, principalmente os textos veterotestamentários, relatam constantes guerras realizadas pelo povo de

Israel, com o intuito de defender a sua pátria e, de igual modo, conquistar outros povos, como foi o caso da invasão de Jericó liderada por Josué. Outrossim, nos dias atuais é constante a presença de cristãos em serviços militares, como: Polícia Militar, Exército, Marinha, Aeronáutica e outros, que leva, na maioria das vezes, o indivíduo a participar de conflitos armados.

Por trás da participação de um cristão em guerras ou conflitos armados, encontra-se a discussão ética sobre participar ou não, matar ou não, dentre outras. A problemática relacionada a essa questão diverge opiniões, visto que há aqueles que concordam e defendem veementemente a participação e, em contraste, os que ventilam ser errado a participação de cristãos nesse tipo de acontecimentos.

Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo trazer a pauta os três pontos de vista relacionado à participação do cristão em conflitos armados. Esses, apresentam argumentos bíblicos para legitimar a sua posição, além de apelarem, em alguns casos para a consciência do indivíduo, a saber: ativismo, pacifismo e seletivismo. Cumpre salientar que não há a pretensão de esgotar o assunto, mas, sim, apresentar as propostas e as argumentações usadas por cada categoria.

O Cristão e a Guerra

Ao longo da história humana há relatos de milhares de guerras e conflitos armados, que podem ser de projeção regional, como a luta contra o narcotráfico, invasão de território, disputas religiosas; ou de grande projeção, como as duas Guerras Mundiais.

Nesse ínterim, as perguntas que sobrevêm são: como a ética cristã, à luz das Escrituras, compreende a questão do cristão e a guerra? Um soldado que é convocado pelo Estado para servir o seu país em uma guerra, sabendo que lá será matar ou morrer, deve acatar ao chamado do Estado?

A fim de que possamos abordar a presente questão, precisamos apresentar os três principais pontos de vista, ou categorias, sobre o assunto. O primeiro ponto de vista é o ativismo, que sustenta que o cristão deve participar

de qualquer guerra em que seu governo se engajar, visto que entende ser o governo uma Instituição ordenada de Deus. O segundo é o pacifismo que, por sua vez, argumenta que o cristão não deve participar de nenhuma guerra. O terceiro ponto de vista é o seletivismo, também conhecido como guerra justa, que assevera que os cristãos devem participar sim, mas só de algumas guerras – as chamadas guerras justas (GEISLER, 2010, p. 262).

Ativismo

O ativismo sustenta que o cristão deve ir para todas as guerras em que for convocado, em submissão e obediência ao governo instituído por Deus. Os que defendem essa prática, para legitimá-la, continuamente fazem uso dos seguintes textos bíblicos: Gênesis 1. 28; Êxodo 21.23-25; Mateus 22.21; Romanos 13.1-7; Timóteo 2.2. Além desses textos, os ativistas recorrem aos cinco argumentos filosóficos sugeridos por Platão, que são: O governo é pai dos seres humanos; o governo é o educador do ser humano; os governantes têm o dever de obedecer ao governo; os governantes são livres para abandonar seus governos; sem governo teríamos um caos social (HANS, 2009, p. 119).

Ademais, acrescenta Geisler (2010, p. 262-264), que para os ativistas o governo humano foi ordenado por Deus, seja no âmbito civil ou no religioso. Dessa forma, se o governo de um país ordenar a uma pessoa que ela deve ir à guerra, segundo o ativismo, essa, deverá ir.

Diante disso, Hans (2009, p. 119) discute duas problemáticas que a proposta ativista interpõe. A primeira é de ordem hermenêutica e parte da seguinte pergunta: como justificar uma guerra entre nações baseando-se nas batalhas do Antigo Testamento?

O segundo problema por ele colocado diz respeito à atitude do indivíduo para com o Estado, uma vez que há a possibilidade desse idolatrar o Estado, considerando-o infalível ou, até mesmo idêntico a vontade de Deus.

Pacifismo

Diferente dos ativistas, os pacifistas defendem que fazer guerra é sempre errado e ninguém tem o direito de tirar a vida de outrem. Eles apelam, a fim de fundamentar a sua crença, tanto para a Bíblia, quanto a consciência e assim os seus argumentos são bíblicos e sociais.

Segundo Geisler (2010, p. 268-269), os pacifistas argumentam, respaldados na Bíblia, que matar nunca é correto. O ponto central está na convicção de que tirar a vida de outra pessoa de modo intencional é errado. Para eles a proibição “não matará”, registrada em Êxodo 20. 13, inclui a questão da guerra, visto ser esta apenas uma forma de homicídio em massa. Salientam, ainda, que resistir ao mal fazendo uso da força também é um erro. Uma vez que o mal nunca deve ser resistido com força física, mas com a força espiritual e a do amor.

Além do decálogo, textos neotestamentários são de igual modo utilizados para tal fundamentação. Mateus 5. 39 diz: “eu, porém, vos digo: Não resistais ao homem mau; mas qualquer que te bater na face direita, oferece-lhe também a outra”, Jesus recomenda aos seus discípulos que tenham um comportamento pacífico e perdoador. Outro texto é Mateus 26.52, quando os discípulos se encontram com Jesus no monte das oliveiras na noite da traição, Pedro ao ver os soldados romanos se aproximarem para prender Jesus, puxou a espada e cortou a orelha do servo do sumo sacerdote, ao ver aquilo Jesus o repreendeu: “... guarda a tua espada; porque todos os que lançarem mão da espada, `à espada morrerão””, essa posição é vista pelo pacifista como uma proibição de atentar contra a vida do outro.

Na história do cristianismo, principalmente nos primeiros séculos, nota-se uma forte tendência pacifista manifestada por alguns cristãos, ao passo que caso um cristão participasse de um exército, era proibido de matar como podemos ver nas palavras de Tertuliano:

Se somos exortados amar nossos inimigos, a quem é que podemos odiar? Se somos injuriados, é-nos proibido vinga-nos, a não ser que nos tornemos tão maus como eles. Na nossa religião é considerado melhor ser morto do que matar. (TERTULIANO *apud* PALLISTER, 2005, p. 132).

No século IV Lactânio, sob influência de Constantino, declarou que um cristão não podia atuar em guerras, e nem denunciar alguém que tivesse culpa de ofensa capital (PALLISTER, 2005, p. 132). Segundo Matos (2015), o pacifismo foi a atitude dominante nas fileiras da igreja nos três primeiros séculos da igreja, ao ponto de não haver evidência de cristãos participando do exército romano até por volta de 170 d.C.

Contrário à posição pacifista, a obra póstuma, “O peso de Glória”, publicada no Brasil pela Editora Vida, que constitui-se de nove sermões pregados ou palestras ministradas por C. S. Lewis. Em uma das palestras, ministrada na sociedade pacifista em Oxford no ano de 1940, que embasou o capítulo intitulado “Por que não sou pacifista?”, Lewis caminha na contramão do pacifismo, com uma capacidade argumentativa peculiar, e demonstra com propriedade de consciência os motivos que o levaram a defender tal posição. É importante observar o fato de o autor ter vivido no período da primeira e segunda guerra mundial.

Partindo da seguinte premissa: prestar serviço militar nas guerras, sob o comando da sociedade civil em que pertencemos é: uma ação ímpia, uma ação indiferente do ponto de vista moral, ou uma ação moralmente obrigatória? Lewis assevera que não é possível fazer o bem a todos os homens, mas é preciso fazer este ou àquele bem, para este ou àquele homem. Para ele existe momentos em que será necessário ajudar A à custa de B, como por exemplo, quanto B se afoga enquanto se puxa A para o bote salva-vidas. Consequentemente, isso implica que, ao ajudar A de alguma forma, algum grau de violência será praticado contra B (LEWIS, 2008, p. 76-77).

Parece complexo o argumento supracitado, mas com uma leitura diligente podemos entender o que Lewis estava tratando, uma vez que, em uma guerra o soldado que ali se encontra, pode ser levado a escolher, matar ou morrer. No argumento, portanto, está presente a ideia de que em alguns momentos, para se fazer o bem a um indivíduo não poderá fazer o mesmo ao outro. Isto é, em uma guerra, defendendo o seu país, o soldado atira no inimigo com a finalidade de proteger o seu país, fazer um bem aos seus compatriotas, nesse caso fazer o bem a A (compatriotas) custará matar B (o inimigo de guerra). Salienta Lewis (2008, p. 77):

Devemos ajudar alguém a quem prometemos ajudar em vez de ajudar outro, ou um benfeitor em vez de alguém que não tem nenhum direito especial sobre nós, ou um compatriota mais do que um estrangeiro, ou um parente mais que um simples compatriota.

Ainda sobre o assunto, no clássico livro “Cristianismo Puro e Simples”, C. S. Lewis ventila o seu entendimento sobre o matar na guerra:

Não vai adiantar citar “Não matarás”. Existem no grego duas palavras: uma geral para *matar*, e outra específica para *assassinar*. Quando Cristo pronunciou esse mandamento, ele usou a palavra equivalente a *assassinar* nos três relatos: em Mateus, Marcos e Lucas. Disseram-me que a mesma distinção existe no hebraico. Nem todo ato de matar é assassinato, da mesma forma que nem todo ato sexual é adultério. Quando os soldados se dirigiram a João Batista perguntando-lhe o que fazer, ele nem de longe sugeriu que abandonassem o exército; tampouco o fez Cristo quando conheceu um sargento-mor romano — que eles chamavam de centurião. O ideal do cavaleiro — o cristão armado na defesa de uma boa causa — é um dos grandes ideais cristãos [...] Penso com frequência no que teria acontecido se, durante a Primeira Guerra Mundial, quando servi como soldado, eu e um jovem alemão matássemos um ao outro e nos encontrássemos logo depois da morte. Não consigo imaginar que nenhum de nós sentisse um pinga de ressentimento ou de embaraço. Creio que, juntos, daríamos boas risadas. (LEWIS, 2005, p. 44).

Diante disso, a posição de C. S. Lewis é completamente oposta à posição dos pacifistas que, segundo Geisler (2010, p. 272) argumentam que a guerra é tanto antibíblica quanto antissocial e, proibida por Deus sob condenação de assassinato.

Seletivismo

Outro conceito para a temática relacionada à guerra é o seletivismo. Essa categoria “sustenta a posição de que um indivíduo deve participar somente de um tipo de guerra: a guerra justa” (GEISLER, 2010, p. 273). Com isso podemos sintetizar os conceitos da seguinte forma: o ativismo considera que nenhuma guerra é injusta ou mesmo se houver guerra injusta, a participação não é errada. O pacifismo entende que todas as guerras são injustas. O seletivismo, no entanto, defende uma posição intermediária entre as categorias ora citadas.

Após os primeiros séculos, os pais da igreja se viram na obrigação de desenvolver uma teoria sobre a guerra justa. O que seria uma guerra justa? Em quais guerras os cristãos podem participar? Essas e outras perguntas permearam a mente desses estudiosos uma vez que, ao longo da história da Igreja vemos a própria se lançando em guerras a fim de conquistar e proteger as suas terras.

O pagão Cícero desenvolveu a primeira declaração organizada sobre a teoria da guerra justa. Para ele o primeiro aspecto dessa guerra justa é a defesa nacional da honra ou da segurança; o segundo, a guerra deverá ser o último recurso, quando as possibilidades de negociações se esgotarem; o terceiro, deverá ser formalmente revelada a fim de se dar o aviso devido; o quarto, não poderá ter como propósito a conquista, mas, sim, o de garantir a paz; o quinto, os prisioneiros deveram ser poupados; o sexto, somente soldados deverão ser envolvidos (HOLMES, p. 326-327).

O pai da igreja, Agostinho de Hipona, também conhecido como Santo Agostinho, desenvolveu a sua teoria sobre a guerra justa. Segundo ele as guerras justas podem ser definidas como guerra para vingar o mal, quando um determinado estado precisa ser atacado devido sua negligência em reparar males cometidos aos seus cidadãos. Para ser justa, precisa ser declarada somente pela autoridade estatal legítima, e no que diz respeito à conduta, deve manter a fé com o inimigo, cumprir as promessas, evitar violência desnecessário, o massacre e a vingança (PALLISTER, 2005, p. 133).

A Reforma Protestante não trouxe muitas mudanças na concepção de guerra justa. Conforme Matos (2015), somente os anabatistas, grupo de reformadores radicais, foram veementes na defesa do pacifismo, recusando portar armas, o serviço militar ou participar de guerras. Por conta desse ideal foram duramente perseguidos.

Destarte, para Geisler (2010, p. 290), “o seletivismo, por sua vez, sustenta, de modo correto, a necessidade de colocar Deus acima do governo e de encorajar a obediência ao governo; contudo, ele preserva o direito da consciência de discordar de quaisquer ordens opressivas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das propostas apresentadas, nota-se que não há um consenso entre os grupos, no que tange participar ou não, matar ou não. Por isso, esta ainda será uma questão ética que continuará dividindo as opiniões. É uníssono e de um consenso geral, que o melhor é não que não haja guerra, por conta das implicações que qualquer guerra causa a uma sociedade.

Todavia, é sabido que em certos momentos um cristão alistado no Exército, Marinha ou Aeronáutica, pode ser convocado a participar de conflitos armados. Diante disso, as três categorias apresentadas, oferece ao leitor a possibilidade de decidir, ante de uma ou outra posição, qual das três posições defender.

REFERÊNCIAS

GEISLER, Norman L. **Ética Cristã: opções e questões contemporâneas**. 2 ed. São Paulo: Vida Nova, 2010.

HOLMES, Arthur F. **Crítérios para Guerra Justa**. In: HENRY, Carl (org.). Dicionário de Ética Cristã. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

LEWIS, C.S. **O peso de glória**. São Paulo: Vida, 2008.

MATOS, Alderi Souza de. **Atitudes dos Cristãos em Relação à Guerra no Decorrer da História**. Disponível em: <http://www.mackenzie.br/7143.html>. Acesso em: 08 de Abril de 2015.

PALLISTER, Alan. **Ética Cristã Hoje: Vivendo um cristianismo coerente em uma sociedade em mudança rápida**. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

REIFLER, Hans Ulrich. **A ética dos dez Mandamentos: um modelo de ética para nossos dias**. São Paulo: Vida Nova, 2009.

A INTERTEXTUALIDADE COMO FERRAMENTA PARA A PRODUÇÃO ARTÍSTICA: APROPRIAÇÕES, REFERÊNCIAS E ALUSÕES NA OBRA DE BELCHIOR

INTERTEXTUALITY AS A TOOL FOR ARTISTIC PRODUCTION: APPROPRIATIONS, REFERENCES AND ALLUSIONS IN BELCHIOR'S WORK

LA INTERTEXTUALIDAD COMO HERRAMIENTA PARA LA PRODUCCIÓN ARTÍSTICA: APROPIACIONES, REFERENCIAS Y ALUSIONES EN LA OBRA DE BELCHIOR.

Luiza Guimarães Lanes

Graduanda em Letras (UNIFSJ).

Ana Lúcia Lima da Costa Schmidt

Doutora em Literatura Comparada (UFRJ).

Mário Lúcio Lima da Costa

Licenciando em Letras pelo Instituto Brasileiro de Formação (IBF).

“[...] Amar e mudar as coisas me interessa mais [...]”.

Belchior

“A minha maneira de amá-los [aos poetas que admira] é traduzi-los. Ou degluti-los, segundo a Lei Antropofágica de Oswald de Andrade; só me interessa o que não é meu”.

Rosemary Arrojo

Resumo: Neste trabalho, investigamos de que modo Belchior dialoga com a tradição, ora se apropriando de escritores da literatura clássica e brasileira, ora fazendo citações e alusões a autores da MPB e também da música internacional. Desse modo, objetiva-se analisar o repertório de Belchior e, especificamente, explicitar, nele, conceitos teóricos da Literatura Comparada, como as principais manifestações da intertextualidade, a saber: referência, alusão e citação; ao mesmo tempo, pretende-se comprovar a riqueza das relações dialógicas entre textos. As análises das canções de Belchior, as quais se manifestam por meio das relações intertextuais, foram analisadas segundo Mikhail Bakhtin (1989), Stam (2000) e Kristeva (1974).

Palavras-chave: Intertextualidade. Apropriação. Dialogismo. Belchior. Citação.

Abstract: In this work, we investigate how Belchior dialogues with tradition, sometimes appropriating writers of classical and Brazilian literature, sometimes citing and allusions to MPB authors and also to international music. In this way, the objective is to analyze Belchior's repertoire and, specifically, to explain in it, theoretical concepts of Comparative Literature, as the main manifestations of

intertextuality, namely: reference, allusion and citation; at the same time, it is intended to prove the richness of the dialogical relations between texts. The analyzes of Belchior's songs, which are manifested through intertextual relations, were analyzed according to Mikhail Bakhtin (1989), Stam (2000) and Kristeva (1974).

Key words: Intertextuality. Appropriation. Dialogism. Belchior. Citation.

Resumen: En este trabajo, investigamos de qué modo Belchior dialoga con la tradición, ora apropiarse de escritores de la literatura clásica y brasileña, ora haciendo citas y alusiones a autores de la MPB y también de la música internacional. De este modo, se pretende analizar el repertorio de Belchior y, específicamente, explicitar en él conceptos teóricos de la Literatura Comparada, como las principales manifestaciones de la intertextualidad, a saber: referencia, alusión y citación; al mismo tiempo, se pretende comprobar la riqueza de las relaciones dialógicas entre textos. Los análisis de las canciones de Belchior, que se manifiestan por medio de las relaciones intertextuales, fueron analizadas según Mijaíl Bakhtin (1989), Stam (2000) y Kristeva (1974).

Palabras clave: Intertextualidad. Apropiación. Dialogismo. Belchior. Citación.

Considerações Iniciais

A primeira epígrafe deste trabalho, retirada da música *Alucinação*, apesar de, no contexto desta letra, não retratar o comportamento intertextual de Belchior, quando analisada dentro da proposta desta pesquisa e junto com a segunda epígrafe, pode ser interpretada como uma referência ao viés intertextual do escritor em destaque. Isso ocorre, na medida em que esta primeira epígrafe "Amar e mudar as coisas me interessa mais" pode proporcionar uma interpretação relacionada à ideia de que o autor **ama** determinados escritores e, por isso, demonstra interesse em se apropriar de seus respectivos textos, **mudando-os**; como uma maneira de expressar sua admiração por tais artistas.

Antes da década de 70, esse recurso de se apropriar do texto do outro – objeto de estudo compreendido pela Literatura Comparada – não era visto a partir de uma noção de *diálogo* e *acréscimo*, mas, sim, sob a ótica de *fonte* e *influência*. Desse modo, enquanto vigorou essa primeira visão comparatista, eram valorizados, nos textos literários, os pontos coincidentes com outras obras e, menosprezados aqueles que eram diferentes. Sob essa perspectiva,

este modelo de estudo fomentava a ideia de que o primeiro texto escrito, ou seja, o texto “da metrópole” era mais rico do que o segundo.

A fim de desconstruir este paradigma comparatista, na década de 70, Julia Kristeva, ancorada na teoria de Bakhtin, deu início à discussão de que todo texto é escrito com base em outro (s) e, nesse sentido, propôs o conceito de *intertextualidade*. Assim, o elemento que diferenciava um texto passou a ser visto como um traço de originalidade. Com o propósito de detalhar a explicação sobre essa segunda teoria comparatista, a primeira seção deste trabalho abordará conceitos específicos da Literatura Comparada, que embasaram a análise das letras de Belchior, realizada, por sua vez, na segunda seção.

Portanto, a título de organização, convém ressaltar que esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o repertório de Belchior e, especificamente, explicitar, nele, conceitos teóricos da Literatura Comparada, como as principais manifestações da intertextualidade, a saber: referência, alusão e citação; ao mesmo tempo, pretende-se comprovar a riqueza das relações dialógicas entre textos. Metodologicamente, trata-se de uma revisão bibliográfica, que encontra respaldo em Mikhail Bakhtin (1989), Stam (2000) e Kristeva (1974).

1) O DIALOGISMO, A INTERTEXTUALIDADE E A ANTROPOFAGIA: relações e apropriação para criação

O teórico russo Mikhail Bakhtin, no começo do século XX, configurou o termo dialogismo como um meio para estudar e reconhecer o intercâmbio existente entre autores e obras. A noção de dialogismo, que é “uma escrita em que se lê o outro” (BARROS; FIORIN, 1999, p. 50), foi estudada e postulada por Bakhtin como uma relação de diálogo em obras de François Rabelais e Dostoiévski, numa relação entre literatura e linguística. Esses diálogos foram, posteriormente, adotados com outros termos, como intertextualidade, por Julia Kristeva, em 1969, para esclarecer o que Mikhail Bakhtin, na década de 20, entendia por dialogismo. Na verdade, a estudiosa búlgara ampliou o entendimento de diálogo de Bakhtin afirmando que “(...) todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto (KRISTEVA, 1974, p. 64).

Essa ideia de ampliar o conceito de dialogismo, proposto por Bakhtin, nos permite inferir que, apesar de a intertextualidade ter surgido no âmbito dos estudos literários, é viável que ela seja utilizada em outras produções artísticas, que empregam este artifício.

De acordo com Zani (2003),

A ocorrência intertextual dá-se por meio de três processos, o da citação, o da alusão e o da estilização. A citação confirma ou altera o sentido do discurso mencionado e faz-se presente também em outros meios, como no teatro que cita as artes plásticas, no cinema que recorre ao teatro e nas artes plásticas que citam a própria História da Arte. A citação firma-se por mostrar a relação discursiva explicitamente e todo o discurso citado é, basicamente, um elemento dentro de outro já existente. Por sua vez, a alusão não se faz como uma citação explícita, mas sim, como uma construção que reproduz a ideia central de algo já discursado e que, como o próprio termo deixa transparecer, alude a um discurso já conhecido do público em geral. Por fim, a estilização é uma forma de reproduzir os elementos de um discurso já existente, como uma reprodução estilística do conteúdo formal ou textual, com o intuito de reestilizá-lo (ZANI, 2003, p. 123).

Na verdade, na própria história da concepção e criação do termo se observa um fenômeno intertextual, em que o texto pode ser entendido como um tecido desdobrado e formado por vários fios discursivos. Se, para Bakhtin, é dialogismo, para Kristeva, em sua ampliação, é intertextualidade e para Oswald de Andrade, por exemplo, é antropofagia, defendida e exemplificada pelos modernistas da fase de ruptura, que antes de repelir as influências europeias, assimila-as e reordena-as ao estilo tupiniquim.

Como bem pontua Stam (2000)

A noção de “antropofagia” simplesmente reconhece a inevitabilidade da intertextualidade, para usar o termo de Kristeva, ou do “dialogismo”, para usar o de Bakhtin. O artista de uma cultura dominada não pode ignorar a presença estrangeira; é preciso que dialogue com ela, que a engula e a recicle de acordo com objetivos nacionais. (STAM, 2000, p. 55).

O que importa, neste artigo, é a observação de que o fenômeno da intertextualidade foi um importante contributo para os estudos literários e para a

observação da criação artística que se desenvolveu em países colonizados, como o Brasil.

Desta feita, passaremos a observar como se deu o processo de criação artística na música popular brasileira, mais especificamente, na de Belchior, observando os processos intertextuais adotados pelo autor.

2) BELCHIOR E O MOSAICO DE CITAÇÕES

Antônio Carlos Gomes Belchior Fontenelle Fernandes, conhecido apenas como Belchior, nasceu em Sobral, no estado do Ceará, em 26 de outubro de 1946 e faleceu em Santa Cruz do Sul-RS, em 30 de abril de 2017.

Em 1971, tornou-se conhecido nacionalmente ao vencer o IV Festival Universitário da MPB, promovido pela antiga TV Tupi, com a canção *Na hora do almoço*.

Porém, foi com a canção *Como nossos pais*, que Elis Regina incluiu no LP *Falso Brilhante*, que Belchior alçou o patamar mais alto na MPB. No total, dezoito títulos fazem parte da sua discografia, sendo 12 LPs e seis CDs. Entre eles, o mais famoso é *Alucinação*, de 1976, que agrupou canções como *Apenas um rapaz latino-americano*, *A palo seco*, *Como nossos pais* e *Velha roupa colorida*.

O que se pode observar a partir de quase todas as suas composições é o diálogo que o autor institui com a tradição literária. A grande marca do autor – a intertextualidade – é a sua ferramenta de criação. Ora através de alusões, ora através de citações, o autor retoma outros compositores, a literatura e adiciona marcas de identidade local: a de nordestino e brasileiro. Em uma entrevista concedida ao *Correio Braziliense*¹⁸, Josely Teixeira, estudiosa que escreveu uma dissertação a respeito das composições do cearense, reforça essa característica de retratar a identidade local

Belchior fala da luta diária para sobreviver nos centros urbanos, das migrações entre sertão e cidade, das relações de desigualdade entre povo e poderosos, dos sofrimentos dos excluídos, da força dos brasileiros e latinos diante de tudo isso.

¹⁸ Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/05/01/interna_diversao_arte.592483/saiba-mais-sobre-a-trajetoria-de-belchior.shtml

Enquanto houver isso no Brasil e no mundo, Belchior será atual.

Essa marca de identidade do autor, a partir de intertextualidades, podemos observar na canção *Coração selvagem*, na qual ele afirma várias vezes que enquanto vários cantores chamam “baby”, ele prefere o “meu bem”, ou seja, a forma brasileira

“Meu bem, guarde uma frase pra mim dentro da sua canção
 Esconda um beijo pra mim
 Sob as dobras do blusão
 Eu quero um gole de cerveja
 No seu copo, no seu colo e nesse bar
 Meu bem, o meu lugar é onde você quer que ele seja
 Não quero o que a cabeça pensa
 Eu quero o que a alma deseja
 Arco-íris, anjo rebelde
 Eu quero o corpo, tenho pressa de viver
 [...]

Meu bem, talvez você possa compreender a minha solidão
O meu som, e a minha fúria e essa pressa de viver
 E esse jeito de deixar sempre de lado a certeza
 E arriscar tudo de novo com paixão
 Andar caminho errado pela simples alegria de ser

Meu bem, vem viver comigo, vem correr perigo, vem morrer comigo
 Meu bem, meu bem, meu bem
 [...]

Meu bem, vem viver comigo, vem correr perigo, vem morrer comigo
Meu bem, meu bem, meu bem
Meu bem, meu bem, meu bem
Que outros cantores chamam baby
meu bem”

A letra acima retoma a canção *Baby*, de Caetano Veloso, interpretada por Gal Costa, mas troca o “baby” por “bem”, mais perto da identidade local brasileira. Em *Coração Selvagem*, há ainda a referência à Clarice Lispector no título, já que este é parte do nome do livro *Perto do coração selvagem* da autora, escrito em 1943. Por fim, há, na canção, uma alusão a Shakespeare nos versos em que Belchior cita “o som e a fúria” do bardo

“A vida é uma história contada por um idiota,
 cheia de **som e de fúria**, sem sentido algum”,
 da cena V, ato V da obra “Macbeth” ”

Em suas assimilações, o músico não só cita outros compositores, mas também estabelece um diálogo em diferença com eles. O exemplo mais claro pode-se observar na canção *Apenas um rapaz latino-americano*, quando Belchior se apropria dos versos “Tudo é divino! Tudo é maravilhoso!”, os quais vem marcados por aspas, por pertencerem aos compositores Gil e Caetano

“Mas trago de cabeça uma canção do rádio
 Em que o antigo compositor baiano me dizia:
 – “Tudo é divino! Tudo é maravilhoso!” ”

Em sua apropriação, porém, Belchior afirma se posicionar de forma contrária à opinião dos músicos,

“Mas sei que nada é divino
 Nada
 Nada é maravilhoso,
 nada
 Nada é secreto,
 nada
 Nada é misterioso
 Não”.

Outra experiência intertextual vem da poesia de João Cabral de Melo Neto que, certamente, inspirou a canção *A Palo Seco*

1.1.
 “Se diz a palo seco
 o cante sem guitarra;
 o cante sem; o cante;
 o cante sem mais nada;
 se diz a palo seco
 a esse cante despido:
 ao cante que se canta
 sob o silêncio a pino.
 1.2.
 O cante a palo seco
 é o cante mais só:
 é cantar num deserto
 devassado de sol;
 é o mesmo que cantar
 num deserto sem sombra
 em que a voz só dispõe
 do que ela mesma ponha.”

A poesia de João Cabral define o que pretende Belchior com sua canção: fazer com que suas intenções e seus pensamentos chegassem ao conhecimento do outro a palo seco, isto é, de forma árida, sem rodeios, sem metáforas

“Tenho vinte e cinco anos
 De sonho e de sangue
 E de América do Sul
 Por força deste destino
 Um tango argentino
 Me vai bem melhor que um blues
 Sei que assim falando pensas
 Que esse desespero é moda em '76
 E eu quero é que esse canto torto
 Feito faca, corte a carne de vocês”

Em *A velha roupa colorida*, a intertextualidade é ampliada com diálogos com Bob Dylan, Edgar Allan Poe e com os Beatles

“Você não sente nem vê
 Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
 Que uma nova mudança em breve vai acontecer
 E o que há algum tempo era jovem e novo, hoje é antigo
 E precisamos todos rejuvenescer
 Nunca mais meu pai falou: **She's leaving home**
 E meteu o pé na estrada, **like a rolling stone**
 Nunca mais eu convidei minha menina
 Para correr no meu carro, loucura, chiclete e som
 Nunca mais você saiu à rua em grupo reunido
 O dedo em V, cabelo ao vento, amor e flor, quêde o cartaz?
 No presente, a mente, o corpo é diferente
 E o passado é uma roupa que não nos serve mais
 No presente, a mente, o corpo é diferente
 E o passado é uma roupa que não nos serve mais
 Você não sente nem vê
 Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
 Que uma nova mudança em breve vai acontecer
 E o que há algum tempo era jovem e novo, hoje é antigo
 E precisamos todos rejuvenescer”

A intertextualidade se reveste aqui de citação direta ao verso de uma canção dos Beatles “She’s leaving home”; uma referência a Bob Dylan “Like a Rolling Stone” e uma referência ao texto mais famoso de Edgar Allan Poe, *O Corvo*

“Como **Poe**, poeta louco americano
Eu pergunto ao passarinho
Black bird, assum preto, o que se faz?
Raven, never, raven, never, raven, never, raven, never, raven
Assum preto, pássaro preto, black bird, me responde: Tudo já ficou atrás
Raven, never, raven, never, raven, never, raven, never, raven
Black bird, assum preto, pássaro preto, me responde: O passado nunca mais”

Os Beatles são retomados outras vezes como na famosa letra *Medo de Avião*

“Foi por medo de avião
Que eu segurei
Pela primeira vez a tua mão
Agora ficou fácil
Todo mundo compreende
Aquele toque **Beatle**
I wanna hold your hand”

E, mais explicitamente, no verso “A felicidade é uma arma quente” da canção *Comentários a respeito de John*, do álbum *Era uma vez um homem e o seu tempo*, de 1979, com a canção dos Beatles “Happiness is warm gun”

“João, o tempo andou mexendo com a gente sim
John, eu não esqueço (oh no, oh no)
A felicidade é uma arma quente, quente, quente”

Uma forma intertextual mais sutil, que é a alusão, podemos verificar na presença de Carlos Drummond de Andrade, com seu “quadro na parede” em *Confidências do Itabirano*

“Tive ouro, tive gado, tive fazendas.
Hoje sou funcionário público.
Itabira é apenas uma fotografia na parede.
Mas como dói!”

Nos versos da conhecidíssima *Como nossos pais*, no LP *Alucinação*, 1976

“Já faz tempo eu vi você na rua
Cabelo ao vento
Gente jovem reunida
Na parede da memória”

Essa lembrança É o quadro que dói mais”

A referência à cultura local do Nordeste aparece em citações como as que ocorrem na canção *Pequeno mapa do tesouro*, do LP *Coração Selvagem* (1977)

“Eu tenho medo e já aconteceu
Eu tenho medo e inda está por vir
Morre o meu medo e isto não é segredo
Eu mando buscar outro lá no Piauí
**Medo, o meu boi morreu, o que será de mim?
Manda buscar outro, maninha, no Piauí”**

Uma das canções campeãs em intertextualidade está no LP *Era uma vez o homem e seu tempo*, de 1979: a canção *Brasileiramente linda*

“Olha-me:
oh! yes! oh! yes!
brasileiramente linda
oh! yes! oh! yes!
brasileiramente linda.
mente brasileira
mente lindamente brasileira
Envolve-me
oh! yes! oh! yes!
brasileiramente linda
oh! yes! oh! yes!
lindamente brasileira.
Eu não vou querer o amor somente: é tão banal!
Busco a paixão fundamental,
(edípica vulgar)
de inventar meu próprio ser.
**Oh! senhora dona cândida,
coberta de ouro e prata!
descubra seu corpo/rosto:
nós queremos ver-lhe a alma.**
Antes que algum rouxinol
diga que é dia, é de manhã,
o sol já vem (here comes the sun!)
vem, estrela camponesa,
vênus, nuvem nua, lua nova, anjo fêmea...”

A referência ao local aparece em citações de versos de cantiga de roda de nosso cancionário folclórico

“Senhora dona Sancha,
 Coberta de ouro e prata,
 Descubra seu rosto,
 Queremos ver sua cara”

Cumpra dizer que a cantiga ora traz o nome “senhora dona Sancha”, ora traz “senhora dona Cândida”. As referências não ficam apenas aí. Nos versos “Antes que algum rouxinol diga que é dia, é de manhã” faz alusão ao texto de Shakespeare *Romeu e Julieta*, no qual o rouxinol aparece como aquele capaz de trazer a manhã, anunciando um novo dia

JULIETA:

“Por que partir tão cedo? inda vem longe o dia...
 Ouves? é o rouxinol. Não é da cotovia
 Esta encantada voz. Repara, meu amor:
 Quem canta é o rouxinol na romãzeira em flor.
 Toda a noite essa voz, que te feriu o ouvido,
 Povia a solidão como um longo gemido.
 Abracemo-nos! fica! inda vem longe o sol!
 Não canta a cotovia: é a voz do rouxinol!”

ROMEU:

“É a voz da cotovia anunciando a aurora!
 Vês? há um leve tremor pelo horizonte afora.
 Das nuvens do levante abre-se o argênteo véu,
 E apagam-se de todo as limpadas do céu.
 Já sobre o cimo azul das serras nebulosas,
 Hesitante, a manhã coroada de rosas
 Agita os leves pés, e fica a palpitar
 Sobre as asas de luz, como quem quer voar.
 Olha! mais um momento, um rápido momento,
 E o dia sorrirá por todo o firmamento!”

E a intertextualidade continua nesta mesma canção com mais uma referência aos Beatles: “o sol já vem (here comes the sun!)”.

Já em “Tudo outra vez” temos a referência ao samba *Normalista* interpretado por Nelson Gonçalves, como também à valsa de Strauss, *Danúbio Azul* e ainda à *Canção do Exílio*, poesia do romântico Gonçalves Dias, quando propõe que alguém fica “sozinho a cismar”

“E um cara
 Que transava à noite
No Danúbio azul
 Me disse que faz sol

Na América do Sul
 E nossas irmãs nos esperam
 No coração do Brasil
 Minha rede branca
 Meu cachorro ligeiro
 Sertão, olha o Concorde
 Que vem vindo do estrangeiro
 O fim do termo saudade
 Como o charme brasileiro
De alguém sozinho a cismar
 Gente de minha rua
 Como eu andei distante
 Quando eu desapareci
 Ela arranhou um amante
Minha normalista linda
 Ainda sou estudante
 Da vida que eu quero dar”

Os casos de intertextualidade, como já pudemos perceber, atravessam nossas fronteiras e retomam Garcia Lorca e Fernando Pessoa em “Conheço o meu lugar”

“O que é que pode fazer o homem comum
 Neste presente instante senão sangrar?
 Tentar inaugurar
 A vida comovida
 Inteiramente livre e triunfante?
 O que é que eu posso fazer
 Com a minha juventude
 Quando a máxima saúde hoje
 É pretender usar a voz?
 O que é que eu posso fazer
 Um simples cantador das coisas do porão?
 Deus fez os cães da rua pra morder vocês
 Que sob a luz da lua
 Os tratam como gente - é claro! - aos pontapés
Era uma vez um homem e o seu tempo
Botas de sangue nas roupas de Lorca
 Olho de frente a cara do presente e sei
 Que vou ouvir a mesma história porca
 Não há motivo para festa: Ora esta!
 Eu não sei rir à toa!
 Fique você com a mente positiva
 Que eu quero é a voz ativa (ela é que é uma boa!)
 Pois sou uma pessoa
 Esta é minha canoa: Eu nela embarco
 Eu sou pessoa!
 A palavra pessoa hoje não soa bem
 Pouco me importa!
 Não! Você não me impediu de ser feliz!
 Nunca jamais bateu a porta em meu nariz!

Ninguém é gente!
 Nordeste é uma ficção! Nordeste nunca houve!
 Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
 Não sou da nação dos condenados!
 Não sou do sertão dos ofendidos!
 Você sabe bem: Conheço o meu lugar!"

Belchior faz alusão ao assassinato de Federico Garcia Lorca pelos nacionalistas e destaca a conduta típica dos ditadores "(botas de sangue nas roupas de Lorca)" e "(Deus fez os cães da rua pra morder vocês que sob a luz da lua, os tratam como gente – é claro! – a pontapés)". Porém, em sua apropriação, Belchior destaca um comportamento contrário ao de Lorca, que foi fuzilado de olhos vendados e de costas, o "poeta" Belchior olha "de frente a cara do presente" e constata que "Não há motivo para festa: ora esta! Eu não sei rir à toa!".

A canção *Divina Comédia Humana*, presente no LP *Todos os sentidos*, de 1978, traz, intertextualmente, a presença de Dante Alighieri, Balzac e Olavo Bilac

"Eu quero gozar no seu céu, pode ser no seu inferno
Viver a divina comédia humana onde nada é eterno
Ora direis, ouvir estrelas, certo perdeste o senso
Eu vos direi no entanto
 Enquanto houver espaço, corpo, tempo e algum modo de dizer não
 Eu canto"

A referência a Dante Alighieri e sua *Divina Comédia*, obra, originalmente, *Comedia* e, mais tarde, denominada *Divina Comédia* por Giovanni Boccaccio, é um poema de viés épico e teológico da Literatura Italiana do século XIV, que aparece adicionada à presença de Honoré de Balzac e sua *Comédia Humana* composta de oitenta e oito narrativas nos versos

"Eu quero gozar no seu céu, pode ser no seu inferno
 Viver a divina comédia humana onde nada é eterno
 Ora direis, ouvir estrelas, certo perdeste o senso"

Porém, para Belchior, a discussão do homem, do ser e do amor que ganham profundidade em Dante e em Balzac, recebem, com ele, um tratamento mais simplificado

“Deixando a profundidade de lado
 Eu quero é ficar colado à pele dela noite e dia
 Fazendo tudo e de novo dizendo sim à paixão, morando na filosofia”

A alusão ao poeta brasileiro parnasiano Olavo Bilac está nos versos:

“Ora direis, ouvir estrelas, certo perdeste o senso
 Eu vos direi no entanto
 Enquanto houver espaço, corpo e tempo e algum modo de dizer não
 Eu canto”

Esses versos foram apropriados da mesma forma em que se apresentam no poema *Via Láctea* e com o mesmo sentido empregado por Bilac

"Ora (direis) ouvir estrelas! Certo
 Perdeste o senso!" e eu vos direi, no entanto,
 Que, para ouvi-las, muita vez desperto
 E abro as janelas, pálido de espanto...
Antologia Poética- Porto Alegre, RS: L&PM, 2012. p. 28)

Outra intertextualidade por referência que podemos perceber na canção *Arte Final*, presente no LP *Baihuno* (1993), encontra-se a seguir

“Não perguntes por quem os sinos dobram
 Eles dobram por Ri!
 Ora, senhoras! Ora, senhores!
 Uma boa noite lustrada de neon pra vocês
 E o último a sair apague a luz do aeroporto
 E ainda que mal me pergunte
 "A saída será mesmo o aeroporto?" ”

Além de se apresentar como um texto nitidamente politizado, a expressão “Por quem os sinos dobram” se refere ao romance ***Por Quem os Sinos Dobram***, em inglês, ***For Whom the Bell Tolls***, um romance do norte americano Ernest Hemingway, de 1940. Além de qualquer outra coisa, o livro é sobre a condição humana, o que parece ser a mesma proposta de Belchior. Essa proposta fica evidente em várias de suas canções, como em *Alucinação*, no álbum de mesmo nome, do ano de 1976

“Eu não estou interessado
Em nenhuma teoria
Em nenhuma fantasia
Nem no algo mais
Nem em tinta pro meu rosto
Ou oba oba, ou melodia
Para acompanhar bocejos
Sonhos matinais
Eu não estou interessado
Em nenhuma teoria
Nem nessas coisas do oriente
Romances astrais
A minha alucinação
É suportar o dia a dia
E meu delírio
É a experiência
Com coisas reais
Um preto, um pobre
Uma estudante
Uma mulher sozinha
Blue jeans e motocicletas
Pessoas cinzas normais
Garotas dentro da noite
Revólver: cheira cachorro
Os humilhados do parque
Com os seus jornais
Carneiros, mesa, trabalho
Meu corpo que cai do oitavo andar
E a solidão das pessoas
Dessas capitais
A violência da noite
O movimento do tráfego
Um rapaz delicado e alegre
Que canta e requebra
É demais!
Cravos, espinhas no rosto
Rock, Hot Dog
Play it cool, baby
Doze Jovens Coloridos
Dois Policiais
Cumprindo o seu duro dever
E defendendo o seu amor
E nossa vida
Cumprindo o seu duro dever
E defendendo o seu amor
E nossa vida
Mas eu não estou interessado
Em nenhuma teoria
Em nenhuma fantasia
Nem no algo mais
Longe o profeta do terror
Que a laranja mecânica anuncia
Amar e mudar as coisas
Me interessa mais

Amar e mudar as coisas
 Amar e mudar as coisas
 Me interessa mais”

A intertextualidade se apresenta em forma de referência ao livro *Laranja Mecânica*, escrito por Anthony Burges, que virou filme, nove anos depois, dirigido por Stanley Kubrick e mostra o mundo pela visão distorcida de Alex, um jovem que lidera um grupo de delinquentes que buscam o prazer através da violência. O jovem de Belchior que possui "Cravos, espinhas no rosto", suporta o dia a dia, prefere experiências reais, longe da violência, mostrando que a apropriação se dá pela diferença.

Na canção *Voz da América*, a intertextualidade se dá logo no início com a referência à composição *El condor pasa*. Esta é uma obra teatral musical, classificada tradicionalmente como *zarzuela*, cuja música foi composta, em 1913, pelo compositor peruano *Daniel Alomia Robles* e a letra, por *Julio de La Paz*, pseudônimo de Julio Baudouin. No Peru, a canção foi declarada Patrimônio Cultural da Nação, em 1993. Ao ler a composição, descobrimos que a mesma se constitui em uma obra de denúncia social. É a tragédia do enfrentamento de duas culturas: a anglo-saxônica e a indígena. Em sua apropriação, Belchior fala de um outro enfrentamento que se passa na “fúria das cidades grandes”, com relação a qual o autor quer “abrir a sua voz”

“**El condor passa** sobre os Andes
 e abre as asas sobre nós.
 Na fúria das cidades grandes
 eu quero abrir a minha voz.
 Cantar, como quem usa a mão
 para fazer um pão,
 colher alguma espiga;
 como quem diz no coração:
 - Meu bem, não pense em paz,
 que deixa a alma antiga.
 Tentar o canto exato e novo,
 que a vida que nos deram nos ensina,
 pra ser cantado pelo povo,
 na América Latina.
 Eu quero que a minha voz
 saia no rádio, pelo no alto falante;
que Inês possa me ouvir, posta em sossego a sós,
 num quarto de pensão, beijando um estudante.”

A intertextualidade continua pela citação de Camões com relação à Inês de Castro, que foi uma nobre galega e o grande amor do futuro rei de Portugal D. Pedro I, com quem teve quatro filhos. Por ter sido executada por D. Afonso IV, pai de D. Pedro, Inês de Castro foi coroada, postumamente, como rainha de Portugal

“Estavas, linda Inês, posta em sossego
De teus anos colhendo doce fruto,
Naquele engano da alma led e cego,
Que a fortuna não deixa durar muito,
Nos saudosos campos do Mondego,
Os Lusíadas, (canto III, estância 120)”

É importante destacar que o episódio narrado por Camões em *Os Lusíadas* já se configura como um intertexto com a *Crônica a El-Rei Pedro I*, de Fernão Lopes, que foi o primeiro a contar esse acontecimento.

Considerações Finais

A partir das considerações realizadas neste trabalho, conclui-se que as músicas do compositor brasileiro Belchior estão repletas de relações dialógicas, que demandam do ouvinte certo senso crítico e uma bagagem cultural, para que ele possa compreendê-las em sua totalidade.

Após essa breve exposição do resultado desta pesquisa, é interessante mencionar que, devido à grandeza da obra de Belchior e ao limite de páginas permitido, não foram analisadas todas as letras de músicas desse autor que apresentam relações intertextuais. Nessa mesma linha de raciocínio, convém reforçar que este estudo não se preocupou em analisar outras particularidades do repertório desse músico, como o cunho social e político que envolve suas letras. Constata-se, portanto, que este artigo não esgota a possibilidade de pesquisa futura com este assunto; desde que outras composições sejam utilizadas como categorias de análise ou, até mesmo, que as músicas empregadas neste texto sejam vistas sob uma ótica diferente da intertextual, como, a da escrita pautada em um engajamento social e político, por exemplo.

Por fim, interessa destacar a relevância deste trabalho, que pode ser configurado como uma possibilidade de resgate à memória de Belchior que, em comparação com outros compositores brasileiros, como Chico Buarque e Caetano Veloso, é pouco valorizado.

Referências Bibliográficas:

ARROJO, R. **O Signo Desconstruído**: implicações para a tradução, a leitura e o ensino. Campinas: Pontes, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec, 1999.

BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz. (Org.). **Dialogismo, Polifonia, Intertextualidade**: em torno de Bakhtin. São Paulo: Edusp, 1999.

KRISTEVA, Júlia. **Introdução à semanálise**. São Paulo: Perspectiva, 1974

STAM, Robert. Bakhtin: **Da Teoria Literária à Cultura de Massa**. São Paulo: Ática, 2000. (Série Temas Literatura e Sociedade, v.20)

ZANI, Ricardo. **Intertextualidades em “Um Cão Andaluz”**: pinturas em fotogramas. Campinas: UNICAMP, 2001. 209 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes. _____ . O Olhar Carnavalizado em Simão do Deserto: o filme. Revista Científica da FAMEC, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 46-54, ago. 2002.

ÂNGULOS E PERSPECTIVAS

ANGLES AND PROSPECTS

ANGULOS Y PERSPECTIVAS

Luciano Dias de Sousa

Mestre em Cognição e Linguagem e Docente na UEMG.

Samuel Sampaio Fialho

Graduando em História (UEMG).

Flávio Aparecido de Almeida

Mestre em Ciências da Religião.

Lucas Borcard Cancela

Mestre em Pesquisa Operacional e Inteligência Computacional pela Universidade Cândido Mendes. Com especialização em Tecnologias em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ (2011). Graduado em Ciência da Computação pela Universidade Vale do Rio Doce - UNIVALE (2005).

Vidigal de Andrade Vieira

Possui Mestrado em Psicologia Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); e, Doutorado em Ciência e Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ).

Resumo: O trabalho que o leitor possui em mãos tenta de forma sucinta tratar dos embates teóricos presentes dentro da instituição história enquanto disciplina produtora de um saber autenticamente válido, tanto para pares integrantes deste campo de atuação intelectual quanto, para a sociedade em toda sua gama de interesse histórico comum. Pretende-se aqui, um panorama geral teórico, dos conflitos, críticas, e congruências adventícios dos diálogos oriundos dos mais diversos teóricos da história e historiografia. À guisa de introdução, salienta-se uma preocupação com a manutenção da credibilidade histórica para manutenção cultural dos povos, sem, porém, deixar de considerar fecundas e instigantes ao debate as críticas das alas mais exaltadas ligadas à história, tanto de agentes internos a ela quanto de seus espectadores externos.

Palavras-chave: História; teoria; historiografia; crítica.

1. Introdução

*Wie es eigentlich gewesen*¹ : eis uma história destituída de sentido,

desconstruída. Narrar os fatos como aconteceram: eis o mantra auto-estimulante dos historiadores de outrora. Não sem intenções primeiras, os profissionais do vasculhamento do passado lançavam-se nos arquivos em busca de uma validação discursiva – imbuídos na empreitada política contemporânea: o romântico discurso conservador nacionalista do passado (BENTIVÓGLIO, 2010, p. 32-33-35), à sua produção/fabricação (CERTEAU, 2017, p.45). A história como ferramenta política norteadora das ações dos homens (BENTOVÓGLIO, 2010, p. 23-27) não é algo incomum na produção histórica, antes, erige-se sobre um modelo teórico-metodológico de abordagem das fontes de forma pré-fabricado, com interesses pré-estabelecidos, primeiros aos dados propriamente ditos: uma espécie de ópio tentador advindo do cheiro e textura de papéis velhos dentro dos arquivos. As ambições políticas mescladas às pretensões históricas operavam uma relação simbiótica:

Eles percebiam uma relação intrínseca entre as motivações do presente com a investigação histórica, entre a compreensão teórica do estudo das sociedades no passado e a motivação para a ação política no presente, subsumidas a uma marcha, ilustrada pela história e pela própria trajetória nacional alemã, e com

¹ Resguardada todas as proporções da expressão, dada a relevância do estudo operado por Júlio Bentivóglgio, aqui referenciado, de que, em se tratando do caso de Ranke, configura-se um generalismo exacerbado reduzir a produção histórica e historiográfica deste historiador alemão neste jargão simplista. (BENTIVÓGLIO, 2010, p.24)

escamoteando pretensões universais, pois a defesa das singularidades da história não obliterava a ambição que tinham de escrever uma história mundial, na qual a Alemanha ocupava uma posição de destaque. (BENTIVOGLIO, 2010, p. 36)

Ou seja, passado e história não são coisas diferentes para eles como queria reforçar Keith Jenkins. Para Jenkins, até mesmo a instituição História como portadora de créditos pela sua elaboração de um conteúdo de saber válido, perde sua significação quando elevada à categoria dos discursos possíveis sobre o mundo: sendo a história, um dentre inúmeros discursos – ao lado do sociológico, antropológico, filosófico etc. – e, dentro mesmo do próprio campo existem suas subdivisões motivadas por interesses particulares que os compelem a narrar o passado de forma antagônica à uma outra versão do

mesmo acontecimento abordado (JENKINS, 2013, p. 23). Teoria que se choca com a realidade dos historiadores oitocentistas alemães narrada por Bentivoglio em sua pesquisa sobre o historicismo alemão, onde buscava-se a “uniformidade”² na construção da história, com vias ao içamento de um espírito nacionalista com significação comum histórica.

Abordagens de tal tipo³ colocaram em xeque a veracidade suposta da história, posto que após descortinada as intenções políticas subentendidas em seu discurso, o manuseio das fontes ficara suspeitos em sua expressão final: o discurso textual estruturalmente literário no qual obrigatoriamente deve-se inserir com vias a alusão do passado (WHITE, 2014)⁴. Um passado – construído – comum, justifica ações políticas futuras, também comuns – desde que o passe despercebido à crítica externa a si – e não só políticas, mas, culturais, sociais, epistemológicas etc. A “febre historicista” a qual Nietzsche Intempestivamente lançou sua crítica fora descortinada e seus anseios expostos à lume:

Além disso, esta consideração é intempestiva, porque procuro compreender como sendo um mal, um defeito, uma carência, algo que a época atual se orgulha a justo título, a saber, a sua cultura histórica (*historische Bildung*), porque acho inclusive que estamos todos corroídos por uma febre historicista (*historische Fieber*) e porque deveríamos, pelo menos ter consciência disso. Mas se Goethe tinha razão de dizer que cultivamos ao mesmo tempo o nosso vício e as nossas virtudes e se é verdade, como alguém disse, que uma virtude

² As aspas reforçam a cautela no uso do conceito, posto que alude a uniformidade discursiva relativa aos interesses políticos da Alemanha de então.

³ Que se tenha em mente que este não fora o tipo único a apresentar a vulnerabilidade da história e da historiografia no século XX, para apenas aludir a outros dois rápidos exemplos de modelos vulneráveis à crítica externa e interna à história, tomemos o tipo positivista (BARROS, 2013) e o “marxista vulgar” (HOBBSAWM, 2013): ambos os modelos historiográficos amplamente expostos de forma crítica nos dois textos de referência, nesta nota, que serão devidamente referenciados na bibliografia deste trabalho.

⁴Também Roger Cahrtier reconhece essa problemática concernente ao produto final apresentado pelo historiador: o texto. (CHARTIER, 2016, p. 11)

virtude hipertrofiada – tal como é na minha opinião o sentido histórico (*historische Sinn*) da nossa época – pode, assim como um vício hipertrofiado, provocar a ruína de um povo, então que me permitam falar sobre isso (NIETZSCHE, 2005, p. 69)

A história operada por manuseio intencional – a *historische Sinn* – aqui

fora tratada com justa medida. A crítica fecunda causou nas bases da história tradicional alemã uma depleção, desnutriu-a de seus nutrientes básicos de atuação. Porém, é da hipertrofia da virtude que Nietzsche verbera seu juízo, da febre. Marc Bloch mais à frente no tempo retomará o mesmo assunto, porém resguardando a história das más compreensões nas quais ela está sujeita, sabendo bem ele da possibilidade deste tipo de abordagem conduzir a história ao descrédito (BLOCH, 2001, p. 42).

1. 2 O faro: um ofício

Apresentada as nuances na qual se apresenta a proposta teórica a respeito da história, deve-se ter em mente os dois lados do tabuleiro: os que ocupam as casas brancas e os que ocupam as casas negras do jogo⁵. Uma problemática se apresentou aos interessados - tanto à ala crítica da história quanto à ala mais "conservadora" da disciplina enquanto produção acadêmica - no passado: onde fica a fidedignidade do relato histórico, sendo ele um texto com caracteres e arcabouço literário – metáforas, metonímias, ironias etc. – oriundo de outro texto - intencional ou não? Assim como ocorrera na filosofia na era contemporânea, as validações de explicações sistemáticas entraram em colapso também na história, postulado o fato de que generalizações não abarcam a verdade epistêmica de períodos não mais substanciais. E, a substância que os representam expressa-se por meio de texto que pode ter sofrido ações intencionais em sua elaboração – tanto na origem: a fonte, quanto no relato historiográfico subsequente. Mas este não é o espectro insolúvel da história, talvez nem tenha ele descreditado o relato histórico: talvez tenha sido suscitador de um debate deveras prolífico e salutar à história.

Dos Annales⁶ a micro-história italiana, a fecundidade da história se expôs ao público como forma única de manutenção cultural, e localização humana do homem enquanto espaço e no tempo, nos dizeres de Berlin: “Somente os bárbaros não têm

⁵ Metáfora despossuída de qualquer juízo de valor, sem pretensões de hierarquizar os argumentos antagônicos.

⁶ Será com Fernand Braudel, na segunda geração dos *Annales*, que a história total terá seu ápice de aplicação.

curiosidade em saber de onde vieram, como chegaram a ser o que são, onde parecem estar indo, se desejam rumar nesta direção e, se querem, por quê, e, se não, por que não.” (BERLIN, 2016, p. 17). Muito embora, venha Marc Bloch trazer à superfície o cuidado que se deve ter em busca das origens comum dos homens:

[Nunca é mal começar por uma *mea culpa*. Naturalmente cara a homens que fazem do passado seu principal tema de estudos de pesquisa, a explicação do mais próximo pelo mais distante dominou nossos estudos até à hipnose. Sob sua forma mais característica, esse ídolo da tribo dos historiadores tem um nome: é a obsessão das origens. Nodesevolvimento do pensamento histórico, teve também seu momento particular de favor.] (BLOCH, 2001, p. 56).

Não obstante, o *métier* do historiador apresenta-se como uma necessidade social comum, um povo sem história grafada incorre no risco de cometer erros por falta de parâmetros e paralelos dispostos no fluxo temporal, e, as cautelas necessárias no manuseio do objeto dizem respeito a consciência moral do profissional quanto à sua produção e o impacto que ela exerce sobre a sociedade representada no discurso como um todo. O faro pelo homem no tempo não cessa, é uma necessidade inata:

Por traz dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas,] por traz dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas no máximo, um serviçal da erudição. Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça. (BLOCH, 2001, p. 54).

2. A ingênua pergunta de uma criança: o compromisso de uma resposta

Se narrar os fatos como de fato aconteceram não agradara aos críticos atenciosos ao discurso histórico, não agradou também aos amantes da história "científica em sua infância". Foi este o caso de Marc Bloch, da

primeira geração dos Annales. Não se narra como de fato aconteceu, mas, apreende-se de forma crítica das fontes abordadas o conteúdo no qual elas dizem subentendidamente, não as deixando falar do passado, mas, extraindo delas o passado contido. Diferentemente de críticos mais "anarquistas" – guardadas todas as devidas proporções do termo, aqui utilizado meramente como figura de linguagem – os integrantes da primeira geração dos Annales vislumbram em meio as cinzas da história, a possibilidade de restauração da credibilidade teórica da histórica por meio de uma repaginação de repertório e aparato geral disponível aos novos historiadores, dispostos as mudanças de paradigma historiográfico, assim como mudam os cenários a sua volta:

Os *Annales* mudam porque tudo muda ao redor deles: os homens, as coisas; em uma palavra, o mundo. O mundo de 1938 já não era o de 1929. O que dizer então do mundo de 1942 ou o de 1946, que seja justo e, portanto, eficaz? Pois nós vamos assim, normalmente, orquestrando o tema romântico das ruínas. Vamos descartando as centrais elétricas, os viadutos e as pontes, os bairros das cidades e as aldeias que não respondem “presente” à chamada. Com os olhos arregalados de preocupação, acrescentamos baixinho: é a bomba atômica... (FEBVRE, 2011, p.76).

Esta mudança de cenário nem sempre esboça-se esteticamente bela aos olhos dos que prezam pela manutenção da escrita do passado. Em meio ao caos, repensar os modos de como escrever sobre o passado apresenta-se talvez como um logro paradoxal, não como uma atitude instigante de prazeres advindos do apreço à erudição. E, pensar a restauração é mais laborioso que pisar nos escombros a admirar a feiura da destruição.

O próprio Marc Bloch, diante do cenário catastrófico descrito por seu companheiro, sensibiliza-se e se empenha em responder – quando em cativeiro, após a tomada da França pelos nazistas – à pura e despretensiosa pergunta da criança, direcionada a seu pai: "Papai, então me explica para que serve a história" (BLOCH, 2001, p.41), ou seja, dedica-se à elaboração exaustiva de uma resposta convincente à uma pergunta genuína oriunda dos lábios de uma criança, porém, capaz ela de pôr à prova todo teor epistêmica de um campo de saber: a história. A mesma credibilidade posta em xeque por um companheiro de guerra:

Em junho de 1940, no mesmo dia, se bem me lembro, da entrada dos alemães em Paris. No jardim normando, onde nosso estado-maior, privado de tropas, exercitava sua ociosidade, remoíamos as causas do desastre: “É possível acreditar que a história nos tenha enganado?”, murmurou um de nós. Assim, a angustia do homem feito ia ao encontro, com um acento mais amargo, da simples curiosidade do rapazola. É preciso responder a um e a outro. (BLOCH, 2001, p. 43)

“É preciso responder a um e a outro”: visando sempre a manutenção da história por meio das mesmas fontes falhas de tais críticos supracitados, porém, sem determinismos prévios, ao contrário, suspeitando de suas intenções subjacentes em busca de um passado extraído de forma crítica às fontes que o revela.

Ambos os fundadores da nova corrente historiográfica, Marc Bloch e Lucien Febvre, recorriam a um artifício metodológico totalmente revolucionário à história: a interdisciplinaridade. O diálogo constante com outras disciplinas – Bloch com a sociologia Durkheimniana e Febvre com a geografia de Vidal de la Blache (BURKE, 2010, p.27-28) – abriu caminho à fecundidade no relato histórico. A derrubada do “antigo regime” historiográfico, o mesmo, indesejado da crítica reduzida à análise linguística do discurso histórico, só fora possível graças a esta “revolução francesa historiográfica” proporcionado por estes dois historiadores da primeira geração dos Annales. Marc Bloch extremamente lúcido e franco em dada altura de sua escrita relata:

Sem dúvida também, as civilizações podem mudar. Não é inconcebível, em si, que a nossa não se desvie da história um dia. Os historiadores agirão sensatamente refletindo sobre isso. A história mal-entendida, caso não se tome cuidado, seria muito bem capaz de arrastar finalmente em seu descrédito a história melhor entendida. Mas se um dia chegássemos a isso, seria ao preço de uma violenta ruptura com nossas mais constantes tradições intelectuais. (BLOCH, 2001, p. 42)

Ou seja: a ruptura que propõem àqueles que mal compreenderam a história, reduzindo-a à linguagem apenas, como se o homem apenas fosse constituído de fatores linguísticos. Diriam eles: “removamos do homem sua carga histórica, escamoteando sua relação linguística com seu objeto,

livramo-lo de seu “fardo”. Por mais que pareça volátil o objeto de estudo do historiador, reduzi-lo a um fenômeno de expressão humana não lhe priva de outros que também o constituem, sendo mais expressivo, seria como se o homem fosse apenas um dado linguístico solto no universo, destituído de tempo. Evidencia-se, portanto, um posicionamento deveras responsável por parte de Bloch quanto a produção histórica. Não deve-se temer uma hipotética futura perda do sentido histórico que nos norteara há séculos, porém, tal ato, nos desliga daquilo que fora solo firme, base de apoio intelectual ao típico homem de saber ocidental: um ser histórico que se expressa pela linguagem que desenvolveu. E nesta relação, uma dimensão constituinte do homem, não anula a outra, elas se complementam. A história, se liga ao texto, à literatura à linguagem de modo geral pelo simples fato de a linguagem ser um dado ontológico do ser. O mesmo ocorre com a noção de história: o tempo, o passar do tempo e sua localização pretérita, o passado, também se apresenta como um dado constituinte da ontologia humana:

E aqueles que narram coisas passadas não poderiam relatar coisas verdadeiras, se não as vissem na mente. Ora, se o passado realmente não existisse, de modo algum poderia ser percebido. De onde se conclui que tanto o futuro como o passado existem (...), por conseguinte, em qualquer parte onde estiverem, seja o que for, não podem existir se não no presente. Quando narramos os acontecimentos passados, que são verdadeiros, nós os tiramos da memória. (AGOSTINHO, 1984, p. 342-343).

Aludindo a interpelação suscitada pela criança e que invadiu o espírito do soldado francês derrotado, se pudéssemos extrair deste breve raciocínio talvez não uma resposta objetiva, mas, sim um juízo balanceado e refletido, diríamos que a história não serve para algo, posto que úteis são bens descartáveis com uma curta ou longa duração de uso – usando uma lógica bastante mercadológica e consumistas das coisas –, diríamos que ela faz parte da constituição do ser do homem, que ela se apresenta à humanidade nos piores e nos melhores momentos de seu drama existencial, que ela nos coloca de frente conosco mesmo quando alçamos à língua tal indagação. Sendo longânime à questão: serve para denunciar os escombros deixados pelo ciar de bombas atômicas...

3. Conclusão: O outro – uma questão moral

As dificuldades concernentes ao relato histórico tendem a ser cada vez maiores, quando se tem em mente a reflexão a respeito do “outro”, como agente histórico. As considerações acerca da credibilidade do discurso histórico possuem adornos e preâmbulos morais. O outro o qual relato-o é o homem em semelhança, um ser verbal, portador de uma palavra enraizada em seu tempo, e, o compromisso do “bom historiador” é encontrá-lo mesmo que mudo até então e, deixa-lo se expressar, do contrário, incidimos no erro denunciado por Certeau, nos deparamos frente ao “fantasma da historiografia”:

O outro é o fantasma da historiografia. O objeto que ela busca, que ela honra e que ela sepulta (...) “A única pesquisa histórica do “sentido” permanece, com efeito, a do Outro”, porém este projeto contraditório pretende “compreender” e esconder com o “sentido” a alteridade deste estranho ou, o que vem a ser a mesma coisa, acalmar os mortos que ainda frequentam o presente e oferecer-lhe túmulos escriturários. (CERTEAU, 2017, p. XVI)

Exposto desta maneira o ofício do historiador, interpõe-se a ele uma barreira logo após esquivar-se das críticas vindas em sua direção quanto a natureza de seu feito: o obstáculo da fragilidade presente em seu objeto, o outro com ação verbal monologada vulnerável a inferência moral de um construtor de discursos, sujeito à falha de visualização do outro como uma espécie de tabula rasa passível (CERTEAU, 2017, p XI). Os riscos e a tentação de inscrever no outro nossas impressões intelectuais figuram na imagem como um tipo de lodo sob a pedra na qual o historiador deve firmar seu pisar enquanto se queira respeitável intelectualmente. Se faz um ato honesto assumir como fardo, porém no sentido positivo do termo, o compromisso de remar contra corrente – as dificuldades inerentes deste laborioso ofício –, e assumir o compromisso moral de ver a história como campo de atuação do diverso a ser localizado e alçado à fala de si mesmo. Tarefa árdua! Porém extremamente necessária à manutenção cultural dos

povos.

A absorção por parte da história institucional das inúmeras setas inflamadas de espíritos críticos indiferentes a ela, demonstra o vigor e resistência do campo, e de seu produto final, a historiografia. O “fardo” não é da história, é do homem enquanto possuidor de consciência temporal e portador de linguagem competente a expressar essa passagem no *continuum* devir das coisas que aqui existem. E uma ruptura – concebida no âmbito epistemológico da coisa⁷ – com aquilo que é produto de origem desta disciplina, representa uma ruptura com aquilo que há de humano no tempo.

Me valendo da sapiência de Isaiah Berlin uma segunda vez, façamos nossas suas palavras no que diz respeito a produção histórica do homem: “na verdade, pode ser que jamais cheguemos a essas condições de conhecimento perfeito – talvez não disponhamos da força de espírito necessária, ou sejamos demasiados corruptos e pecadores para lograr tal feito.” (BERLIN, 2016, p. 25). Acrescentemos uma vírgula e mais palavras que não excedem à perfeição própria da frase original: nunca o teremos perfeito, mas sempre o teremos como possibilidade!

Bibliografia:

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona. **Confissões**: In: Livro X. São Paulo: Paulus, 1984.

BARROS, José D’assunção. **Teoria da História**. In: II. Os primeiros paradigmas: Positivismo e Historicismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BENTIVOGLIO, Julio. **Cultura Política e Historiografia Alemã no Século XIX**: A Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift*. Goiás: Revista de Teoria da história Ano 1, Número 3, Junho/2010.

BERLIN, Isaiah. **Uma Mensagem para o Século XXI**. Belo Horizonte: Âyiné, 2016.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo, Editora da Unesp, 2010.

⁷ Posto que o material de cunho literário porta seu peso no nível estético da existência, já o histórico no nível científico, assim queria Bloch com “A ciência dos homens no tempo”.

BLOCH, Marc. **Apologia da História:** ou O ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CHARTIER, Roger. **A História ou a Leitura do Tempo.** Belo Horizonte: Autêntica Editora: 2016.

FEBVRE, Lucien. **Contra o Vento:** Manifesto dos novos Annales. São Paulo: Nova história em perspectiva volume 1 / organização e introdução Fernando A. Novais e Rogerio Forastieri da Silva, Cosac Naify, 2011.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História.** In: O que os historiadores devem a Karl Marx. Companhia das Letras, 29 de jan de 2013

JENKINS. Keith. **A História Repensada.** São Paulo: Contexto, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. **Escritos sobre História.** Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. PUC- Rio/Loyola, 2005.

WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso:** Ensaios sobre a Crítica da Cultura (Ensaios de Cultura 6). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

AS NOVAS TECNOLOGIAS E A PERDA DA IDENTIDADE: uma análise discursiva da música “Carmen” de Stromae

NEW TECHNOLOGIES AND LOSS OF IDENTITY: a discursive analysis of “Carmen” Stromae music

NUEVAS TECNOLOGÍAS Y PÉRDIDA DE IDENTIDAD: un análisis discursivo de la música “Carmen” Stromae.

ANDRIK BARBOSA RISSO

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem (UENF)
andrikrisso@hotmail.com.

SÉRGIO ARRUDA DE MOURA

Doutor em Letras (URRJ)
arruda@uenf.br

RESUMO

A presença das novas tecnologias no cotidiano da sociedade surge em meados dos anos 1990 e desde então, não cessou de se desenvolver. Por conseguinte, a internet se tornou um dos meios de comunicação mais utilizados, levando em consideração que a maioria das pessoas possuem hoje, nas palmas das mãos, acesso às redes digitais. Nesta perspectiva, observa-se que o uso exacerbado destas ferramentas implica em uma série de questões. Este trabalho pretende analisar, primeiramente, os efeitos da cibercultura sobre a identidade. Em seguida, observar a influência das redes sociais digitais por meio do ciberespaço, o que acaba refletindo em atitudes no mundo real, como por exemplo, o consumismo e o isolamento social. Enfim, para melhor ilustrar o tema, será feita uma análise do discurso de uma das músicas do cantor belga Stromae, que traz uma crítica importante para a sociedade e que alerta sobre o uso irresponsável destas novas tecnologias.

Palavras-chave: Novas Tecnologias, Cibercultura, Redes Sociais Digitais, Identidade, Análise do Discurso

ABSTRACT

The presence of new technologies in the daily life of society starts in the mid-1990s and since then it hasn't ceased its development. As a result, the internet has become one of the most widely used media, taking in account that most people have on their hand easy access to digital network. In this perspective, it is observed that the exarcebated use of these tools implies in a series of questions. This paper aim to analyze, first, the effects of cyberculture on the indentity. Next, to observe the influency of digital social media throught cyberspace, witch ends up reflecting in attitudes in the real world, such as consumerism and social isolation. In the end, to better illustrate the theme, will me made an analyze of the speech of one song from the Belgian singer, Stromae, which brings critical reviews to society and warn about the irresponsible use of these new technologies.

Key-words: New Technologies, Cyberculture, Digital Social Media, Identity, Speech Analyses

RESUMEN

La presencia de nuevas tecnologías en la vida cotidiana de la sociedad surgió a mediados de la década de 1990 y desde entonces ha seguido desarrollándose. Como resultado, internet se ha convertido en uno de los medios más utilizados, dado que la mayoría de las personas hoy en día tienen, con sus palmas, acceso a redes digitales. En esta perspectiva, se observa que el uso exacerbado de estas herramientas implica una serie de preguntas. Este artículo pretende analizar, primero, los efectos de la cibercultura en la identidad. Luego observe la influencia de las redes sociales digitales a través del ciberespacio, que termina reflejando en las actitudes del mundo real, como el consumismo y el aislamiento social. Finalmente, para ilustrar mejor el tema, se realizará un análisis del discurso de una de las canciones de la cantante belga Stromae, que aporta críticas importantes a la sociedad y advierte sobre el uso irresponsable de estas nuevas tecnologías.

Palabras-clave: Nuevas tecnologías, Cibercultura, Redes sociales digitales, Identidad, Análisis del discurso.

INTRODUÇÃO

Com o surgimento das novas tecnologias da informação, o mundo se remodelou. E segundo Pierre Lévy, ele foi devastado como um segundo dilúvio, ou de acordo com Einstein, essa foi a terceira bomba do século XX. Essas considerações foram levantadas por identificar de tão grande foi o surgimento da internet e como isso alterou o comportamento social em diversos ramos.

Esse fenômeno chegou no século XX e não parou de se desenvolver desde então. A cada dia, as tecnologias são aprimoradas, e a humanidade se torna cada vez mais escrava e dependente não apenas dos aparelhos eletrônicos, mas também do acesso ao ciberespaço. Por conseguinte, esse uso exacerbado dessas novas tecnologias interferem no comportamento social, havendo muitas vezes uma perda da identidade.

O que se trata aqui, é que perfis são criados nas redes sociais digitais, um espaço democrático e de fácil acesso, do qual as pessoas têm a liberdade para se expressarem como quiserem. Porém, muitas das vezes, almeja-se uma popularidade na rede, e cria-se então, uma nova identidade, que não condiz com a real. Na rede, é possível colecionar uma lista de amigos e de seguidores, pessoas que pretendem manter contato por meio dessa ferramenta, mas que na verdade, são apenas passantes. Estão ali apenas para observar. Ou seja, no mundo real, não seriam classificadas como “amigos”.

Também faz parte deste mundo, o hábito de publicar tudo o que acontece na vida real, para explicar para a lista de “amigos” ou “seguidores” as atividades que anda executando, como festas, viagens, trabalho, estudo, entre outros, tudo para alimentar uma audiência. Mas o pior de tudo é que muitas das vezes, isso acontece de forma mecânica. Trata-se aqui da demonstração a todo custo de um estilo de vida na vida digital que não representa exatamente ao da vida real. Acaba-se criando uma falsa identidade, com características diferentes da real.

Por estarem tão presos a este mundo superficial do mundo digital, a parte social “real” começa a se degradar. Observa-se que quanto mais nos aproximamos do mundo digital, mais nos afastamos do real. Isso se dá quando estamos presos e conectados a um universo novo, que fomenta uma falsa identidade, e onde se relacionam com amigos/seguidores que mal conhecemos. Portanto, acaba-se deixando de lado coisas que deveriam ser prioridade no mundo real. Simples coisas, como dar atenção ao próximo, criar laços e relacionamentos duradouros. Isso se torna uma atividade árdua quando estamos acostumados a um mundo que nos permite ter tantas escolhas e em que tudo se torna tão descartável ou trocável. Essa cultura começa a influenciar em nossas vidas.

Para melhor ilustrar essa prática social, traz-se uma análise discursiva da música “Carmen”, interpretada pelo cantor belga Stromae, lançada junto ao seu vídeo clipe em seu canal no YouTube no dia primeiro de abril de 2015, e que já alcançou cerca de 62 milhões de visualizações. O cantor, compositor e produtor já é bastante conhecido por suas letras polêmicas, que sempre trazem uma crítica social. Desta vez, Stromae decidiu falar da utilização exacerbada das mídias digitais e do consumismo, lançando uma música com a melodia inspirada em uma canção de ópera também intitulada “Carmen”, e com um vídeo clipe produzido com animações, porém, com um estilo sombrio. Algumas imagens do vídeo clipe também serão utilizadas para análise.

DA CIBERCULTURA AO CIBERESPAÇO – CONSEQUÊNCIAS DA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

Com o surgimento das novas tecnologias, nasce também um espaço comum e social que permite a interação entre as pessoas, que nada mais é do que o mundo virtual. Este revolucionou as formas de comunicação e se tornou um espaço que influencia diversos planos, como o econômico, o político, o cultural e o humano.

Pierre Lévy (2010) conceitua esse espaço como Ciberespaço, e tenta conscientizar de que existe dois lados deste evento: o bom e o mau. Porém, ele traz a reflexão de que seu objetivo não é de se posicionar a favor ou contra,

mas sim, entender este fenômeno para poder compreendê-lo, pois é importante reconhecer de que se trata de uma mudança. E para além do Ciberespaço, Lévy (2010) também conceitua a Cibercultura, para entender o comportamento humano no Ciberespaço.

Segundo Lévy (2010), a Cibercultura pode, de certa forma, ampliar a diferença entre as classes sociais, entre os países ricos e pobres, os bem-nascidos e os excluídos. Por conseguinte, entende-se que existe uma tendência ao capitalismo financeiro internacional, que reforça o neoliberalismo, que se mascara de propósitos humanísticos. Por outro lado, é reconhecido que a internet oferece uma série de serviços gratuitos, e os mesmos se proliferam rapidamente, o que representa uma ameaça, principalmente para os monopólios.

De fato, este novo meio de comunicação proporcionado pela internet consegue aumentar a qualidade e velocidade de contato entre as pessoas facilmente de uma ponta à outra no mundo, indo de relações de amizade à transações comerciais.

Para Lévy (2010), a cibercultura nos leva a um novo contexto virtual, e explica:

A hipótese que levanto é que a cibercultura leva a copresença das mensagens de volta a seu contexto como ocorria nas sociedades orais, mas em outra escala, em uma órbita completamente diferente. A nova universalidade não depende mais da autossuficiência dos textos, de uma fixação e de uma independência das significações. Ela se constrói e se estende por meio da interconexão das mensagens entre si, por meio de sua vinculação permanente com as comunidades virtuais em criação, que lhe dão sentido sentidos variados em uma renovação permanente. (LÉVY, 2010. p. 15)

Desta forma, a “cibercultura” atinge o lado social das pessoas e suas interações interpessoais. Cria-se uma cultura de comunicação instantânea através de mensagens de texto e outros recursos midiáticos. Identifica-se, por conseguinte, que quanto mais as relações por meio digital se intensificam, mais distantes se tornam no mundo real, pois a atenção se volta cada dia mais para os monitores.

Lévy (2010) chama o ciberespaço também de “rede”, que será o termo mais utilizado neste trabalho. Ele classifica este fenômeno que surge a partir de um novo meio de comunicação que surge de uma interconexão global dos aparelhos eletrônicos. Indo além de sua estrutura material, é preciso identificar o seu universo de informação que ele detêm, e são os humanos que usufruem e alimentam esse universo. O autor também trata do neologismo “cibercultura” que se refere de atitudes no “ciberespaço” além de “técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem justamente com o crescimento de ciberespaço”. (LÉVY , 2010. p. 17)

A IDENTIDADE SOCIAL POR ZYGMUNT BAUMAN

O principal autor estudado para descrever e desenvolver o conceito de identidade para este trabalho é Zygmunt Bauman, pois o mesmo dedicou seus estudos a analisar temas contemporâneos e escreveu obras que contribuíram para entender os avanços do mundo moderno sobre a perspectiva sociológica.

Para Bauman (2005) a identidade é algo que deve ser inventado ao logo da existência do indivíduo, e não descoberto. Ela deve ser construída do zero, e esse processo deve se dar como “objetivo”, contando com esforços, lutando por ela, protegendo-a.

A identidade é algo que pode ser estabelecida por um indivíduo, ou até mesmo modificada. Na modernidade, isso tende a ser feito eletronicamente mediados, de forma virtual. É possível identificar indivíduos que andam pelas ruas falando sozinhas e em voz alta com os seus telefones celulares. Aparentemente de forma esquizofrênica, porém podem estar gravando vídeos para alimentarem suas redes sociais. As pessoas começam a afrontar seus momentos de solidão fazendo parte de uma rede virtual. Quando estão sozinhas, eles preferem responder a mensagens de textos, publicar fotos. Isso tudo para que alguém em algum lugar possa desejar-la ou apreciá-la (BAUMAN, 2005).

Bauman (2005) observa que o uso dos aparelhos eletrônicos passa a nos fazer habitantes do líquido mundo moderno, e diz:

Com os fones de ouvido devidamente ajustados, exibimos nossa indiferença em relação à rua em que caminhamos, não mais precisando de uma etiqueta rebuscada. Ligados no celular, desligamo-nos da vida. A proximidade física não se choca mais com a distância espiritual. (BAUMAN, 2005, p. 33)

A internet é, portanto, um instrumento utilizado para jogar com a personalidade. Com um aparelho eletrônico com acesso à rede, podemos criar falsas identidades. Para Bauman (2005), as identidades servem para usar e exibir, e não para serem armazenadas. E na internet, isso não é diferente. Para o autor, somos forçados a torcer e moldar as nossas identidades, e isso sem nos permitir que nos fixemos a uma delas.

ANÁLISE DISCURSIVA DA MÚSICA “CARMEN” DE STROMAE

Para melhor compreensão do tema abordado neste trabalho, e para ilustrar a atual situação da intensa relação da sociedade com os novas tecnologias, analisa-se a letra e as imagens do vídeo clipe da música “Carmen”, do cantor belga Stromae, conhecido por suas letras polêmicas que sempre trazem uma crítica ao comportamento social.

No conceito de Análise do Discurso, muito se fala de estruturalismo. Um dos principais autores a fazê-lo é Jakobson (...), que aborda o sistema comunicativo a partir de elementos como: remetente, destinatário, código, mensagem, contexto e canal. Todos se encontram no interior do sistema, como um circuito comunicativo.

A partir deste princípio, é possível observar que, no caso do objeto de análise deste artigo, o remetente seria o Stromae, o destinatário seria o seu público ou mesmo a sociedade em si. O código é a língua francesa, e a mensagem é uma música com uma melodia inspirada em uma canção de ópera. O contexto trata da atual situação da sociedade e sua relação com as novas tecnologias e as mídias digitais. E por fim, como canal, o músico utiliza

as principais plataformas digitais de áudio e vídeo, como YouTube e Spotify para divulgar o seu trabalho, além dos discos físicos.

Segundo Mussalim, existe uma forte relação entre Análise do Discurso e ideologia, e como isso se caracteriza no materialismo. E ainda diz que:

Calcada no materialismo histórico, a Análise do Discurso concebe o discurso com uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrente do modo de organização dos modos de produção social. Sendo assim, o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas de seu dizer, mas com aquele que ocupa o lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que permite determinadas inserções e não outras. (MUSSALIM, 2012. p. 122)

A partir dessa colocação, observa-se que a ideologia faz uso do discurso para se materializar. Para Althusser (1974), é através da linguagem que o ideologia depreende o seu funcionamento. Além disso, a Análise do Discurso leva em consideração a parte histórico-social, considerando as condições em que o texto foi escrito. Contextualizando, em um momento histórico em que a sociedade vive em um mundo conectado na rede, um mundo de consumismo, e com uma sociedade cada vez mais ansiosa.

Segue em anexo a letra a letra da música para análise. Na primeira linha (O amor é como o pássaro do Twitter), ele já menciona diretamente o mini blog Twitter, umas das mais populares redes sociais digitais, e ele evoca a logomarca, que é um pássaro azul, cujo será mencionado mais vezes durante esta análise, principalmente durante o estudo das imagens do vídeo clipe. Ele faz uma associação do amor com o “pássaro” do Twitter.

Na linha 4 (Nos tornamos fedidos, e terminamos sozinhos), Stromae menciona que ao aderir uma conta no Twitter, nos tornamos fedidos. Esse fedor que ele menciona vem das atitudes, do egocentrismo, e do isolamento social no mundo real, portanto, ele menciona que depois do fedor, ficamos sozinhos.



Imagem 1

Imagem 1¹⁹



Imagem 3²¹

Imagem 2

Imagem 2²⁰



Imagem 4²²

Já na linha 7 (Os sorrisos de plástico são frequentemente golpes de hashtag), ele menciona sorrisos de plástico, ou seja, sorrisos falsos, se tratando das fotos que são publicadas em função de uma demanda de “likes”, pois cada uma delas vêm acompanhadas de hashtags (#), que nada mais é do que códigos que ajudam a difundir as imagens para que elas possam ganhar mais audiência nas redes sociais. Desta forma, as fotos são publicadas com o intuito de adquirir um público, mesmo que para isso, seja preciso forçar sorrisos para demonstrar uma vida interessante aos seguidores, e assim, adquirir popularidade nas redes.

Na Imagem 1, extraída do vídeo clipe, mostra que mesmo na hora de se alimentar, Stromae alimenta suas redes sociais com fotos da sua comida, quando na verdade, quem come é o pássaro azul. Vemos mãos que apontam para ele, que junto a linha (8), diz para ele ser cauteloso com suas atitudes. Na Imagem 2, observa-se que Stromae leva o pássaro azul para sua cama, ele o coloca justamente entre ele e sua parceira. Analisa-se então uma interferência na vida sexual e amorosa, enquanto sua parceira se encontra triste, no canto, do outro lado, ele tira fotos de si mesmo para expor nas redes.

Indo no mesmo sentido, na linha 9 (Ah os amigos, os camaradas ou os seguidores), Stromae traz uma sequência de relações: amizade, camaradagem

¹⁹ Imagens do vídeo clipe da música Carmen, interpretada por Stromae. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=UKftOH54iNU> acesso em 4 de julho de 2018.

²⁰ Ibid.

²¹ Ibid.

²² Ibid.

ou uma relação com seguidores. Esse é um questionamento que a maioria das pessoas não entendem, e acabam confundindo os valores dessas relações. Como, por exemplo, para Bauman²³, não é possível ter 500 amigos, pois assim dizemos, quando tratamos das pessoas que nos seguem nas redes, chamamos de amigos, existindo o risco de uma inversão de valores. O seguidor tem um caráter observador, que nem sempre interage, ou representa alguém que se possa realmente contar.

A linha 20 (Ele quererá sempre sempre mais escolhas) traz um exemplo que fala sobre escolhas, outro impasse proporcionado pelas redes. O acesso nos oferece muitas opções de produtos, e entre outras coisas. Esse traz uma crítica ao capitalismo, que faz uso dos meios de comunicação para oferecer uma quantidade enorme de produtos e serviços. Por consequência, encontra-se aqui também uma mudança de valores, onde as coisas se tornam cada vez mais descartáveis e substituíveis. Isso acaba refletindo também no viés social, se pensamos em aplicativos de relacionamentos como o “Tinder”, que oferece um grande número de opções de possíveis relacionamentos, que se tornam cada vez mais frágeis.

Analisando o exemplo 28 (Este pássaro de infelicidade, eu o coloco na gaiola) e o 29 (Eu o faço cantar), Stromae expressa que se ele quiser, ele pode controlar a situação. Ele termina falando de um “pássaro” de infelicidade, reconhecendo, por final, os malefícios das redes. Em seguida, diz que ele também pode colocá-lo em uma gaiola, ou seja, obter o controle da situação. Ele ainda diz que pode fazer o pássaro cantar, expressando mais uma vez que é ele que domina a rede, e não o contrário. Nesses exemplos, o cantor quis expressar o que a maioria das pessoas pensam que tem: o controle da situação. Porém, na Imagem 3, mostra que a situação é outro. Chega a um ponto, em que é o pássaro que carrega o Stromae nas costas, pois adquiriu um tamanho bem maior, alimentado pelo consumismo.

Para finalizar, do exemplo 30 ao 33 (Um dia você compra, um dia você gosta; Um dia você joga fora, mas um dia você paga; Um dia você verá, a gente se amará; Mas antes, morreremos todos como ratos), Stromae faz uma

²³ Entrevista com o autor – disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=msa8p6U7zJY> acesso em 4 de julho de 2018.

correlação entre o consumismo e as relações sociais. Ele fala mais uma vez do efeito do capitalismo, que um dia você compra e você aprecia, mas um dia você descarta, porém ele diz “um dia você paga”, como se as consequências desse consumismo também existisse. Logo após, ele faz uma promessa de amor, dizendo que talvez o amor possa existir, mas que antes dele, “morreremos todos como ratos”, ou seja, vivendo em condições imundas, não apenas pelo fedor mencionado antes, mas também pelo efeito do consumismo, de produzir lixo de forma desenfreada.

Na Imagem 4, de seu vídeo clipe, Stromae mostra um grande pássaro azul do Twitter engolindo as pessoas que são trazidas pelos outros pássaros que eles mesmos alimentaram. Isso demonstra que as atitudes em função do consumismo, de alimentar essa rede e do isolamento, levam a um fim trágico. O grande pássaro come por um lado e expelle lixo por traz, demonstrando o que seria o fim da humanidade, caso ela continue neste sentido.

Para Mussalim, a Análise do Discurso tenta responder questionamentos sobre a ambiguidade, que é justamente a relação entre o analista do discurso e suas condições de produção, “ou seja, entre um discurso e as condições sociais e históricas que permitiram que ele fosse produzido e gerasse determinados efeitos de sentido e não outros”(MUSSALIM,2012. p. 124). Portanto, é necessário olhar para a letra e vídeo de “*Carmen*” sem deixar de entender todo o contexto social atual e de efeito global, para melhor compreender a sua mensagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feito aqui um breve levantamento teórico sobre os fenômenos do “ciberespaço” e “cibercultura”, observou-se então a atual situação do mundo, que se mostra cada vez mais globalizado e unificado através de uma rede capaz de conectar instantaneamente vários cantos do globo em tempo real. Assim, as práticas que envolvem estes conceitos podem afetar o comportamento humano.

Stromae nos trouxe uma reflexão bastante necessária sobre o assunto. Sua música critica o sistema capitalista em seu grande auge, que consegue

atingir cada vez mais pessoas através da rede. “Carmen” estaria mesmo definindo o futuro do mundo? Em um espaço que temos mais notícias do que informação, fica cada vez mais difícil identificar os reais valores das coisas.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Trad. J.J. Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974. (Título Original, 1970.)

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

_____. **Tempos Líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BIZET, Georges. In: STROMAE. **Carmen**. Bruxelas: Mosaert, 2015.

JAKOBSON, R. Linguística e Poética. In: _____. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1970. (título original, 1960.)

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2010.

MARTINO, Luis Mauro Sa. **Teorias das mídia Digitais**. Linguagens, ambientes e redes. Petrópolis, Vozes: 2014.

MUSSALIM, F. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A. C. (Orgs.) **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. 8º ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

ANEXO

« Carmen » por Stromae – versão original

- (1) L'amour est comme l'oiseau de Twitter
- (2) On est bleu de lui, seulement pour 48 heures
- (3) D'abord on s'affilie, ensuite on se follow
- (4) On en devient fêlé, et on finit solo
- (5) Prends garde à toi
- (6) Et à tous ceux qui vous like
- (7) Les sourires en plastique sont souvent des coups d'hashtag
- (8) Prends garde à toi
- (9) Ah les amis, les potes ou les followers
- (10) Vous faites erreur, vous avez juste la cote

- (11) Prends garde à toi
- (12) Si tu t'aimes
- (13) Garde à moi
- (14) Si je m'aime
- (15) Garde à nous, garde à eux, garde à vous
- (16) Et puis chacun pour soi
- (17) Et c'est comme ça qu'on s'aime, s'aime, s'aime, s'aime
- (18) Comme ça, consomme, somme, somme,

« Carmen » por Stromae – traduzida pelo autor

- (1) O amor é como o pássaro do Twitter
- (2) Nos apaixonamos por ele, somente por 48 horas
- (3) Primeiro aderimos, depois a gente « se segue »
- (4) Nos tornamos fedidos, e terminamos sozinhos
- (5) Cuide de você
- (6) E de todos que você gosta
- (7) Os sorrisos de plástico são frequentemente golpes de hashtag
- (8) Cuide de você
- (9) Ah os amigos, os camaradas ou os seguidores
- (10) Você está errado, você tem apenas a audiência

- (11) Cuide de você
- (12) Se você se ama
- (13) Cuide de mim
- (14) Se você me ama
- (15) Cuide de nós, cuide deles, cuide de vocês
- (16) E depois cada um por si
- (17) E é assim que a gente se ama...

- (18) Assim, consome ...

**LINHA DE PESQUISA III:
SAÚDE, MEIO AMBIENTE E CIDADANIA**

ANÁLISE OPERACIONAL DE RESERVATÓRIO DE PETRÓLEO EM PRODUÇÃO POR MECANISMO DE INFLUXO DE ÁGUA

Jessica Oliveira de Sá

Universidade Iguçu/ Engenheira de Petróleo e Gás.

Lucas Capita Quarto

Universidade Iguçu/ Engenheira de Petróleo e Gás.

Sônia Maria da Fonseca Souza

Doutoranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Vyvian França Souza Gomes Muniz

Mestranda em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Omar Monteiro Junior

Uniredentor/ Engenheiro Mecânico

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as potencialidades de utilizar um método de recuperação primário, identificando seus benefícios, demonstrando por meio da equação da difusividade hidráulica o influxo de água produzido e apresentando através da equação de balanço de materiais a estimativa de produção de óleo em um reservatório de petróleo produzindo por meio deste, sendo resultado de pesquisa bibliográfica, pelo fato do tema abordado estar amparado por materiais elaborados em livros e artigos científicos. Assim sendo, a metodologia utilizada buscou aprofundar-se nas teorias já publicadas sobre o tema. Comprova-se, no final deste, a eficácia quanto à utilização do mecanismo de influxo de água, apresentando a beneficência da utilização do mecanismo, haja vista, que a pressão estática do poço precisa vencer a pressão hidrostática, e a expansão da água do aquífero faz a manutenção da pressão do reservatório devido à pequena variação de pressão. Pode-se concluir, que o mecanismo de influxo de água faz a manutenção da pressão do reservatório de acordo com o andamento da sua produção, fazendo com que o mesmo permaneça saturado, pois o declínio de pressão é pequeno devido à expansão da água do aquífero.

Palavras-chave: estimativa de produção; aquífero; influxo de água; óleo.

ABSTRACT

The present final paper aims to present the potentialities of using a primary recovery method, identifying its benefits, demonstrating through the hydraulic diffusivity equation the inflow of water produced and presenting through the balance of materials equation the estimation of oil production in a reservoir of oil produced through this, being the result of bibliographical research, because the subject matter was supported by materials elaborated in books and scientific articles. Therefore, the methodology used sought to deepen the already published theories on the subject. At the end of the experiment, the efficiency of the use of the water inflow mechanism is demonstrated, showing the beneficence of the use of the mechanism, considering that the static pressure of the well must overcome the hydrostatic pressure and the expansion of the water of the aquifer maintains the reservoir pressure due to the small pressure variation. It can be concluded that the water inflow mechanism maintains the pressure of the reservoir according to the progress of its production, causing it to remain saturated, because the pressure decline is small due to the expansion of the water of the aquifer.

Keywords: production estimate; aquifer; water inflow; oil.

1 – INTRODUÇÃO

É praticamente impossível ver todos os avanços no mundo atual e não interligar o petróleo como sendo uma das matérias primas mais importantes na indústria. Apesar de todos os avanços tecnológicos ligados à sua exploração, cada reserva encontrada é sempre um desafio a ser sopesado.

Antes de uma nova implantação de projeto ou desenvolvimento de um já existente, é fundamental se obter o máximo possível de informações a respeito da reserva petrolífera, sendo essencial prever o comportamento dos reservatórios, ou seja, fazer uma estimativa de fluido que poderá ser extraído do poço, haja vista que a viabilidade econômica da reserva é dada a partir do quanto a mesma produz. Um prévio conhecimento dessa produção,

desempenha um papel importantíssimo na decisão da possível implantação de um projeto de exploração.

Com isso, existe uma busca constante pela fidúcia e otimização do processo por parte das empresas, o que faz com que sejam adotados métodos matemáticos que possibilitem uma estimativa a partir de dados obtidos do reservatório.

Perante o exposto, emerge o seguinte questionamento: de que forma o emprego do mecanismo de influxo de água na produção do petróleo, pode ser eficaz na produção de óleo. O objetivo geral deste estudo é analisar a extração dos fluidos presentes na rocha reservatório por meio do mecanismo que utiliza um aquífero como método de recuperação primário, fazendo com que a pressão hidrostática do reservatório seja vencida para que o mesmo seja conduzido à superfície.

Esta pesquisa tem como objetivos específicos apresentar as potencialidades de utilizar um método de recuperação primário, identificando seus benefícios, demonstrando por meio da equação da difusividade hidráulica o influxo de água produzido e apresentando através da equação de balanço de materiais a estimativa de produção de óleo em um reservatório de petróleo produzindo por meio deste.

O trabalho proposto é resultado de pesquisa bibliográfica, pelo fato do tema abordado estar amparado por materiais elaborados em livros e artigos científicos. Assim sendo, a metodologia utilizada buscou aprofundar-se nas teorias já publicadas sobre o tema.

Este trabalho inicia com esta introdução, a seguir a seção dois destina-se a contextualizar sobre a origem do petróleo, tipos de rochas necessárias para formação de uma bacia sedimentar, e por fim, vem apresentar os principais métodos de recuperação primários, sendo eles: mecanismo de gás em solução, mecanismo de capa de gás, mecanismo de influxo de água, mecanismo combinado e segregação gravitacional.

Já a seção três apresenta o comportamento dos reservatórios, discutindo sua forma de utilização e apresentando os dados matemáticos utilizados para eficiência da aplicação do método. A seção quatro apresenta a

base para o cálculo da estimativa do reservatório. A última seção apresenta as conclusões obtidas em decorrer da formulação e término deste trabalho.

2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O petróleo

O petróleo é uma mistura natural de hidrocarbonetos, que possui origem fóssil, levando milhões de anos para ser formado nas rochas sedimentares, em áreas marítimas e terrestres. Ele pode ser encontrado nos estados sólido, líquido e gasoso, o qual é definido a partir das condições de temperatura e pressão no qual foi submetido.

Ele é encontrado na natureza em bacias sedimentares, que são depressões na crosta terrestre, locais em que houve decomposições de várias substâncias. Para que se encontre petróleo em uma bacia sedimentar são necessárias três tipos de rochas:

- Rochas geradoras – são rochas de textura fina, como folhelhos, siltitos, calcilutitos e margas, nas quais se dá a acumulação e preservação da matéria orgânica que, sofrendo ação de temperatura e pressão permitem a geração e, posterior, expulsão dos hidrocarbonetos.
- Rochas reservatórios – são rochas propícias a acumulação e produção do petróleo, haja vista que suas principais características são porosidade e permeabilidade. As principais rochas reservatórios são os arenitos e conglomerados (detríticas).
- Rochas capeadoras – são rochas que possuem baixíssima permeabilidade, o que faz com que o petróleo acumulado nas rochas reservatórios não migrem para a superfície. As principais rochas capeadoras são folhelhos, siltitos, calcilutitos, margas e as rochas evaporíticas tipo halita, carnalita, anidrita (ROSA, 2006).

2.2 Extração do petróleo

Para que ocorra a extração do petróleo, segundo Thomas (2001), é necessário que os fluídos presentes nos reservatórios possuam uma energia

que seja capaz de vencer todas as resistências entre o poço e a superfície (pressão estática > pressão hidrostática).

A produção do fluido é devida a dois fatores principais: Descompressão – que causa a expansão dos fluidos contidos no reservatório e a contração do volume poroso; Deslocamento de um fluido por outro fluido – invasão da zona que foi produzida por outro tipo de fluido (THOMAS, 2001).

Para que essas condições sejam cumpridas, é necessário que outro elemento venha substituir o espaço deixado pelo fluido que foi produzido, o que se dá o nome de mecanismos de produção de reservatórios.

2.3 Tipos de reservatórios de petróleo

Como o petróleo formado depende das condições de temperatura e pressão, juntamente com a sua composição, ele pode ser constituído de forma completamente líquida, chamado de reservatório de óleo, completamente gasosa, chamado de reservatório de gás, ou de uma parte líquida e uma parte gasosa em equilíbrio, chamado de duas fases em equilíbrio (BRASIL et al., 2011).

Para definição do estado das acumulações do reservatório, deve-se analisar se a temperatura é maior ou menor que a temperatura crítica da mistura, por exemplo R1 é reservatório de óleo, e R2 reservatório de gás (ROSA, 2006).

2.4 Estimativa de reserva

Rosa (2006, p. 549) define estimativa de reserva como “a atividade dirigida à obtenção dos volumes de fluidos que se pode retirar do reservatório até que ele chegue à condição de abandono”.

Definições:

- Volume Original: quantidade de fluido existente na descoberta do reservatório. Se este for de óleo, recebe o nome de volume original de óleo, se for de gás, volume original de gás.
- Volume Recuperável: estimativa de produção ou recuperação do volume de petróleo.

- Fator de Recuperação: resultado da divisão entre o volume recuperável e o volume original.
- Produção acumulada: quantidade já produzida anteriormente, até a época da análise atual.
- Fração recuperada: resultado de divisão entre a produção acumulada e o volume original, que apresenta a fração de fluido produzido.
- Reserva: quantidade de fluido que ainda pode ser obtida de um reservatório de petróleo numa época qualquer da sua vida produtiva.

Não existe um método único para estimativas das reservas. Dentre os métodos utilizados, os mais conhecidos são: analogia; análise de risco; método volumétrico; e desempenho do reservatório que pode ser dividido em análise de declínio da produção, equação de balanço de materiais e simulação numérica de reservatórios.

2.5 Mecanismos de produção primários

Para Rosa (2006), a quantidade de energia necessária para que o fluido vença todas as resistências, tortuosidades e estrangulamentos até a superfície denomina-se energia natural ou primária. Sabendo-se da necessidade de uma fonte de energia necessária para que o poço se mantenha surgente, existem três principais mecanismos de produção de reservatório que auxiliam no mantimento da energia primária ou natural da jazida: mecanismo de gás em solução; mecanismo de capa de gás; mecanismo de influxo de água.

Existe ainda o mecanismo combinado, que são os mecanismos referidos acima, atuando juntos, e o mecanismo de segregação gravitacional, que ajuda no desempenho dos principais mecanismos citados (TINOCO, 2011).

2.5.1 Mecanismo de gás em solução

Quando se inicia a produção dos fluidos, é inevitável a redução da pressão, o que faz com que os fluidos se expandam e o volume dos poros diminua. A produção acontece, porque, além dos fluidos estarem mais expandidos, a capacidade de armazenamento da rocha reservatório diminui, haja vista que seus poros se contraíram, o que faz com que o fluido seja expulso do recipiente armazenador.

Como a compressibilidade do fluido e da formação é baixa, a pressão do reservatório cai até atingir a pressão de bolha do óleo (temperatura na qual o líquido começa a entrar ebulição), o que faz com que ocorra a vaporização das frações mais leves do óleo, ficando o reservatório dividido entre partes líquidas e gasosas, iniciando assim o mecanismo de gás em solução, pois como o gás é muito mais expansível que o líquido, ele faz o deslocamento do líquido para fora do meio poroso, funcionando basicamente da seguinte maneira: quanto mais a pressão cair, maior será a expansão do gás e consequentemente o deslocamento do óleo, (ROSA, 2006).

2.5.2 Mecanismo de capa de gás

A parte gasosa do hidrocarboneto presente no reservatório, por ter uma densidade menor que o líquido, normalmente se acumula nas partes superiores do meio poroso, que é denominado como “capa de gás”. Quando a zona de óleo é colocada em produção, acontece uma queda de pressão no reservatório devido a retirada do fluido, o que faz com que o gás presente no reservatório se expanda, ocupando os lugares que antes eram preenchidos pelo óleo, impedindo assim a queda substancial de pressão (SATER et al., 2008).

Haja vista que a principal função da capa de gás é manter a pressão positiva do poço, entende-se que quanto maior for a capa de gás se comparado ao volume de óleo do reservatório maior será a eficiência do método (SOUZA, 2017). Rosa (2006), entende que quando maior for o volume de gás, em comparação ao de óleo, maior será a atuação da capa de gás, o que resultará em uma produção por mais tempo.

2.5.3 Mecanismo de influxo de água

De acordo com Rosa (2006, p. 319), “para que aconteça o mecanismo de influxo de água precisa-se que a formação armazenadora de hidrocarbonatos, óleo ou gás esteja intimamente ligada a um aquífero, que são grandes formações saturadas com água”.

Para que haja eficiência na atuação do mecanismo é necessário que o aquífero se encontre subjacente ou em contato lateral com o reservatório, de

modo que as alterações das condições do reservatório influenciem no aquífero e vice e versa.

A medida que ocorre a produção de hidrocarbonetos e a consequente redução da pressão do reservatório, o aquífero, intimamente ligado ao poço, sentirá essa baixa na pressão que consequentemente provocará a expansão da água do aquífero adjacente, de modo que a zona que antes era ocupada pelo óleo seja invadida pela água, causando um influxo de água na zona de óleo (ROSA, 2006).

2.5.4 Mecanismo combinado

De acordo com Rosa (2006), caracteriza-se um mecanismo combinado quando a produção de óleo é resultante do efeito da combinação de mais de um tipo de mecanismo, sem que um exerça influência sobre o outro.

2.5.5 Segregação gravitacional

Neste mecanismo, segundo Rosa (2006), a gravidade faz com que os fluidos presentes no reservatório se arranjam, de acordo com a sua densidade, se tornando, não necessariamente um mecanismo de produção, mas sim, fazendo com que haja uma melhora significativa no desempenho dos outros tipos de mecanismos.

2.6 Comportamento do petróleo

2.6.1 Produtividade

Espera-se de um reservatório de petróleo a produção de óleo, juntamente com gás e água associados, medidos em condições de superfície a 20°C e 1 atm. As definições desses fluidos são:

- Produção de óleo: a parte líquida dos hidrocarbonetos medida nas condições de superfície;
- Produção de gás: a parte gasosa dos hidrocarbonetos medida nas condições de superfície;
- Produção de água: quantidade de água produzida no reservatório;

- Razão gás-óleo (RGO): relaciona a vazão de gás e a vazão de óleo, medidas nas condições de superfície;
- Razão água-óleo (RAO): relaciona a vazão de água e a vazão de óleo, medidas nas condições de superfície;
- *Basic sediments and water* (BSW): resultado da divisão entre a vazão de água mais os sedimentos que estão sendo produzidos e a vazão total de líquidos (THOMAS, 2001).

2.6.2 Equação de balanço de materiais (EBM)

A equação de balanço de materiais é uma forma de analisar a quantidade de fluidos existentes nos poros da rocha reservatório. Essa quantidade de fluidos é a diferença entre a massa existente na descoberta do poço, e a massa já produzida no instante da análise, sendo medidos em condições padrões de pressão e temperatura. As principais utilidades da EBM são:

- Determinar o volume original de gás;
- Determinar o volume original de óleo;
- Determinar o influxo de água;
- Prever o comportamento do reservatório (DAKE, 2014).

Se conhecidas a porosidade da rocha, a saturação da água, e o volume do reservatório, os volumes de gás e óleo podem ser calculados com a seguinte fórmula (DAKE, 2014): Volume original de gás:

$$G = \frac{V_r \phi S_{gi}}{B_{gi}}$$

Onde,

V_r = volume total do reservatório

ϕ = porosidade da rocha

S_{gi} = saturação inicial do gás

B_{gi} = fator volume formação inicial do gás

Volume original de óleo:

$$N = \frac{V r \phi S_{oi}}{B_{oi}}$$

Ou

$$N = \frac{V r \phi (1 - S_{wi})}{B_{oi}}$$

Onde:

S_{oi} = saturação inicial do óleo

B_{oi} = fator volume formação inicial do gás

2.6.3 Equação da difusividade hidráulica

Os reservatórios de petróleo podem apresentar diferentes volumes de água, mais conhecidos como aquíferos, podendo ser estes ínfimos, não gerando assim nenhum efeito na produção do fluido, como também, podendo ser até maior que o próprio reservatório, sendo considerados infinitos.

De acordo com o andamento da produção do fluido do interior do reservatório, a pressão interna do poço cai, fazendo com que o aquífero adjacente a este gere uma pressão para o interior do poço, acontecendo assim, a expansão da água proveniente do aquífero para dentro do reservatório.

A equação da difusividade hidráulica faz uma relação entre o comportamento da pressão no interior do poço com o tempo e em função da porosidade da rocha, viscosidade do fluido, compressibilidade total do sistema e da permeabilidade relativa ao fluido em consideração (DAKE, 2014).

Ela pode ser obtida a associando-se de três equações básicas:

- Equação da continuidade;
- Lei de Darcy;
- E uma equação de estado que tanto pode ser uma lei dos gases como a equação da compressibilidade para o caso dos líquidos.

2.6.4 Influxo de água

Na ocorrência de um aquífero adjacente em um reservatório de óleo ou gás, pode ocorrer a expansão da água do aquífero para dentro do reservatório,

à medida que o poço produz, e sua pressão cair, causando assim o influxo de água decorrente do aquífero para o reservatório (NETO et al., 2005).

Esse influxo de água é resumidamente o volume acumulado aquoso fornecido pelo aquífero ao reservatório durante certo tempo, que em aquíferos muito pequenos podem ser estimados através da seguinte fórmula (ROSA 2006):

$$We = (Cw + Cf) Wi (pi - p)$$

Influxo de água = compressibilidade do aquífero × volume inicial de água × variação de pressão.

Onde We é o influxo de água, $Ci = (Cw + Cf)$ é compressibilidade total do aquífero, sendo Cw a compressibilidade da água e Cf a compressibilidade dos poros, Wi é o volume inicial de água do aquífero, pi é a pressão inicial e p a pressão no contato.

Essa equação somente é válida para aquíferos que possuem tamanhos próximos ao do reservatório, haja vista que admite-se que a queda de pressão aconteça instantaneamente no contato água e óleo.

Já em reservatórios relativamente grandes, existe um intervalo de tempo entre a queda de pressão e a resposta do aquífero, fazendo com que o influxo de água não atue na manutenção da pressão caso a velocidade da produção seja muito alta.

2.6.5 Modelo de Van Everdingen & Hurst

Os fluidos contidos no reservatório podem ser dimensionados usando o mesmo método da equação da difusividade hidráulica, tendo divergência somente nos parâmetros dos fluidos e das rochas, haja vista que na difusividade hidráulica é adotado somente um fluido no meio poroso (LEITÃO JÚNIOR, 2010).

Os modelos tradicionais utilizados para representação do fluxo dos fluidos em geral adotam a hipótese de vazão constante, porém, como no influxo de água não se tem controle do contato entre o aquífero e o reservatório, considera-se apenas que a pressão no contato entre eles seja constante.

Van Everdingen & Hurst, priorizando o cálculo do influxo acumulado do reservatório com influxo de água, desenvolveram modelos matemáticos clássicos para estimativa de comportamento de dois tipos de aquíferos: radial e linear (ROSA, 2006).

2.6.5.1 Aquífero radial

As variáveis adimensionais do aquífero radial são (DAKE, 2014):

$$\text{Raio adimensional: } rD = \frac{r}{r_o}$$

Onde,

rD = raio adimensional

r = raio

r_o = raio

$$\text{Tempo adimensional: } tD = \frac{kt}{r^2 o \phi \mu c_t}$$

Onde,

tD = tempo adimensional

k = permeabilidade

t = tempo

ϕ = porosidade

μ = viscosidade

c_t = compressibilidade total

$$\text{Pressão adimensional: } pD = \frac{p_i - p}{p_i - p_o} = \frac{p_i - p}{\Delta p_o}$$

Onde,

pD = pressão adimensional

p_i = pressão inicial

p = pressão média do reservatório

p_o = pressão do óleo

Δp_o = variação de pressão do óleo

A equação para cálculo de influxo de água em aquífero radial se resume em (DAKE, 2014):

$$We = v\Delta p_{ow}D(tD)$$

Onde,

We = influxo de água

Δp_o = variação de pressão do óleo

Em que WD está em função de (TD) , e é obtido através de análise tabelada, onde o influxo adimensional é acumulado em razão da queda de pressão, e v é a constante denominada de influxo de água do aquífero (KABIR et al., 2016). É importante destacar que as tabelas mencionadas nesta seção estão em anexo no final da monografia.

$$v = 2\pi f\phi cthr^2o$$

2.6.5.2 Aquífero linear

As variáveis adimensionais do aquífero linear são (DAKE, 2014):

Comprimento adimensional: $xD = \frac{x}{l}$

Tempo adimensional: $tD = \frac{kt}{\phi\mu cL^2}$

Pressão adimensional: $pD = \frac{p_i - p}{p_i - p_o} = \frac{p_i - p}{\Delta p_o}$

A equação para cálculo de influxo de água em aquífero linear se resume em:

$$We = v\Delta p_{ow}D(tD)$$

Onde,

$$v = wLh\phi c t$$

Para os dois tipos de aquíferos, lineares e radiais, existem 3 tipos de modelos para as condições de contorno externas:

Linear:

- Aquífero linear finito;
- Aquífero linear com pressão constante no limite externo;

- Aquífero linear selado no limite externo.

Radial:

- Aquífero finito;
- Aquífero finito selado;
- Aquífero finito com pressão constante no limite externo.

3 – ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO UTILIZANDO A EQUAÇÃO DE BALANÇO DE MATERIAIS

Partindo-se do princípio de que o reservatório pode apresentar três zonas diferentes (capa de gás, zona de óleo, e aquífero), pode-se afirmar que de acordo com a produção de óleo (Np), gás (Gp), e de água (Wp), ocorre um decréscimo na pressão do reservatório. Admitindo-se a existência de um aquífero ($W e$) local, e a variação de pressão de p_i até p , acontece uma redução no tamanho dos poros.

A Equação de balanço de materiais parte do princípio de que (ROSA, 2006, p.31):

$$\begin{aligned}
 & \text{Variação do volume de óleo original e do gás associado} \\
 & \quad + \\
 & \quad \text{Variação do volume de gás de capa} \\
 & \quad + \\
 & \quad \text{Variação do volume de água conata na zona de óleo} \\
 & \quad + \\
 & \quad \text{Variação do volume de água conata na capa de gás} \\
 & \quad + \\
 & \quad \text{Variação do volume de poros} \\
 & \quad + \\
 & \quad \text{Injeção acumulada de água} \\
 & \quad + \\
 & \quad \text{Injeção acumulada de gás} \\
 & \quad + \\
 & \quad \text{Influxo acumulado de água} \\
 & \quad =
 \end{aligned}$$

Produção acumulada de fluidos (óleo, gás e água) medida nas condições atuais (p , T) do reservatório.

Em sua forma linear, a equação de balanço de materiais para um reservatório com influxo de água pode ser expressão de seguinte forma (DAKE, 2014):

$$F = N (E_o + mE_g + E_{f,w}) + W e$$

Onde:

N = Volume original de óleo (em condições padrão)

E_o = Variável representativa das expansões do óleo e do gás em solução

m = Volume original de gás na capa

E_g = Variável representativa da expansão da capa de gás

$E_{f,w}$ = Variável representativa da contração dos poros e da expansão da água

Segundo Dake (2014), $E_{f,w}$ pode ser considerado desprezível, haja vista que com a existência do aquífero, existe certa manutenção na pressão do reservatório, podendo simplificar a fórmula da seguinte maneira:

$$F = N (E_o + mE_g) + W e$$

E, admitindo-se que o reservatório não possua capa de gás, ou seja, caso $m = 0$, a fórmula pode ser reescrita assim:

$$F = N E_o + W e$$

O valor de N é utilizado para cálculo de volume acumulado de óleo (N_p), através de seguinte fórmula:

$$N_p = \frac{N E_o + W e}{B_o}$$

Podendo assim, fazer uma análise em certo tempo da quantidade de óleo produzido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho discorreu sobre os métodos de recuperação primários, apresentando suas principais características, e aprofundou-se na viabilização do mecanismo de influxo de água, demonstrando sua aplicação e principais métodos, como da utilização da equação de balanço de materiais, que mesmo sendo simples, pode ser útil para a previsão do comportamento do reservatório ao longo do tempo.

Pode-se concluir, que o mecanismo de influxo de água faz a manutenção da pressão do reservatório de acordo com o andamento da sua produção, fazendo com que o mesmo permaneça saturado, pois o declínio de pressão é pequeno devido à expansão da água do aquífero.

Como o método utiliza-se do mecanismo natural do próprio reservatório, não possui custo algum quanto a sua execução, e em recuperações primárias, podem atingir porcentagens satisfatórias de recuperação de óleo.

Com isso, comprova-se a beneficência da utilização do mecanismo de recuperação primário por meio de influxo de água, haja vista, que a pressão estática do poço precisa vencer a pressão hidrostática, e a expansão da água do aquífero faz a manutenção da pressão do reservatório devido à pequena variação de pressão

REFERÊNCIAS

BRASIL, N. I do; ARAÚJO, M. A. S.; DE SOUSA, E. C. M. **Processamento Primário de Petróleo e Gás**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

KABIR, C. S; PAREKH, B; MUSTAFA, M. A. Material-balance analysis of gas and gas- condensate reservoirs with diverse drive mechanisms. **Journal of Natural Gas Science and Engineering**, p. 158-173, April, 2016.

DAKE, L. P. **Engenharia de Reservatórios**. Rio de Janeiro: Campus / Elsevier, 2014.

LEITÃO JUNIOR, Ivan Landim Frota. **Comparação da Previsão do Comportamento de Reservatórios de Óleo Produzindo Sob Influxo de Água Utilizando a Equação do Balanço de materiais e Simulação Numérica**. 2010. 65f. Monografia – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

NETO, D.; SUSLICK, S.; LIMA, G. **Proposta de uma modelagem dinâmica para a razão reserva/produção**. 3º Congresso Brasileiro de P&D em Petróleo e Gás. Salvador, Bahia, Brasil, outubro, 2005.

ROSA, A. J; CARVALHO, R. S; XAVIER, J. A. D. **Engenharia de reservatórios de petróleo**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

SATTER, A; IQBAL, G.M.; BUCHWALTER, J. L. **Practical Enhanced Reservoir Engineering**. 1. ed. Tulsa, Oklahoma: PennWell Corporation, 2008.

SOUZA, A. F. **Introdução ao Balanço de Materiais**. UNESA, 2005. Disponível em: < <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAVAkAC/introducao-ao-balanco-materiais>>. Acesso em: Setembro 2017.

THOMAS, J. E. **Fundamentos de Engenharia de Petróleo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência: Petrobras, 2001.

TINOCO, Sara do Carmo. **Previsão de Produção de Reservatórios Submetidos a Influxo de Água Por Meio de Balanço de Materiais**. 2011. 87f. Monografia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

**LINHA DE PESQUISA IV:
PSICOLOGIA, SUBJETIVAÇÃO, PSICOPATOLOGIA E
LINGUAGEM**

DISFUNÇÃO FAMILIAR E HIPERATIVIDADE NA CRIANÇA: contribuições da Abordagem Sistêmica de Família

FAMILY DYSFUNCTION AND HYPERACTIVITY IN CHILDREN: contributions of the Systemic Family Approach

DISFUNCIÓN FAMILIAR Y HIPERATIVIDAD EN EL NIÑO: contribuciones del Enfoque Sistémico de Familia

Gisele Ferreira de Castro Silva

Graduanda em Psicologia (UniFSJ)
giselecstro189@hotmail.com

Ieda Tinoco Boechat

Doutoranda em Cognição e Linguagem (Uenf)
Docente do Curso de Psicologia (UniFSJ)
iedatboechat@hotmail.com

Carlos Henrique Medeiros de Souza

Professor Associado e Coordenador do Programa de Pós-graduação
Stricto Sensu em Cognição e Linguagem (Uenf)
chmsouza@gmail.com

RESUMO: Este estudo aborda a relação entre a disfunção familiar e a hiperatividade na criança na ótica da concepção sistêmica de família. Objetivase analisar as implicações da família disfuncional na hiperatividade da criança. Os objetivos específicos são, portanto: diferenciar família funcional e disfuncional na perspectiva da Abordagem Sistêmica de Família; descrever acerca da hiperatividade em crianças conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5); apresentar contribuições da concepção sistêmica de família para a compreensão da hiperatividade em crianças. Metodologicamente, tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, problematizando a questão: a disfunção familiar é causa ou efeito da hiperatividade na criança? As relações familiares são baseadas em trocas que podem ser saudáveis, prazerosas e felizes, mas também podem ser adoecidas e adoecedoras. Conclui-se, de acordo com a Abordagem Sistêmica de Família que todos os membros são corresponsáveis pelo comportamento disfuncional, um dos outros. Assim sendo, a criança com hiperatividade deixa de ser a única responsável pelo seu comportamento inadequado.

Palavras-chave: DSM-5. Sistema familiar. Transtorno mental.

ABSTRACT: This study addresses the relationship between family dysfunction and hyperactivity in children from the point of view of the systemic family conception. The aim of this study is to analyze the implications of the

dysfunctional family on the child's hyperactivity. The specific objectives are, therefore: to differentiate functional and dysfunctional family from the perspective of the Systemic Family Approach; to describe about hyperactivity in children according to the Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5); to make contributions of the systemic conception of family for the understanding of hyperactivity in children. Methodologically, it was a qualitative bibliographical research, problematizing the question: is family dysfunction cause or effect of hyperactivity in the child? Family relationships are based on exchanges that can be healthy, happy and happy, but they can also be sick and sick. It is concluded, according to the Systemic Family Approach that all members are co-responsible for dysfunctional behavior, one of the others. Therefore, the child with hyperactivity is no longer the only one responsible for their inappropriate behavior.

Keywords: DSM-5. Family system. Mental disorder.

RESUMEN: Este estudio aborda la relación entre la disfunción familiar y la hiperactividad en el niño en la óptica de la concepción sistémica de la familia. Se pretende analizar las implicaciones de la familia disfuncional en la hiperactividad del niño. Los objetivos específicos son, por lo tanto: diferenciar familia funcional y disfuncional en la perspectiva del Enfoque Sistémico de Familia; describir acerca de la hiperactividad en niños conforme al Manual Diagnóstico y Estadístico de Trastornos Mentales (DSM-5); presentar contribuciones de la concepción sistémica de familia para la comprensión de la hiperactividad en los niños. Metodológicamente, se trató de una investigación bibliográfica, de cuño cualitativo, problematizando la cuestión: ¿la disfunción familiar es causa o efecto de la hiperactividad en el niño? Las relaciones familiares se basan en intercambios que pueden ser saludables, placenteros y felices, pero también pueden ser enfermas y enfermas. Se concluye, de acuerdo con el Enfoque Sistémico de Familia que todos los miembros son corresponsables por el comportamiento disfuncional, uno de los otros. Por lo tanto, el niño con hiperactividad deja de ser la única responsable de su comportamiento inadecuado.

Palabras clave: DSM-5. Sistema familiar. Trastorno mental.

Considerações iniciais

No contexto sociocultural contemporâneo, influenciado pela medicalização, quando uma criança apresenta um comportamento considerado

disfuncional, como a hiperatividade, muitas vezes, somente essa criança passa por um processo de avaliação médica, sendo, em seguida, submetida a tratamento farmacológico e, em alguns casos, encaminhada a psicoterapia.

O presente artigo, entretanto, propõe reflexões acerca da tendência de patologizar comportamentos, individualizando em apenas um dos membros da família uma questão que pode dizer respeito a todos. Trata-se de considerar a participação de todos os membros da família no comportamento considerado inadequado de um de seus membros. Abordando a temática na ótica da concepção sistêmica de família, o texto tem, assim, por objetivo geral, analisar as implicações da família disfuncional na hiperatividade da criança.

Sendo assim, este estudo problematiza a seguinte questão: a disfunção familiar é causa ou efeito da hiperatividade na criança? Considera-se a hipótese de que há uma relação entre a disfunção familiar e a hiperatividade na criança, de tal modo que, do ponto de vista sistêmico, a hiperatividade dessa criança pode estar sendo diretamente influenciada pelo comportamento dos demais membros da família, enquanto, também, os influencia.

A fim de encontrar contribuições teóricas que fundamentem respostas para a questão que o trabalho investiga, a pesquisa busca diferenciar família funcional e disfuncional na perspectiva da Abordagem Sistêmica de Família, descrever acerca da hiperatividade em crianças conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) e elencar contribuições da concepção sistêmica de família para o entendimento da hiperatividade na criança.

Esta pesquisa visa contribuir com elementos científicos para levar as famílias à reflexão sobre a possibilidade de considerar o quanto todos no contexto familiar podem estar diretamente implicados no comportamento da criança hiperativa, uma vez que a intervenção pautada na abordagem sistêmica considera a família como um sistema, logo, se um membro apresenta um determinado comportamento disfuncional, toda a família contribui, de algum modo, para que o referido comportamento seja mantido ou mesmo gerado.

A metodologia adotada é, portanto, qualitativa quanto ao problema, exploratória quanto aos objetivos, e pesquisa bibliográfica quanto aos procedimentos, e se realiza por meio de consulta a artigos científicos

selecionados por meio de busca no banco de dados do Scielo, do Portal dos Psicólogos e do Portal do Centro Universitário São José de Itaperuna (UniFSJ), usando as palavras-chave: “família disfuncional”, “terapia de família” e “hiperatividade em crianças”. O estudo se baseia, ainda, na contribuição de autores como Minuchin (1982), Boechat, Cabral e Souza (2016), Santi (1997), Cardozo e Boechat (2016), bem como na 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2014).

1 Família funcional e disfuncional na perspectiva da Abordagem Sistêmica de Família

A família é considerada como um sistema, como um grupo de pessoas que trabalham juntas em prol de seus interesses e necessidades em constante interação. Boechat, Cabral e Souza (2016), baseando-se em autores como Calil e Bateson, descrevem a família como um sistema aberto, cuja dinâmica dos membros dentro e fora da família, devido à relação de uns com os outros e com os sistemas extrafamiliares, o que assinala a tendência de atuarem como sistema total, no qual as atitudes e comportamentos de um dos membros influenciam e, ao mesmo tempo, são influenciados pelos de todos os outros.

Nessa perspectiva, consoante Santi (1997), implica considerar o funcionamento familiar do seguinte modo:

[...] o funcionamento familiar não deve ser visto de maneira linear, mas de maneira circular, isto é, o que é uma causa pode se tornar um efeito ou consequência e vice-versa. A abordagem sistêmica nos permite substituir a análise de causa-efeito pela análise das regras e regras de interação recíproca da família. Sempre quando um sintoma aparece pode ser tomado como um indicador de disfunção familiar, o paciente não é visto como o problema, mas como portador de problemas familiares. (SANTI, 1997).

A concepção da família como um sistema, segundo Santi (1997), contribui para redimensionar a relação familiar quanto à noção de causalidade. Os problemas familiares, muitas vezes, têm sido tradicionalmente vistos de forma linear, que considera que determinada causa gerou certo efeito, o que é uma abordagem de certo modo equivocada, porque em uma família não há

"culpado". Os problemas e sintomas se devem justamente às deficiências na interação familiar, à disfuncionalidade da família se compreendida como um sistema.

Não se pode falar sobre a funcionalidade familiar como algo estável e fixo, na concepção de Santi (1997), mas como um processo que precisa ser reajustado constantemente. Uma família funcional é uma família com um funcionamento satisfatório, no qual se consegue proporcionar meios para que aconteça o desenvolvimento completo e saudável de seus membros. Para essas famílias, tornam-se essenciais: hierarquias claras, limites claros, papéis claros e definidos, comunicação aberta e explícita, e capacidade de se adaptar à mudança.

De acordo com Minuchin (1982), para o funcionamento apropriado da família, as fronteiras dos subsistemas devem ser nítidas. Elas devem ser definidas suficientemente bem para permitir que os membros do subsistema levem a cabo as suas funções, sem interferência indevida, mas devem admitir contato entre os membros do subsistema e de outros sistemas. A composição de subsistemas organizada em torno das funções familiares não é especialmente tão significativa quanto a nitidez das fronteiras do subsistema. Um sistema pode funcionar muito bem, desde que as linhas de responsabilidade e autoridade sejam nitidamente delineadas. Deve existir uma hierarquia de poder, em que os pais e os filhos têm diferentes níveis de autoridade. Também deve haver uma complementaridade de funções, em que se aceita a interdependência e se opera como uma equipe. Assim, uma família disfuncional, com funcionamento inadequado, deve ser considerada como um fator de risco, uma vez que promove o aparecimento de sintomas e doenças em seus membros.

Segundo Minuchin (1982), quando surgem situações de desequilíbrio do sistema, é comum que os membros da família achem que os outros não estão cumprindo as suas obrigações. Então, aparecem reivindicações de lealdade familiar e manobras que induzem à culpa. Em famílias disfuncionais, a diferenciação do sistema fica difusa, o que resulta numa confusão de papéis. Tal sistema pode se tornar sobrecarregado e carecer de recursos necessários para se adaptar e mudar, sob circunstâncias estressantes. Algumas famílias

desenvolvem fronteiras excessivamente rígidas e a comunicação através dos subsistemas se torna difícil, com isso a falta de resolução do problema e as funções protetoras da família ficam prejudicadas. A falta de diferenciação do subsistema desencoraja a exploração autônoma e o domínio dos problemas. A autonomia individual é severamente restrita nesse sistema familiar.

Conforme Minuchin (1982), a família é disfuncional quando há incompetência intrafamiliar, quando não se tem a capacidade de assumir mudanças, quando não há cumprimento de suas funções básicas. Se a família estabelece estratégias disfuncionais diante de situações de mudança, como rigidez e resistência, isso leva a um encadeamento de conflitos e, portanto, sintomas começam a aparecer, sinalizando que estão sob ameaça a saúde e o desenvolvimento harmônico de seus membros.

Quando o “adoecimento” refere-se à hiperatividade, a fim de ampliar a reflexão, cabe analisá-lo, também, na perspectiva médica, uma vez que, culturalmente, concebe-se fundamentalmente a hiperatividade como um transtorno mental. Assim sendo, a seção seguinte busca compreender a hiperatividade tal como apresentada na 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5).

2 Hiperatividade em crianças conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

De modo amplo, a hiperatividade está associada ao déficit de atenção. Segundo o DSM-5, a característica essencial do Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH) é um padrão persistente de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade que interfere no funcionamento ou no desenvolvimento. No TDAH, a “desatenção” se deixa mostrar em comportamentos relativos à divagação em tarefas, falta de persistência, dificuldade de manter o foco e desorganização, em situações que não implicam consequência de desafio ou falta de compreensão. “Hiperatividade-impulsividade implicam atividade excessiva, inquietação, incapacidade de permanecer sentado, intromissão em atividades de outros e incapacidade de

aguardar - sintomas que são excessivos para a idade ou o nível de desenvolvimento” (DSM-5, 2014, p. 32).

Quanto à determinação dos subtipos, as apresentações ganham “divisões” de acordo com predomínio de desatenção ou de hiperatividade-impulsividade, e apresentação combinada.

314.1 (F90.2) Apresentação combinada: Se tanto o Critério A1 (desatenção) quanto o Critério A2 (hiperatividade-impulsividade) são preenchidos nos últimos 6 meses.

314.0 (F90.0) Apresentação predominantemente desatenta: Se o Critério A1 (desatenção) é preenchido, mas o Critério A2 (hiperatividade-impulsividade) não é preenchido nos últimos 6 meses.

314.1 (F90.1) Apresentação predominantemente hiperativa/impulsiva: Se o Critério A2 (hiperatividade-impulsividade) é preenchido, e o Critério A1 (desatenção) não é preenchido nos últimos 6 meses. (DSM-5, 2014, p. 60).

Assim sendo, a hiperatividade, objeto de interesse deste trabalho, está associada à impulsividade e é diagnosticada a partir dos seguintes critérios:

2. Hiperatividade e impulsividade: Seis (ou mais) dos seguintes sintomas persistem por pelo menos seis meses em um grau que é inconsistente com o nível de desenvolvimento e tem impacto negativo diretamente nas atividades sociais e acadêmicas/profissionais:

Nota: Os sintomas não são apenas uma manifestação de comportamento opositor, desafio, hostilidade ou dificuldade para compreender tarefas ou instruções. Para adolescentes mais velhos e adultos (17 anos ou mais), pelo menos cinco sintomas são necessários.

a. Frequentemente remexe ou batuca as mãos ou os pés ou se contorce na cadeira.

b. Frequentemente levanta da cadeira em situações em que se espera que permaneça sentado (p. ex., sai do seu lugar em sala de aula, no escritório ou em outro local de trabalho ou em outras situações que exijam que se permaneça em um mesmo lugar).

c. Frequentemente corre ou sobe nas coisas em situações em que isso é inapropriado. (Nota: Em adolescentes ou adultos, pode se limitar a sensações de inquietude.)

d. Com frequência é incapaz de brincar ou se envolver em atividades de lazer calmamente.

e. Com frequência “não para”, agindo como se estivesse “com o motor ligado” (p. ex., não consegue ou se sente desconfortável em ficar parado por muito tempo, como

em restaurantes, reuniões; outros podem ver o indivíduo como inquieto ou difícil de acompanhar).

f. Frequentemente fala demais.

g. Frequentemente deixa escapar uma resposta antes que a pergunta tenha sido concluída (p. ex., termina frases dos outros, não consegue aguardar a vez de falar).

h. Frequentemente tem dificuldade para esperar a sua vez (p.ex., aguardar em uma fila).

i. Frequentemente interrompe ou se intromete (p. ex., mete-se nas conversas, jogos ou atividades; pode começar a usar as coisas de outras pessoas sem pedir ou receber permissão; para adolescentes e adultos, pode intrometer-se em ou assumir o controle sobre o que outros estão fazendo). (DSM-5, 2014, p. 60).

Quanto às características diagnosticadas, conforme o DSM-5 (2014), a hiperatividade está relacionada à atividade motora excessiva (quando esse comportamento não se mostra apropriado) ou remexer, batucar ou conversar excessivamente. A impulsividade, que pode refletir um desejo de recompensas imediatas ou de incapacidade de postergar a gratificação, diz respeito a ações precipitadas sem premeditação e com elevado potencial para dano à pessoa, levando a comportamentos que podem se manifestar com intromissão social e/ou tomada de decisões importantes sem a avaliação das consequências que podem advir delas com o tempo.

A hiperatividade, na perspectiva considerada, é compreendida a partir de sintomas que a caracterizam e permitem diagnosticá-la, para que se estabeleçam metas para o tratamento, o que inclui, em geral, a prescrição medicamentosa e, em alguns casos, a psicoterapia. Não obstante, a concepção sistêmica de família apresenta uma forma de compreender a “patologia” de modo que considera não apenas a pessoa “adoecida” nem se restringe a um rol de sintomas.

Nesse sentido, o tratamento médico e/ou o psicológico podem ser necessários. Contudo, é preciso ampliar o espectro para tentar alcançar a rede de relações da qual a criança participa, em especial a familiar, a fim de evitar o clássico modo de conduzir uma avaliação que individualiza nela questões relativas ao seu contexto interacional mais amplo, que pode influenciar seu comportamento, enquanto, também, o influencia.

3 A Abordagem Sistêmica de Família e a hiperatividade na criança: algumas contribuições

Segundo Minuchin (1982), a patologia pode estar no paciente, em seu contexto social ou no *feedback* entre eles. Nessa análise, de acordo com o autor, implica considerar o contexto do paciente do seguinte modo:

[...] a vida psíquica de um indivíduo não é inteiramente um processo interno. O indivíduo influencia o seu contexto e é influenciado em sequências de ação constantemente recorrentes. O indivíduo que vive numa família é membro de um sistema social, ao qual deve se adaptar. Suas ações são governadas pelas características do sistema e estas características incluem os efeitos de suas próprias ações passadas. O indivíduo responde aos estresses em outras partes do sistema, às quais se adapta, e pode contribuir significativamente para estressar outros membros do sistema. O indivíduo pode ser encarado como um sistema ou como parte do sistema, mas o todo deve ser levado em conta. (MINUCHIN, 1982, p.18).

Afirma Minuchin (1982) que as mudanças numa estrutura familiar contribuem para mudanças no comportamento e nos processos psíquicos dos membros desse sistema. O desenvolvimento do sintoma, numa criança, está relacionado a um tipo especial de organização e funcionamento familiar, ao envolvimento da criança no conflito parental e à vulnerabilidade fisiológica. A criança com sintoma desempenha um papel vital na evitação de conflito de sua família apresentando um foco para a preocupação. O sistema reforça o seu comportamento sintomático, a fim de preservar o seu padrão de evitação de conflito. O sintoma é, então, sustentado por um conflito não resolvido, implícito.

Assim, quando uma criança apresenta um comportamento que comumente se poderia classificar como hiperatividade, por exemplo, a família inteira encontra-se envolvida, seja por acreditar que manter os conflitos velados pode minimizar problemas, seja por não ter aprendido outras formas de se comportar, seja porque nunca analisou seu modo de interagir. Uma família pode se comportar de modo extremamente “hiperativo” sem notar. Todos falam rápido, movimentam-se rápido, fazem muitas coisas ao mesmo tempo, têm pressa, exigem muito uns dos outros, em ritmo acelerado se alimentam, andam

e desempenham as tarefas tanto em casa como no trabalho, comportam-se “eletricamente” até mesmo nos momentos de lazer. Entretanto, algumas vezes, na procura de ajuda terapêutica para a criança, a família consegue perceber o quanto todos são “agitados”.

Desse modo, de acordo com Cardozo e Boechat (2016), com o entendimento sistêmico de família, a criança deixa de ser a única responsável pelo seu comportamento inadequado e o que ela vivencia em família passa a ganhar expressão. Assim, investigando “seu” comportamento disfuncional no contexto familiar, pode-se não somente compreendê-lo, mas evitar ou minimizar as condições que sustentam ou geram seu comportamento considerado disfuncional.

Nesse contexto, fundamentando-se em Calil, Cardozo e Boechat (2016) assinalam, portanto, que é inadequado a família atribuir ao “membro sintomático” a culpa ou o fardo de ser o único responsável por “seu” problema. A pessoa adoecida é considerada apenas um “representante circunstancial” de alguma disfunção no sistema familiar.

Logo, do ponto de vista sistêmico, a hiperatividade na criança não deve ser considerada apenas em termos de um comportamento patológico a ser diagnosticado a partir dos sintomas apresentados, porque ele sofre influência direta do comportamento dos demais membros da família, enquanto, também, os influencia. Nesse sentido, é preciso considerar toda a gama de aspectos relacionais – indefinição de papéis, falta de nitidez das fronteiras geracionais, organização e funcionamento familiar, envolvimento no conflito parental, estratégias disfuncionais na resolução de problemas, invariabilidade de funções – a que essa criança está exposta no contexto interacional familiar que se apresenta disfuncional.

Revedo tais aspectos, a família tem a oportunidade de reorganizar seus padrões de interação e de comunicação e de promover mudanças que irão beneficiar a todos.

Considerações finais

De acordo com a Abordagem Sistêmica de Família, as ações e comportamentos de um dos membros da família influenciam e, simultaneamente, são influenciados pelos comportamentos de todos os outros. Os membros são corresponsáveis pelo comportamento disfuncional que um dos familiares venha a apresentar, ou seja, a criança com hiperatividade deixa de ser a única responsável pelo seu comportamento inadequado.

Enfatiza-se que não se trata de culpar os pais ou cuidadores pela hiperatividade na criança, tampouco de invalidar a pertinência de tratamento médico e/ou psicológico em tal demanda. Pretende-se, neste trabalho, contribuir para que não se individualize na criança questões relacionais, em especial, aquelas vividas no âmbito familiar, uma vez que elas implicam todos.

Assim sendo, a disfunção familiar não é pensada em termos de causa e efeito em relação à hiperatividade em crianças. Abolindo a causalidade linear, importa pensar em termos de corresponsabilidade, de modo que todos os membros do sistema familiar incluídos no processo possam colaborar, de algum modo, para que a família reestruture sua forma de relacionar-se e de organizar-se, visando tornar-se funcional, com hierarquias estabelecidas claramente, limites delineados, papéis claros e definidos, fronteiras delineadas, complementaridade de funções, comunicação explícita e capacidade de adaptação às mudanças. Provavelmente assim, a família substituirá a hiperatividade em um dos seus membros pela atividade de todos eles e experimentará a conseqüente remissão de sintomas.

Referências

BOECHAT, Ieda Tinoco; CABRAL, Hideliza Lacerda Tinoco Boechat; SOUZA, Carlos Henrique Medeiros de. A comunicação na família caracterizada pela pseudomutualidade e pelo duplo vínculo. **Revista Transformar**, 2016.

Disponível em:

<<http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/42>>.

Acesso em: 09 nov. 2018.

CARDOZO, Jussara Hoffmann; BOECHAT, Ieda Tinoco. Pseudomutualidade, Lealdade e Posição do Nascimento: fenômenos relacionais familiares que podem fazer adoecer. **Revista Transformar**, 2016. Disponível em:

<http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/82>. Acesso em: 31 out. 2018.

CARVALHAL, Pedro Nuno Martins; SILVA, Cátia Patrícia Fernandes da. Terapia Familiar Sistêmica: uma breve introdução ao tema. **Portal dos Psicólogos**, 2011. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0235.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.

MACHADO, Mônica. Compreendendo a Terapia Familiar. **Portal dos Psicólogos**, 2012. Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Resenha%20do%20texto.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2018.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. DSM-5 / [American Psychiatric Association, traduz. Maria Inês Corrêa Nascimento... et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli... [et al.]. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Trad. Jurema Alcides Cunha. Porto Alegre, Artes Médicas, 1982.

SANTI, Patricia María Herrera. La familia funcional y disfuncional, un indicador de salud. **Rev Cubana Med Gen Integr**, Ciudad de La Habana, v. 13, n.6, p.591-595, dic. 1997. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0864-21251997000600013&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 29 out. 2018.

**LINHA DE PESQUISA V:
GESTÃO DE NEGÓCIOS, ECONOMIA E MERCADOS**

O MAPEAMENTO DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS ACERCA DA ERGONOMIA: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Lucas Capita Quarto (UNIG)

Universidade Iguazu (UNIG). Engenharia de Petróleo e Gás.

Sônia Maria da Fonseca Souza

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Monica de Paula Siqueira

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Vyvian França Souza Gomes Muniz

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Fábio Luiz Fully Teixeira

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)

Resumo: A ergonomia é uma ciência que surgiu durante a II Guerra Mundial e desenvolveu diversos estudos no decorrer do tempo. O seu principal objetivo é estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente. Esta pesquisa de caráter quantitativo e bibliográfico tem como objetivo realizar uma busca na base de dados da *Scopus* sobre os estudos que abordam a ergonomia, visando subsidiar futuras pesquisas acerca do tema. Para tanto, realizou-se um levantamento de dados na base *Scopus*, com a seguinte pesquisa: “*ergonomia AND ergonomic*” aparecendo o título, resumo ou palavra-chave. Como resultado, obteve-se 2.453 resultados entre artigos publicados em periódicos, eventos, livros, capítulos de livros, entre outros. O Brasil é o país que mais desenvolveu estudos sobre a ergonomia, sendo a medicina e a engenharia as áreas que mais contribuíram com o estudo. A ergonomia é uma ciência que irá desenvolver inúmeras pesquisas conforme for surgindo novos meios de produção e trabalho. A bibliometria demonstrou ser um método eficaz para o levantamento de dados e pode ser facilmente replicada para a coleta de dados de trabalhos futuros sobre este ou qualquer outro tema.

Palavras chave: Ergonomia. Bibliometria. Segurança no Trabalho.

Abstract: Ergonomics is a science that emerged during World War II and has developed several studies over time. Its main objective is to establish parameters that allow the adaptation of the working conditions to the psychophysiological characteristics of the workers, so as to provide maximum comfort, safety and efficient performance. This quantitative and bibliographical research aims to carry out a search in the *Scopus* database on the studies that approach the ergonomics, aiming to support future research on the theme. To

do so, a survey of data was performed in the Scopus database, with the following search: "ergonomics AND ergonomic" appearing the title, abstract or keyword. As a result, 2,453 results were obtained between articles published in journals, events, books, book chapters, among others. Brazil is the country that most developed studies on ergonomics, with medicine and engineering being the areas that contributed most to the study. Ergonomics is a science that will develop countless researches as new means of production and work arise. Bibliometrics has proven to be an effective method for data collection and can be easily replicated for future data collection on this or any other topic.

Keywords: Ergonomics. Bibliometria. Safety at work.

1 Introdução

A ergonomia é uma ciência que surgiu durante a II Guerra Mundial como consequência de um trabalho realizado por engenheiros e psicólogos (IIDA, 2005). O estudo dos esforços realizados durante a guerra tornaram a ergonomia uma área de conhecimento socialmente necessária. O termo ergonomia possui origem grega, onde *ergon* e *nomos* significam “trabalho” e “normas”, respectivamente. Na Grécia, segundo Tavares (2012), o trabalho possuía dois sentidos: o trabalho escravo (*nomos*) que se caracterizava pela dor e sofrimento e o trabalho criativo (*ergon*).

De acordo com a Norma Regulamentadora 17, a ergonomia tem como objetivo estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente (BRASIL, 1978).

A ergonomia busca adaptar o ambiente laboral ao colaborador, considerando os aspectos de cada indivíduo presente naquele ambiente. Essa ciência estuda a relação das pessoas com o ambiente laboral, auxiliando na melhoria contínua da forma que o funcionário executa sua tarefa dentro da organização, considerando os aspectos físicos, organizacionais e cognitivos.

Conforme o trabalho vai tomando novas proporções, faz-se necessário desenvolver novos estudos que busquem manter a integridade da saúde física e mental do colaborador em seu ambiente de trabalho. Com isso, a todo momento novas publicações científicas sobre a ergonomia são produzidas,

assim, torna-se possível atualizar os estudos ergonômicos com o decorrer do tempo.

Diante deste cenário, surge o questionamento da pesquisa que é verificar quais os autores, os anos, as instituições, os países e as áreas que estão relacionados ao tema ergonomia. Para responder esse questionamento, esta pesquisa de caráter quantitativo e bibliográfico tem como objetivo realizar uma busca na base de dados da *Scopus* sobre os estudos que abordam a ergonomia, visando subsidiar futuras pesquisas acerca do tema.

Morais et al. (2015), explica que a análise de bibliometria é um mecanismo de busca on-line que usa uma técnica quantitativa e estatística para mensurar os índices de produções de determinadas áreas científicas, fornecendo dados que quantificam a contribuição do conhecimento científico.

Esta pesquisa está dividida nas seguintes seções de desenvolvimento: introdução, revisão bibliográfica (ergonomia), metodologia, resultados e, finalmente, as considerações finais em que concentram nossas reflexões e as contribuições deste trabalho. A pesquisa apresenta como limitação ter sido realizada baseando-se apenas nos dados contidos na base *Scopus*.

2 Referencial teórico

2.1 Ergonomia

Desde a idade antiga, o homem busca maneiras de adaptar o trabalho às suas individualidades, em busca de um maior conforto e segurança. De acordo com Lida (2005), existem diversas maneiras de conceituar a ergonomia. Ainda segundo o autor, esses conceitos apresentam a interação do homem com o seu ambiente de trabalho no sistema homem-máquina-ambiente como principal objetivo do estudo.

“Entende-se por ergonomia o estudo das interações das pessoas com a tecnologia, a organização e o ambiente, objetivando intervenções e projetos que visem melhorar, de forma integrada e não-dissociada, a segurança, o conforto, o bem-estar e a eficácia das atividades humanas” (ABERGO, 2018).

Segundo Tavares (2012, p. 8): “A ergonomia tem sido fator de aumento de produtividade das empresas e da qualidade do produto, bem como da qualidade de vida dos trabalhadores, na medida em que a mesma é aplicada

com a finalidade de melhorar as condições ambientais, visando a interação com o ser humano”.

A ergonomia tem como domínio a ergonomia física, cognitiva e organizacional, Figura 1. A ergonomia física diz respeito aos esforços físicos realizados durante a execução de uma determinada atividade; a ergonomia organizacional engloba o gerenciamento de recursos de pessoas, projetos de trabalho e a cultura organizacional de uma forma geral; a ergonomia cognitiva se relaciona ao esforço mental exigido para a execução de uma tarefa (QUEIROS et al., 2015).

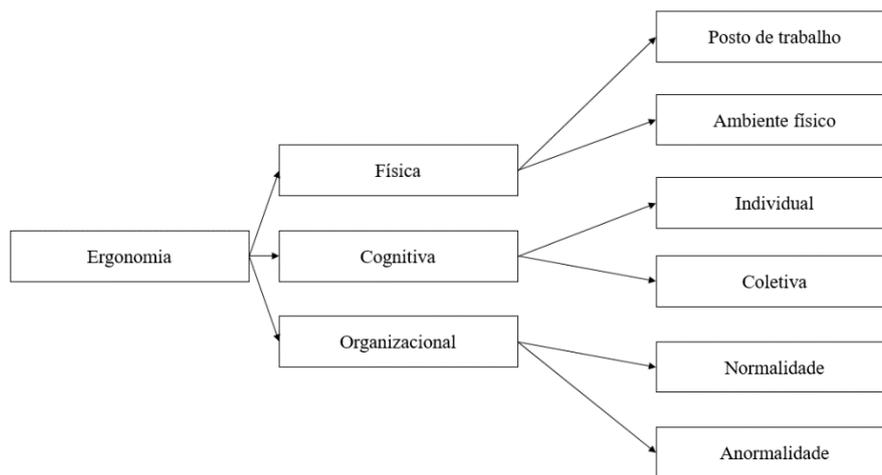


Figura 1 – Representação dos campos de atuação da ergonomia
Fonte: Adaptado Almeida e Vidal (2000)

Conforme Tavares (2012, p. 8): “A ergonomia tem sido fator de aumento de produtividade das empresas e da qualidade do produto, bem como da qualidade de vida dos trabalhadores, na medida em que a mesma é aplicada com a finalidade de melhorar as condições ambientais, visando a interação com o ser humano”.

2.1.1 Ergonomia física

Para caracterizar a Ergonomia física, Moraes e Mont’Alvão (2003) apresentam os fatores: o ritmo intenso das atividades; a repetitividade e monotonia inerente ao processo produtivo; bem como a pressão por prazos de produção e de controle.

De acordo com Lida (2005), a ergonomia física relaciona-se com as características da anatomia humana, antropometria, fisiologia e biomecânica em sua relação à atividade física. Ela busca estudar a postura no trabalho, manuseio de materiais, movimentos repetitivos, distúrbios músculo-esqueléticos relacionados ao trabalho, projeto de posto de trabalho, segurança e saúde. Ou seja, lida com a interação do corpo humano com a carga física e psicológica (arranjo físico de estações trabalho, fatores relacionados à repetição, vibração, força e postura estática, dentre outros).

A ergonomia física, de acordo com Falzon (2012), busca adequar o ambiente de laboração aos limites e capacidades do corpo, por meio do projeto de interfaces adequadas para o relacionamento físico homem-máquina: as interfaces de informação (displays) as interfaces de acionamentos (controles).

2.1.2 Ergonomia cognitiva

Devido a globalização, o mundo do trabalho passou por inúmeras mudanças, desde os métodos de produção ao perfil dos trabalhadores. Atualmente, o mercado exige que os seus colaboradores sejam cada vez mais ágeis, responsáveis e dinâmicos, sobrecarregando com uma extensa demanda de informações.

O esforço cognitivo em excesso tem causado danos à saúde do trabalhador, como o estresse e depressão, ocasionando um alto índice de afastamentos pertinentes a doenças mentais (FALZON, 2012). Frente a essa realidade, surge a necessidade de uma análise ergonômica direcionada a cognição, ou seja, a ergonomia cognitiva.

Também conhecida como engenharia psicológica, a ergonomia cognitiva se refere aos processos mentais – percepção, atenção, cognição, controle motor, armazenamento e recuperação de memória – e como eles interferem na forma como o ser humano interage com os demais elementos presentes no sistema (QUEIROS et al., 2015).

A organização de trabalho pode gerar grande sofrimento ao trabalhador, por isso o bem estar e a satisfação do colaborador com o ambiente de trabalho são resultados da descarga psíquica pertinente a tarefa que o mesmo executa (DEJOURS, 2015). De acordo com Martins et al. (2017), a ergonomia cognitiva

é um dos focos do estudo ergonômico num posto de trabalho e preocupa-se com o esforço mental necessário para que um trabalhador execute uma tarefa, em que além dos fatores físicos e químicos, a forma como ele relaciona-se com as cobranças e responsabilidades presente no ambiente em que está inserido possa vir a influenciar na eficiência e cumprimento de sua função.

2.1.3 Ergonomia organizacional

A ergonomia organizacional visa à otimização dos sistemas sócio-técnicos, incluindo as estruturas organizacionais, políticas ou regras, e processos. A ergonomia organizacional, ou macroergonomia, engloba o gerenciamento de pessoas, projetos, a cultura organizacional e as relações interpessoais dentro da organização.

Um clima organizacional conflituoso pode gerar estresse e acarretar um alto índice de doenças, acidentes e insatisfação pessoal. Assim, a ergonomia organizacional surge como um método de prevenção destes casos. Sendo necessário que esta venha ao encontro da ergonomia física (IIDA, 2005).

A ergonomia organizacional é um fator determinante no ambiente empresarial, uma vez que ela visa redução de problemas internos causados pela existência de um ambiente de trabalho não tão favorável. Se o trabalho é fator de motivação dos funcionários, e o clima e a cultura da empresa impactam diretamente neste sentimento, então deve-se dar maiores cuidados nestes aspectos.

3 Metodologia

A primeira parte da pesquisa diz respeito a uma revisão de literatura. As pesquisas bibliográficas, também conhecidas como revisão de literatura, são realizadas por intermédio de consulta em materiais científicos publicados, escritos por autores especialistas dentro do assunto pesquisado. Após a revisão de literatura, realizou-se um levantamento de dados na base *Scopus*, com a seguinte pesquisa: “*ergonomia AND ergonomic*” aparecendo o título, resumo ou palavra-chave.

Em sequência, foi realizado um refinamento da busca, selecionando os autores, os anos, as instituições, os países e as áreas que estão relacionados

ao tema ergonomia. O resultado foi tratado e os artigos analisados. O resultado da pesquisa apresentou 2.453 publicações acerca do assunto em todo mundo e 880 publicações no Brasil. A bibliometria auxilia a descrever aspectos da literatura e de outros meios de comunicação, a partir da aplicação de técnicas estatísticas e matemáticas (ARAÚJO, 2006).

3.1 Bibliometria

A bibliometria é um termo originário da junção das palavras “metria” e bibliografia, que é definido por Pinheiro et al. (2017), como uma técnica matemática estatística de levantamento e análise de uma grande quantidade de dados e informações que permite o mapeamento de pesquisas e resultados referentes a um determinado assunto de uma forma mais prática.

Os conceitos que surgiram a partir da bibliometria ultrapassaram o campo da pesquisa bibliográfica e expandiram sua aplicação para a prospecção de inovações tecnológicas (COSTA, 2010). Ainda segundo o autor, durante a evolução da bibliometria, desenvolveram-se novas métricas bibliométricas, entre estas, destacam-se: a avaliação da obsolência de periódicos; um índice que mensura a produtividade de cada autor e o fator de impacto de cada periódico. Os passos para a realização de uma pesquisa bibliométrica estão descritos na Figura 2.

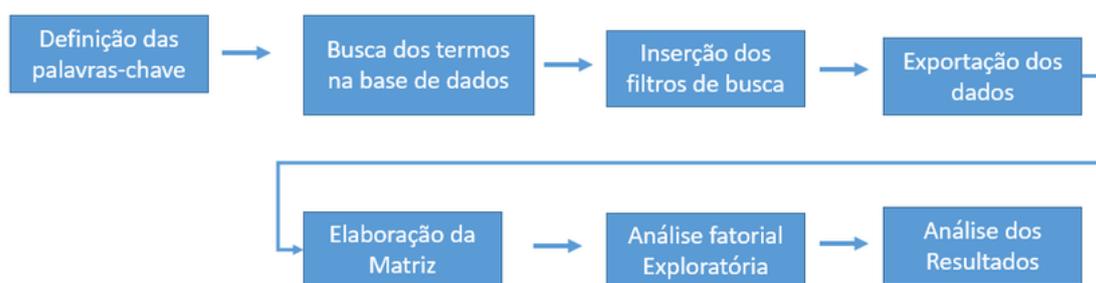


Figura 2 – Os passos de um estudo bibliométrico
Fonte: Silva et al. (2016)

De acordo com Soares et al. (2016), a escolha da pesquisa bibliométrica, como ferramenta de refinamento de dados, é um recurso essencial para a transmissão das produções científica. Se a finalidade da

pesquisa bibliográfica for alcançada, ela permita a aplicação de uma técnica capaz de mensurar a influência dos pesquisadores ou periódicos, permitindo assim traçar o perfil e suas tendências, evidenciando as áreas temáticas.

4 Resultados

Em uma análise quantitativa dos trabalhos publicados em todo o mundo referente ao tema ergonomia, encontra-se 2.453 resultados entre artigos publicados em periódicos, eventos, livros, capítulos de livros, entre outros. O primeiro resultado apontado na pesquisa é no ano de 1964. Observa-se que o tema passa a ter uma quantidade maior de pesquisa a partir do ano de 2003. O gráfico da Figura 3 apresenta a evolução deste estudo no decorrer do tempo.

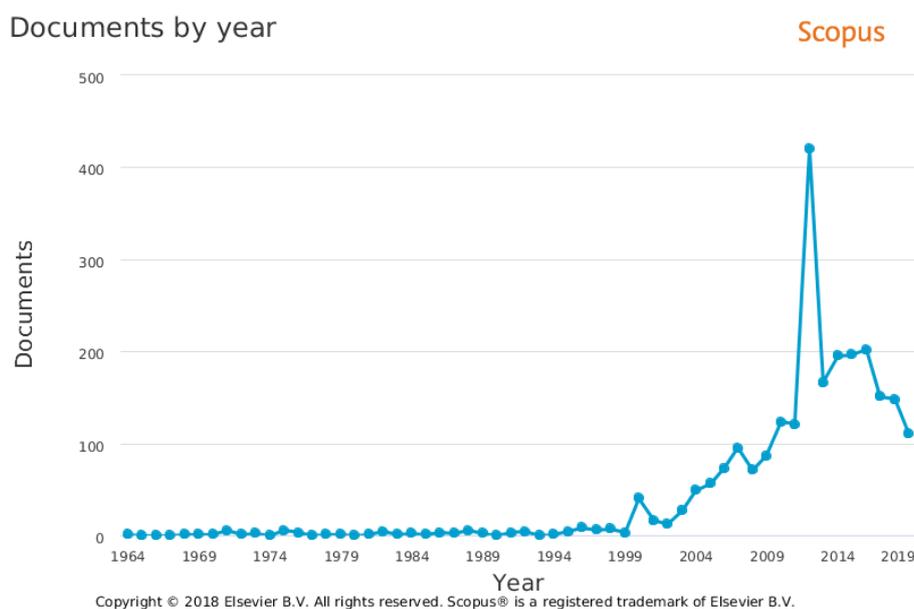


Figura 3 – A evolução da pesquisa no decorrer do tempo
Fonte: Scopus (2018)

Segundo Romero e Pastor (2012), a alta intensidade de publicações e a disseminação de novos conhecimentos são umas das características mais relevantes da sociedade moderna. Essa nova fase de desenvolvimento é definida por Santos (2015), como a “sociedade do conhecimento”. As produções científicas permitem o esclarecimento sobre diversas áreas de estudo e pesquisa.

A Figura 4, apresenta os autores que mais publicaram sobre o tema. Entre estes, destacam-se Minette com 31 publicações, Gontijo e Magnavita, ambos com 25 publicações, e Martins e Sznelwar com 23 publicações cada.

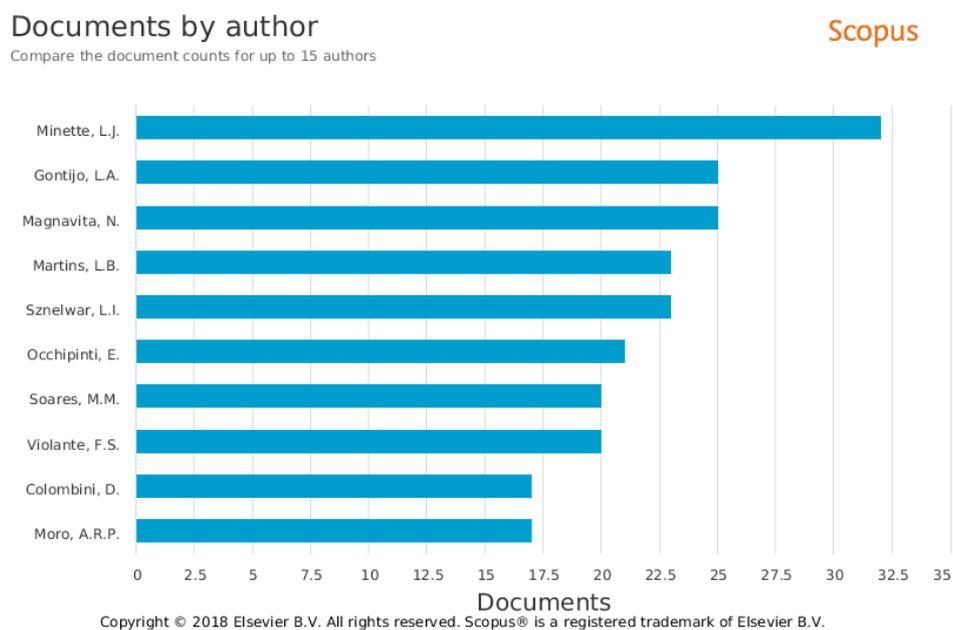


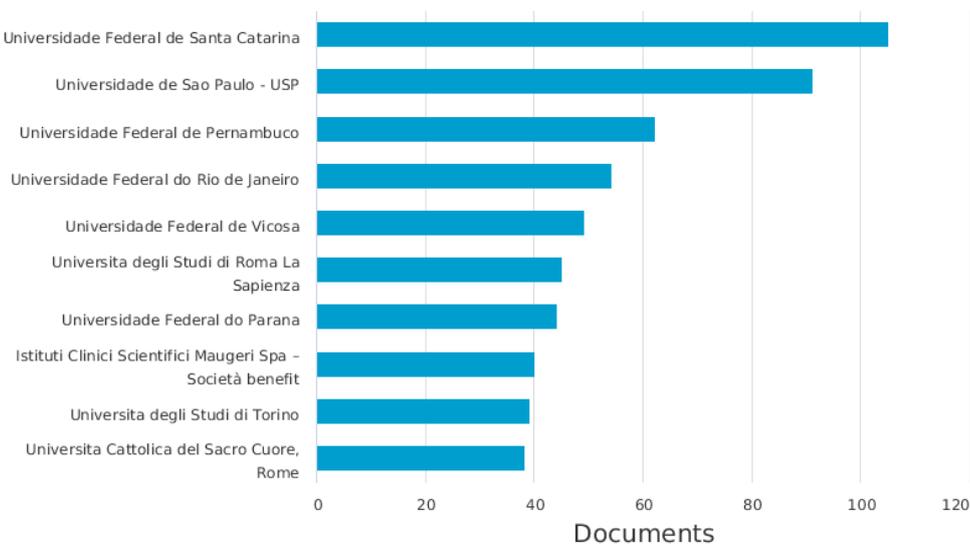
Figura 4 – Os autores que mais publicaram sobre o assunto
Fonte: Scopus (2018)

Os *rankings* que apresentam as universidades que possuem mais publicações sobre um determinado tema estão transformando a forma como as instituições de ensino colaboram entre si (SANTOS, 2015). Estes rankings destacam os pontos fortes e fracos das instituições, fortalecendo o sistema do ensino superior. A Figura 5, apresenta as instituições de ensino superior que mais desenvolveram estudos sobre a Ergonomia.

Documents by affiliation

Compare the document counts for up to 15 affiliations

Scopus



Copyright © 2018 Elsevier B.V. All rights reserved. Scopus® is a registered trademark of Elsevier B.V.

Figura 5 – As instituições que mais publicaram sobre o tema

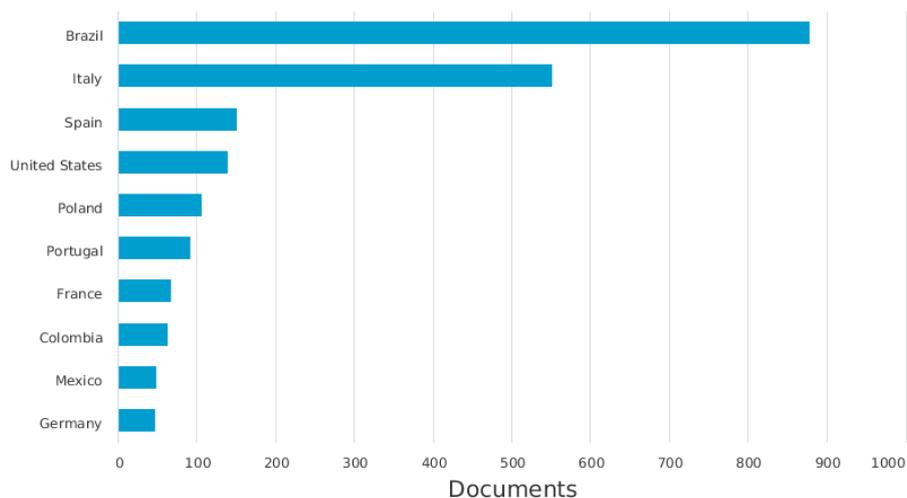
Fonte: Scopus (2018)

Nota-se que as cinco instituições de ensino que mais publicaram sobre o tema são instituições brasileiras. Sendo a Universidade Federal de Santa Catarina a universidade que mais desenvolveu estudos. De acordo com Santos (2015), as universidades são responsáveis por 90% das produções brasileiras.

Documents by country or territory

Compare the document counts for up to 15 countries/territories

Scopus



Copyright © 2018 Elsevier B.V. All rights reserved. Scopus® is a registered trademark of Elsevier B.V.

Figura 6 – Os países que mais publicaram sobre o tema

Fonte: Scopus (2018)

Conforme apresenta a Figura 6, o Brasil é o país que mais desenvolveu pesquisas sobre a ergonomia. Seguido da Itália, Espanha e Estados Unidos. O conhecimento gerado por essas instituições auxiliam no desenvolvimento econômico e científico do país. No que diz respeito as áreas que possuem mais estudos sobre a ergonomia, destacam-se a Medicina e a Engenharia, Figura 7.

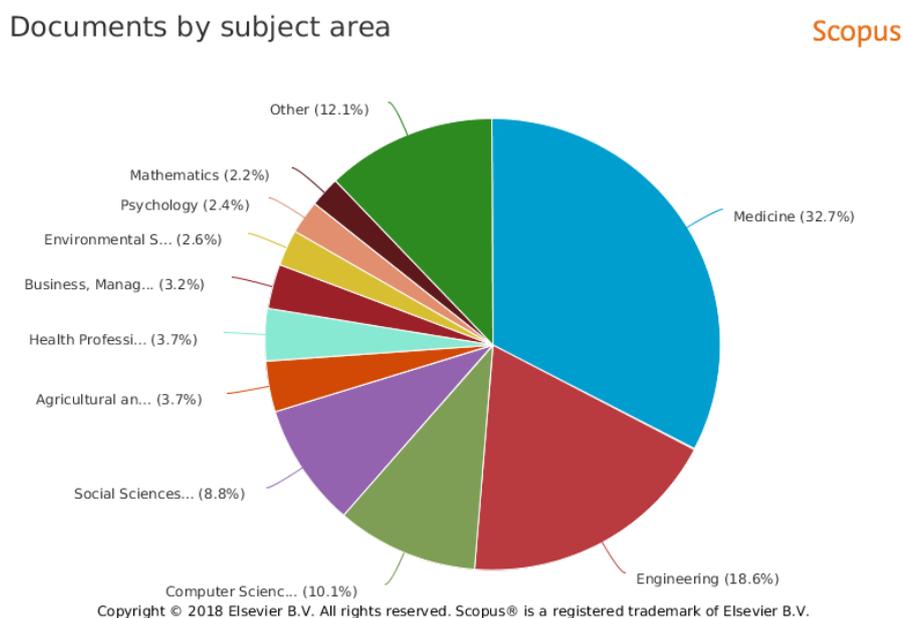


Figura 7 – Documentos por área de estudo
Fonte: Scopus (2018)

A medicina é responsável por 32.7% das publicações mundiais sobre a ergonomia, seguida da Engenharia com 18.6%. Diante do contexto contemporâneo, em que o conhecimento se tornou um eixo para os poderes econômicos, político e social, o estudo do tema “excelência científica” assumiu suma importância no desenvolvimento de políticas de pesquisa científica em diversos países.

Conclusão

A partir dos dados obtidos por meio da bibliometria realizada na base *Scopus*, conclui-se que houve um aumento significativo no aumento das publicações sobre a ergonomia a partir do ano de 2003 sendo o Brasil o país que mais contribuiu com os estudos acerca do assunto. Assim, o Brasil demonstra ser um país que se preocupa com o bem estar dentro do ambiente laboral.

Diante dos resultados obtidos pela bibliometria, conclui-se que o método de pesquisa é eficaz para o levantamento de dados e pode ser facilmente replicada para a coleta de dados de trabalhos futuros sobre este ou qualquer outro tema. No que tange ao assunto processos ergonômicos é mister ressaltar que não é o ser humano que deve adaptar-se ao trabalho, mas o trabalho que necessita de adaptações para com cada ser humano. Mesmo sendo uma ferramenta de gestão muito eficiente.

Concluimos, então, que as práticas e conhecimentos ergonômicos possibilitam que o trabalho seja melhor dimensionado, favorecendo e contribuindo para sua eficácia, ao mesmo tempo em que permite que as pessoas desenvolvam suas atividades em condições muito mais favoráveis à sua saúde e bem-estar. A ergonomia é uma ciência que irá desenvolver inúmeras pesquisas conforme for surgindo novos meios de produção e trabalho.

Referências

ABERGO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ERGONOMIA. Disponível em: <http://www.abergo.gov.br/oqueeergonomia.htm> Acesso em: 08 dez. 2018.

ALMEIDA, C. S.; VIDAL, M. C. R. Ergonomia. Rio de Janeiro, NTT _ Núcleo de Treinamento Tecnológico. **Apostila do Curso de Ergonomia**, 2000.

ARAÚJO, C. A. **Bibliometria**: evolução história e questões atuais. Em *Questão*, v. 12, n. 1, p. 11–32, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

COSTA, H. G. Modelo para webibliomining: proposta e caso de aplicação. **Rev. FAE**, Curitiba, v.13, n.1, p.115-126, jan./jun. 2010.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 6ª Edição. São Paulo: Cortez, 2015

FALZON, P. **Ergonomia**. São Paulo: Edgard Blücher, 2012.

IIDA, I. **Ergonomia**: projeto e produção, 2. ed.. São Paulo: Edgard Blucher, 2005.

MARTINS, G. M. S.; CARVALHO, E. R.; CUMINO, D. M.; PINA, B. O.; FERREIRA JUNIOR, R. A. S. **Aplicação do método SWAT: estudo de caso**

no posto de trabalho de professores de uma escola municipal. ENEGEP, Joinville, Brasil, out. 2017.

MORAES, A. M.; MONT'ALVÃO, C. **Ergonomia: conceitos e aplicações.** 3ª ed., Rio de Janeiro: 2AB, 2003.

MORAIS, A. C.; PEREIRA, L. B.; DA SILVA, M. L.; COSTA, R. dos S.; DE GOIS, T. C. **Método Para Subsidiar A Elaboração Do Referencial Teórico De TCC Em Engenharia De Produção Com A Utilização De Bibliometria.** ENEGEP, Fortaleza, Brasil, out. 2015.

PINHEIRO, A. O.; RAMOS, K. H. C.; COSTA JUNIOR, R. L. **Análise bibliométrica da literatura sobre *business process management*.** ENEGEP, Joinville, Brasil out. 2017.

QUEIROS, P. C. F.; FRANCA, G. H.; PEREIRA, I. B.; LUCENA, A. D. **Análise bibliométrica das publicações do ENEGEP sobre ergonomia cognitiva entre os anos de 2004 e 2014.** ENEGEP, Fortaleza, Brasil, out. 2015.

ROMERO, J. PASTOR, J. M. Las Universidades Espanolas Bajo La Influencia De Los Rankings. **Regional and Sectorial Economic Studies**, v. 12, n. 3, 2012.

SANTOS, G. C. Análise Bibliométrica dos Artigos Publicados como Estudos Bibliométricos na História do Congresso Brasileiro de Custos. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 4 - 13, 2015.

SOARES, P. B.; CARNEIRO, T. C. J.; Calmon, J. L.; CASTRO, L. O. da C. de O. **Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados *Web of Science*.** Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 175-185, jan./mar. 2016.

SILVA, F. Q; SANTOS, E. B. A.; BRANDÃO, M. M.; VILS, L. Estudo bibliométrico: orientações sobre a sua aplicação. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 5, n. 2, p. 246- 262, 2016.

TAVARES, C. S. D. **Ergonomia no Trabalho de Escritório.** 2012. 111 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Mecânica) - Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal. 2012.

ELABORAÇÃO DO BALANCED SCORECARD DE UMA LOJA DE VESTUÁRIO FEMININO LOCALIZADA NA ZONA DA MATA MINEIRA

Lucas Capita Quarto

Universidade Iguçu (UNIG).

Sonia Maria da Fonseca Souza

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Glerinalva Delicéria de Sousa

Universidade Iguçu (UNIG).

Monica de Paula Siqueira

Universidade Iguçu (UNIG).

Vyvian França Souza Gomes Muniz

Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Resumo: O *Balanced Scorecard* é uma ferramenta de gestão que permite aos gestores de uma organização o conhecimento necessário para que as organizações alcancem a excelência em seu mercado atuante por meio dos indicadores internos, clientes, financeiros e aprendizado e crescimento. Esta pesquisa de caráter qualitativo e descritivo tem como objetivo elaborar o *Balanced Scorecard* de uma loja de vestuário feminino localizada na Zona da Mata Mineira. Por meio deste estudo, observou-se que a empresa apresenta pontos que precisam de melhorias e que a competitividade é um fator predominante neste seguimento. As organizações que mais investem no desenvolvimento de suas tomadas de decisão tendem a obter um maior êxito em suas ações. A pesquisa possui grande relevância no que diz respeito ao conhecimento da imprescindibilidade de analisar os fatores existentes em uma organização, compreendendo a sua relação com sua estrutura interna e com o mercado o qual ela está inserida.

Palavras-chave: Planejamento Estratégico. Balanced Scorecard. Vestuário Feminino. Indicadores de desempenho. Gestão.

Abstract: The Balanced Scorecard is a management tool that allows managers of an organization the knowledge necessary for organizations to achieve excellence in their market through internal indicators, customers, financial and learning and growth. This qualitative and descriptive research aims to elaborate the Balanced Scorecard of a women's clothing store located in Zona da Mata Mineira. Through this study, it was observed that the company presents points that need improvement and that competitiveness is a predominant factor in this follow-up. The organizations that invest most in the development of their decision-making tend to be more successful in their actions. The research has great relevance with regard to the knowledge of the indispensability of analyzing the factors existing in an organization, understanding its relation with its internal structure and with the market to which it is inserted.

Keywords: Strategic Planning. Balanced Scorecard. Women's Clothing. Performance indicators. Management.

1. Introdução

Todas as organizações, consciente ou inconscientemente, possuem uma estratégia para crescerem e se manterem em seu mercado atuante. A estratégia consiste em um processo de tomada de decisões que envolve riscos, organização, mensuração de resultados e confronto. Uma empresa que não possui êxito em sua gestão estratégica pode vir a não sobreviver as ameaças do ambiente empresarial.

O ambiente empresarial encontra-se cada vez mais competitivo devida as inúmeras mudanças que vem ocorrendo ao redor do mundo no que diz respeito ao contexto político, social e econômico. Essa realidade faz com que as empresas busquem um modelo de gestão que auxilie no planejamento de suas ações futuras a partir da tradução da estratégia em objetivos, indicadores e metas. Ou seja, torna-se necessário que as organizações implementem medidas de desempenho que traduzam ativos intangíveis em ativos tangíveis mensuráveis, considerando todos os aspectos críticos da organização (FREIRE, 2008).

Diante deste cenário, de acordo com Freire (2008, p. 6), “o *Balanced Scorecard* surge como uma ferramenta que traduz a estratégia da organização, compreendendo aqui sua visão, missão, objetivos e fatores críticos de sucesso, para todos os níveis e áreas”. Esta ferramenta apresenta com clareza os objetivos da estratégias das organizações, para que seja definido as iniciativas estratégicas que devem ser executadas.

O principal objetivo do estudo apresentado é elaborar o *Balanced Scorecard* de uma loja de vestuário feminino localizada em um município da Zona da Mata Mineira. O *Balanced Scorecard* foi apresentado por Kotlan e Norton (1997), para estabelecer possíveis ações futuras baseando-se nos indicadores internos, clientes, financeiros e aprendizado e crescimento. A presente pesquisa assemelha-se com um estudo de caso. A primeira etapa para a sua promoção foi uma pesquisa bibliográfica baseada em artigos, dissertações e livros acerca do tema abordado. Após a realização da pesquisa bibliográfica, foi realizada pesquisa em campo, baseando-se nas quatro perspectivas do *Balanced scorecard*. A pesquisa *in loco* foi executada no mês de agosto de 2017 e a ferramenta utilizada para coleta de dados foi a entrevista.

2. Revisão de Literatura

2.1 Planejamento estratégico

A estratégia permite ao executivo a definição do momento exato para agir, tornando-se assim uma ferramenta importante para as empresas. A palavra estratégica tem origem grega e significa a arte de comandar uma tropa, pois segundo Terence (2002) a palavra era utilizada para traçar planos de guerra.

Além da capacidade de traçar estratégias, o mercado exige que as organizações planejem suas ações futuras. Sendo assim, o planejamento está cada vez mais presente dentro das organizações. Segundo Carvalho (2004), independentemente do tipo de organização, cabe ao administrador a função de

planejar. Para o autor, o planejamento é uma atividade clássica que deve ser bem desempenhada para a obtenção dos resultados esperados.

Dentre os diferentes tipos de planejamento, para uma melhor análise e compreensão do ambiente em que a organização está inserida, salienta-se o planejamento estratégico. O planejamento estratégico vem ganhando destaque dentro das organizações de diferentes tamanhos e áreas de atuação (ARAUJO; SILVA, 2016).

Para Terence (2002), o planejamento estratégico permite que a empresa analise e interaja com seu ambiente interno e externo da melhor forma, auxiliando os gestores, por meio do direcionamento dos recursos e ações da empresa, a alcançarem os seus objetivos.

Carvalho e Senna (2015), definem o planejamento sendo uma tomada antecipada de decisões. Ainda segundo os autores, o planejamento permite que a empresa enxergue sua realidade e os caminhos a serem seguidos de forma mais clara e objetiva, construindo o futuro desejado baseando-se em dados estudados no planejamento. Para Macêdo (2010):

As teorias do planejamento estratégico, ao longo do tempo, foram desenvolvidas e transformadas em ferramentas administrativas e econômicas, por pesquisadores e estudiosos, e construídas sob perspectivas e busca de soluções para o alcance de objetivos organizacionais estabelecidos por cada empresa, considerando à obtenção de resultados sustentáveis e competitivos, caracterizando o planejamento estratégico como uma metodologia para enfrentar desafios em ambientes de turbulência política, social e econômica que requeiram desenvolvimento de competências e culturas gerenciais capazes de traduzir o pensamento em ação estratégica.

De acordo com Kotler e Armstrong (1993), o objetivo do planejamento estratégico é desenvolver e monitorar objetivos da empresa, bem como sua potencialidade e mudanças diante às oportunidades de mercado.

2.2 Balanced Scorecard (BSC)

Para manter-se ativa, uma empresa precisa conciliar suas estratégias e capacidades aos sistemas de medição de desempenho, pois o sistema de indicadores permite uma definição e análise do comportamento das pessoas dentro e fora da empresa (SOARES, 2001). Uma ferramenta de medição de desempenho muito conhecida no planejamento estratégico é o *Balanced Scorecard*.

O *Balanced Scorecard*, figura 1, foi desenvolvido no ano de 1990, por meio de um estudo financiado pelo instituto Nolan Norton, que tinha como objetivo desenvolver um novo método de medição de desempenho (CASTRO; TAVARES, 2016). Kaplan e Norton (1997), não estavam satisfeitos com os métodos de medição de desempenho apoiados nos indicadores contábeis e financeiros, o que fez com que os mesmos financiassem o estudo que desenvolveu o BSC.

Figura 1 – Representação Balanced Scorecard



Fonte: Kállas (2003)

O surgimento do *Balanced Scorecard* serviu como auxílio para as empresas aliam informações históricas financeiras a medidas de desempenho futuras tanto para ativos tangíveis, como de intangíveis (FREIRE, 2008). Muitas empresas definem o BSC como um sistema de gestão estratégica (KAPLAN; NORTON, 1997). O BSC é uma ferramenta que possibilita aos gestores o conhecimento necessário para que os mesmos possam atingir a excelência empresarial (ANDRADE; SILVA, 2016). Kállas (2003), diz que o *Balanced Scorecard* tem como foco o processo de decisões, assim como a comunicação da estratégia e o seu retorno. Para Soares (2011):

O Balanced Scorecard foi criado com a finalidade de desenvolver um novo grupo de medidas de desempenho, a partir da crença de que a gestão baseada somente nas medidas financeiras estava se tornando obsoleta e que a dependência destas medidas estava prejudicando a capacidade da empresa de criar valor econômico futuro.

Além do processo de tomada de decisão, o *balanced scorecard* também abrange a comunicação da estratégia e o *feedback* do seu cumprimento (KÁLLAS, 2003). Kaplan e Norton (1997) dividem o BSC em quatro perspectivas: financeira, clientes, processos internos, aprendizado/crescimento funcional. A primeira etapa do desenvolvimento dessa perspectiva é a identificação das medidas financeiras adequadas a sua estratégia. Os autores ainda afirmam que a perspectiva financeira é utilizada como foco para as outras perspectivas BSC, e que ela representa o lucro gerado pelo capital investido, demonstrando a meta da empresa a longo prazo. A perspectiva financeira está relacionada à lucratividade, crescimento de vendas e volume de negócios. Essa perspectiva analisa as estratégias empresariais desde a implementação até a execução. Ela demonstra os resultados obtidos a partir das outras perspectivas, objetivando a criação de valor (POVOA et al., 2013).

Para a perspectiva de clientes, percebe-se como referência a satisfação do cliente e sua participação nos processos. Ela identifica o nicho de mercado que empresa deseja atuar, bem como o público alvo que anseia atingir, demonstrando sua

proposta de valor aos clientes, após ter definido formas de retenção dos mesmos (ANDRADE; SILVA, 2016). Soares (2011), exprimi que os clientes precisam ter suas necessidades satisfeitas para sua retenção e captação ser garantida.

Na perspectiva de processos internos busca-se a identificação de pontos relevantes que precisam ser aperfeiçoados dentro da organização. Nessa, a empresa identifica as atividades necessárias para garantir a satisfação dos clientes frente ao mercado. No indicador dos processos internos, deve-se incluir o levantamento dos recursos e capacidades necessárias para elevar o nível da qualidade interna (KÁLLAS, 2003). De acordo com Freire (2008), a perspectiva de processos internos indica quais sistemas precisam ser aperfeiçoados para atingir os objetivos traçados nas perspectivas de clientes e financeira.

Perspectiva de aprendizagem e crescimento consiste na identificação da infraestrutura necessária para a realização dos objetivos traçados nas demais perspectivas. O objetivo da perspectiva de aprendizagem e crescimento engloba desde o desenvolvimento de competências, a motivação dos funcionários até o clima organizacional (CASTRO; TAVARES, 2016). Os autores ainda mencionam que esses afetam de forma positiva a qualidades dos serviços prestados e no dimensionamento e alocação dos recursos humanos.

3 Resultados e discussões

A empresa X (nome fictício) está localizada no centro comercial de um município da Zona da Mata Mineira, dispendo de uma ótima localização para um público diversificado. O ramo de vestuário local é bastante concorrido. A empresa oferta roupas femininas, atendendo do público infantil ao adulto. Seu produto que possui maior demanda é o de vestuário esportivo.

A empresa X não fabrica seus produtos. Por tratar-se de um canal de vendas, a loja trabalha com três diferentes fornecedores. Ao visitar a dita loja, constatou-se que a mesma precisa de um direcionamento de mercado, visto que a gestora não possui um conhecimento de gestão estratégica.

Foi realizado uma pesquisa com o uso de formulário para entrevista para a análise de dados. As tabelas a seguir foram extraídas a partir dos dados coletados na entrevista com a gestora da empresa. Os objetivos em questão e possíveis ações para alcançá-los, foram elaborados de acordo com as perspectivas do *balanced scorecard*:

Durante a entrevista com a gestora, relatou-se que a mesma almeja uma redução dos gastos relacionados à instalação da organização. A gestora ainda anseia uma maior obtenção de lucros. Para tanto, instrui-se um investimento em marketing – redes sociais –; e a realização de uma pesquisa para amplificação da rede de fornecedores, inovando seus preços e produtos.

Tabela 1 – Perspectiva financeira

Perspectiva Financeira	
Objetivos	Ações
Redução de custos	Procurar novos fornecedores;
Obtenção de maiores lucros	Investimento em marketing;

Inovação de produtos e serviços;

Fonte: Elaborado pelos autores

No que se diz respeito à perspectiva de clientes, busca-se a satisfação dos mesmos, seguida de sua fidelização. Para a obtenção da fidelização dos clientes, salienta-se a importância de promoções; atendimento personalizado; inovação na gama de produtos e serviços; a disponibilidade de cartão fidelidade e programas de vantagens voltados aos clientes. Orienta-se também a realizar pesquisas de satisfação para identificação de possíveis falhas e oportunidades (*feedback*).

Tabela 2 – Perspectiva dos clientes

Perspectiva dos Cliente	
Objetivos	Ações
Fidelização dos clientes	Inovação de serviços e produtos; Cartão fidelidade; Programas de vantagens para o cliente; Promoções;
Aumento da satisfação dos clientes	Realizar pesquisas de satisfação; Atendimento personalizado;

Fonte: Elaborado pelos autores

Em relação aos processos internos, recomenda-se a realização de um estudo para padronizar o tempo necessário que deve ser gasto na execução de cada atividade, assim como, a padronização dos processos, visando a redução de desperdícios. Outra medida mencionada é viabilizar o bem estar e a segurança dos colaboradores, os incentivando a trabalhar de forma segura e consciente. O colaborador é uma fator determinante no processo produtivo, sendo assim, torna-se necessário um investimento no capital humano para o aperfeiçoamento dos processos internos.

Tabela 3 – Perspectiva dos Processos Internos

Perspectiva dos Processos Internos	
Objetivo	Ações
Redução do tempo de atendimento	Determinar de tempo padrão para a atividade a partir da realização de um estudo
Manter os colaboradores	Viabilizar o bem estar e a segurança; Oferecer bônus de produtividade como incentivo; Promover cursos de capacitação
Manter a qualidade dos produtos e serviços oferecidos	Otimização dos processos; Reduzir erros e desperdícios

Reduzir erros e desperdícios

Padronização dos processos

Fonte: Elaborado pelos autores

Nos indicadores de aprendizado e crescimento, sugere-se aprofundar os conhecimentos relativos ao marketing, para um melhor conhecimento de mercado, a fim de abrir filiais e expandir a rede. Para satisfazer a necessidade de elevar a motivação dos colaboradores, deve-se bonificar os funcionários que atingirem suas metas e proporcioná-los maiores oportunidades de crescimento dentro da organização, tal como um maior conforto e segurança.

Quadro 4 – Perspectiva de Aprendizado e Crescimento

Perspectiva de Aprendizado e Crescimento

Objetivo	Ações
Expansão da rede	Abrir filiais; Aprofundar os conhecimentos relativos ao <i>marketing</i> ;
Elevar a motivação dos colaboradores	Bonificar os funcionários que atingirem suas metas; Proporcionar maiores oportunidades e segurança dentro do ambiente de trabalho

Fonte: Elaborado pelo autor

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa estudada conforme a perspectiva do BSC apresenta pontos que precisam de melhorias. Nota-se que há uma necessidade de um maior investimento financeiro nas perspectivas de processos internos e clientes, para que a organização alcance seus objetivos referentes a essas perspectivas. Referente às perspectivas financeiras e aprendizado e crescimento, constatou-se a necessidade de um maior controle de suas finanças e a falta de investimento em *marketing*.

Por meio deste estudo, observou-se que a empresa apresenta pontos que precisam de melhorias e que a competitividade é um fator predominante no seguimento de vestuário. Com isso, as organizações que mais investem no desenvolvimento de suas tomadas de decisão tendem a obter um maior êxito em suas ações. A pesquisa possui grande relevância no que diz respeito ao conhecimento da imprescindibilidade de analisar os fatores existentes em uma organização, compreendendo a sua relação com sua estrutura interna e com o mercado o qual ela está inserida.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, B. A. S.; SILVA, A. L. G. **Análise da utilização do planejamento estratégico como vantagem competitiva no mercado: um estudo de caso**

nas empresas do polo de confecções de Caruaru por meio de *Balanced Scorecard*. ENEGEP, João Pessoa, Brasil, out. 2016.

ARAUJO, G. F.; SILVA, A. B. **Aplicação do planejamento estratégico a partir da análise SWOT: um estudo de casa em uma empresa farmacêutica em Natal/RN.** ENEGEO, João Pessoa, Brasil, out. 2016.

CANTIDIO, S. Engenheiro de Desenvolvimento de produto e processos, melhorias de Produtividade, Ferramentas da Qualidade e Produção Enxuta, 2009. Disponível em: < <https://sandrocan.wordpress.com/tag/ciclopdc> > 2009. Acesso em 09 de Março de 2018.

CARVALHO, C. P.; SENNA, N. N. B. **Planejamento estratégico: estudo de caso no mercado de farmácia de manipulação.** ENEGEP, Fortaleza, out. 2015.

CARVALHO, F. **Práticas de Planejamento Estratégico e sua aplicação em organizações do terceiro setor.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CASTRO, B. D.; TAVARES, M. N. R. **Proposta de indicadores de desempenho utilizando o *Balanced Scorecard*: o caso de uma academia de ginástica.** ENEGEP, João Pessoa, out. 2016.

FREIRE, S. S. **Proposta de elaboração do *balanced scorecard* no banco geração futuro de investimentos.** 2008. 75 f. Monografia (Especialização) - Curso de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

KÁLLAS, D. ***Balanced Scorecard*: Aplicação e impactos. Um estudo com jogos de empresas.** Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. A estratégia em ação: *Balanced Scorecard*. Tradução: Luiz Euclides Trindade Frazão Filho. 21. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. (1993). *Princípios de marketing*. Rio de Janeiro, Prentice-Hall do Brasil.

MACÊDO, S. A. S. **Planejamento e gestão estratégica: um estudo sobre adoção e práticas em indústrias do Rio Grande do Norte.** Dissertação (Mestrado em área de concentração Estratégias e Competitividade) – Programa em pós-graduação em administração, Universidade Potiguar, Natal, 2010.

POVOA, B. B.; PINHEIRO, R. R. S.; BIANCHI, R. F. **O *balanced scorecard* como ferramenta de planejamento estratégico aplicado à área de logística inbound de uma empresa de grande porte no setor de papel e celulose.** ENEGEP, Salvador, out. 2013.

SOARES, C. R. D. **Desenvolvimento de uma sistemática de elaboração do *balanced scorecard* para pequenas empresas.** 2001. 132 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

TERENCE, A. C. F. **Planejamento estratégico como ferramenta de competitividade na pequena empresa: Desenvolvimento e avaliação de um roteiro prático para o processo de elaboração do planejamento.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2002.

ANÁLISE DE CRÉDITO: Um estudo sobre a análise e avaliação subjetiva na concessão do Crédito sob a ótica dos Riscos

Luana Oliveira Silvano

Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduada em Administração.

José Mauro Braga

Doutor em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

RESUMO: Análises de riscos de crédito são utilizadas como cobertura para que interessados tais como fontes de financiamentos, sejam capazes de avaliar o risco de um possível default envolvido nas operações financeiras de crédito. Este trabalho então abordou os riscos, como esses podem influenciar o risco de crédito assim como o modelo de análise subjetiva, o Sistema especialista 6 "C" do crédito. Sua consideração é devido à importância de se conhecer os riscos incorridos no momento de uma concessão para que seja possível realizar operações de crédito estruturadas e seguras e que através dela haja o equilíbrio econômico-financeiro que lhe compete já que o crédito é um agente de grande importância na economia.

Palavras chaves: Análise de Crédito. Contabilidade. Avaliação de Risco de Crédito. C's do Crédito, Economia

ABSTRACT

Analysis of credit risks are used as cover for stakeholders such as funding sources, are able to assess the risk of a default involved in the financial operations of credit that is one of the agents of great importance and benefit to the whole economy. This research then will discuss the risks and how they may influence the credit risk as well as the method of qualitative analysis of credit with an emphasis on subjective analysis using the method of analysis known as "C" credit. into consideration to the necessity of knowing the risks at the time of

concession credit for structured operations in order to maintain the quality of all economic and financial agents of the economy.

Introdução

Neste ano de 2012, buscando controlar a inflação e aquecer a economia, o Copom, em meio à crise global, reduziu a Selic. A fim de que os juros diretos ao consumidor também se reduzissem, a então Presidente Dilma Rousseff lançou um chamado à redução de taxa que a iniciar pelos bancos públicos, levou também os bancos privados a estabelecerem a mesma política. Esse cenário macroeconômico de mudança estrutural da economia afetou diretamente o comportamento do spread bancário no País.

Sob uma ótica simplista de que a principal rentabilidade de um banco vem da intermediação cujo norteador é a taxa de juros, quanto menor o juro, menor o spread. Neste contexto econômico, os lucros das fontes de financiamento tornaram-se menores.

Com uma rentabilidade reduzida nas carteiras de títulos com a queda da Selic, no spread médio e no ritmo do crescimento das carteiras de crédito devido à alta inadimplência fez-se necessário uma mensuração mais eficiente dos riscos incorridos em cada operação, assim como uma melhor seleção dos clientes para as carteiras, já que se faz necessária uma inadimplência ainda mais reduzida se comparada à redução dos spreads. Vimos então à receita dos bancos reduzirem-se justamente em um momento de cobertura de seus PDDs.

Ameaças como essas por vezes fragilizam a iniciativa dos investidores, reduzem o consumo e enfraquecem a pontualidade do crédito. Para que uma Instituição se sustente sob vantagem competitiva e proteja-se de ameaças como essa é preciso que sua gestão esteja orientada para o acompanhamento do mercado, de forma a se beneficiar das oportunidades assim como se defender de eventuais ameaças.

Uma crise relacionada à concessão de crédito pode gerar influências negativas como foi, por exemplo, a crise do Subprime nos Estados Unidos no ano de 2007. Uma verdadeira reação em cadeia. Problemas de liquidez, desestabilização do mercado, tudo originado de má gestão de risco de crédito.

Daí então a importância das análises de riscos, pois através da mesma, as fontes de financiamentos tornam-se capazes de gerar fortalezas e estarem aptas a avaliar o custo de oportunidade envolvido nas operações financeiras de crédito.

Segundo JORION (2000) “um sistema ideal de gerenciamento de risco deveria ser capaz de propiciar uma visão completa dos riscos gerais da firma”, baseada neste pensamento, o principal foco deste trabalho é fazer conhecidos os riscos que influenciam a condição econômico-financeira da empresa; a forma como esses podem influenciar o risco de crédito e na capacidade da mesma honrar seus compromissos.

Este trabalho então abordará os riscos, como eles podem influenciar o risco de crédito e fará uma observação sobre o comportamento dos gestores de carteira na concessão do crédito no momento do diagnóstico de mensuração do risco de crédito de portfólio utilizando como norteador o método de análise conhecido como C`'s do crédito.

Uma economia dinâmica é aquela em que os elementos como produção, distribuição e consumo estão alinhados a fim de que a economia obtenha uma estabilidade e que a riqueza de um país seja equitativa.

Políticas econômicas auxiliam e impactam diretamente nas decisões e no comportamento dos participantes da economia, que são trabalhadores, pequenas ou grandes empresas, consumidores, investidores, que representando pequenas unidades dessa economia, são influenciados em onde e como investir.

Esse investimento representa a melhoria da capacidade produtiva e tecnológica de um país, que trás receita, riqueza, crescimento econômico e o desenvolvimento da sociedade.

É bem certo que nem sempre, o dono da força de trabalho e do conhecimento tecnológico é o possuidor do recurso financeiro e é neste momento que o crédito exerce fundamental importância. A concessão do poder de compra dos agentes superavitários para os agentes deficitários. Quem possui recurso financeiro emprestando para quem não possui.

Segundo Saddi apud Securato, crédito é “O resultado da poupança feita por alguns, que transferem a outros, permitindo-lhes poder de compra atual e satisfazer suas necessidades de consumo”

Novas políticas econômicas e tributárias têm auxiliado a novas empresas a migração da informalidade para a formalidade e isso é retrato da importância que as políticas praticadas atualmente têm dado ao empreendedorismo. Isso se dá pela sua reconhecida capacidade de aquecimento da economia, geração de emprego e renda do empreendedorismo.

Cabe ao crédito a honrada atribuição de ser a engrenagem que possibilita a dinâmica da economia, financiando os projetos das unidades participantes da mesma.

Surge então, neste novo cenário a urgência por parte das instituições financeiras de adequarem suas análises a fim de suprir a necessidades de conceder o crédito com qualidade, reduzindo seus riscos, sobretudo em caso de novos Empreendimentos.

Segundo Duarte Jr e Varga, Gyorgy, "O sucesso de qualquer organização, independente de seu tamanho, natureza ou área de atuação, depende em grande medida da capacidade de prever os eventos futuros"

Este trabalho justifica-se pela necessidade de conhecer os riscos incorridos no momento da concessão de crédito para a realização de operações estruturadas a fim de manter a qualidade econômico-financeira de todos os agentes da economia.

Com base no exposto, o presente estudo pretende avaliar qual a ênfase dada pelos concessionários de crédito a cada um dos “C” do crédito, fazendo, sobretudo conhecida a importância de uma boa análise de crédito para a sua concessão. Este estudo propõe responder a seguinte questão problema: *Quais aspectos são considerados mais relevantes para gestores de carteira no momento da concessão de crédito?*

2. DEFINIÇÃO DE RISCO E SEUS TIPOS

Os Riscos financeiros podem ser subdivididos como de mercado, risco de crédito, risco de liquidez, risco operacional, risco jurídico e regulatório. Cada um deles pode interagir entre si e determinar diferenças de desempenho financeiro.

DUARTE JR E VARGA, GYORGY afirma que diferenciar em determinada situação qual é o risco incorrido não se trata de uma tarefa simplista.

Conforme trata MATIAS (2009) influências de inúmeros fatores internos e externos determinam o desempenho de uma empresa, sejam decisões administrativas, de marketing ou questões externas como risco de mercado por exemplo. Sendo então de responsabilidade do analisador buscar entender os fatores e correlações; quais deles foram decisivos para o desempenho do negócio e como o mesmo reagiu diante destes fatores.

Novamente Securato (2007) elucida sobre o assunto:

“o grau de risco é uma qualificação atribuída em função de indicadores financeiros combinados a informações de caráter qualitativo, que indica que severidade o cliente deverá ser tratado, tanto no momento do estabelecimento dos limites de crédito ou de aprovação de uma operação específica quanto no posterior gerenciamento do risco”
(SECURATO, 2007, p.183).

Risco de Mercado

Risco de Mercado é a incerteza oriunda das mudanças do valor do ativo e passivo de uma empresa devido a flutuações de mercado, vindas das alterações em taxas de juros, cambio, ações e commodities.

Conforme DUARTE, o importante é identificar e quantificar o mais corretamente possível as volatilidades e correlações dos fatores que impactam a dinâmica do preço do ativo.

Métodos de marcação a mercado (Mark-to-Market) são utilizados para atualizar o valor do ativo e passivo de uma empresa.

Risco de Mercado em Condições Inflacionárias

SECURATO (2007) descreve a inflação como sendo um processo contínuo e persistente de elevação de preços que acarreta redução no poder aquisitivo da moeda. Dessa forma, consideramos que em uma economia cuja moeda esteja sofrendo flutuações devido a um processo inflacionário podem gerar distorções no valor dos ativos das empresas nelas inseridas, alterações nos índices de preços e outros índices que influenciem nos custos da empresa.

Deduzimos assim, que uma unidade monetária hoje pode ter um valor distinto da que irá ter no amanhã. Considera-se então, importante a correção monetária nas contas de seus demonstrativos financeiros a fim de atualizar seus valores para que os mesmos relatem a real condição da empresa. Assim é possível realizar a manutenção do equilíbrio econômico financeiro das mesmas.

Risco de liquidez

Conforme Oliveira (2004) O risco de liquidez é entendido como a incapacidade de honrar seus compromissos no dia do vencimento devido ao descasamento entre as captações e aplicações em função de uma atividade insuficiente do mercado assim como pela dificuldade de converter seu ativo em meio de troca, forçando algumas vezes na liquidação antecipada de contratos, gerando assim perdas.

Alguns autores, consideram este risco como sendo um sub-área do risco de mercado.

Risco Operacional

Segundo FORTUNA (2005) risco operacional é aquele que advém da possibilidade de perdas originada de falhas na estrutura organizacional, sejam em nível de sistema, procedimentos, recursos humanos e recursos de tecnológica, ou pela perda dos valores éticos e corporativo que unem os diferentes elementos dessa estrutura.

Lunkes (2010) argumenta que uma das ferramentas de grande importância para a identificação e avaliação de riscos operacionais é um bom sistema de controle de processo. Segundo ele, riscos operacionais mal gerenciados podem acarretar severas conseqüências, e conseqüentemente, redução do valor do ativo da empresa.

Crouhy (2004) divide o risco operacional em Risco de falha operacional e risco operacional estratégico:

Risco de falha operacional – é uma decorrência do potencial para falhas no curso da operação da empresa. São as falhas imprevisíveis, que estão dentro da propensão de falhas previstas pela empresa.

Risco operacional estratégico – decorre de fatores ambientais, como concorrentes que cause mudança de paradigma nos negócios, uma mudança no regime político e regulador, ou riscos ambientais, tais como terremotos e outros fatores do gênero. Fatores de incertezas oriundos de reengenharia de uma linha de negócios existentes.

Risco Jurídico ou Risco Legal

Segundo Fortuna (2005) o risco legal se estabelece quando ocorre negligência ou incompetência da instituição em fazer cumprir determinações legais impostas a atividade operacional ativa ou passiva ou por quebras de contratos e suas conseqüências.

Neste trabalho trataremos de forma independente o risco ambiental.

Risco Ambiental

Houve um tempo em que o preço era basicamente o critério que estabelecia o grau de competitividade de uma organização. Passaram-se os anos e a qualidade tornou-se tendência. Tanto o preço e a qualidade tinham preferencialmente o foco no produto e no serviço.

Hoje a sociedade exige mais que isso para o seu bem estar. A Constituição Federal do Brasil é clara: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

O tripé da sustentabilidade, o TBL (Triple Bottom Line), norteia o conceito de finanças sustentáveis, Ele prega a excelência das atividades sobre a importância da continuidade dos negócios nas diretrizes dos elementos econômico-financeiros, os sociais e os ambientais integrados a fim de embasar as empresas em práticas sustentáveis.

Os concessionários do crédito devem utilizar-se do conceito de sustentabilidade juntamente com a análise econômico-financeira devido à influência que a mesma exerce sobre os demais riscos, tais como o de crédito, o Legal, assim como para a própria imagem do concessionário, obtendo reputação negativa, financiando negócios danosos.

No caso do Risco de Crédito, as operações podem-se tornar inadimplentes devido ao surgimento de danos ambientais que resultam em prejuízos a sua imagem e reputação, diminuindo assim a qualidade de seus

negócios e atividades, assim problemas de depreciação de garantias devido a punições legais e sanções administrativas.

Assim como o risco de crédito, o risco legal também sofre influência do risco ambiental, sobretudo para os concessionários de financiamento quando ocorrem danos operações de crédito. Existem legislações vigentes que devem ser analisadas a fim de que o concessor do crédito não seja responsabilizado em casos de negligência e imprudência o que poderá causar impacto negativo a imagem e reputação do mesmo.

Risco de Crédito

Para FORTUNA (2005) risco de crédito representa uma possível perda devido ao não pagamento de dívidas que qualquer contraparte tenha assumido com a instituição concessionária do crédito. Instituições financeiras se utilizam de ferramentas que sejam parâmetros para a concessão de crédito.

FERNANDES (2007) trata sobre a importância da análise de risco de uma forma ampla:

“Na avaliação de risco de um financiamento, não se analisa apenas o solicitante, mas também o objetivo do financiamento, o que é o projeto de investimento fixo. Além disso, a análise de demonstrações contábeis e das garantias reais fundamenta a decisão de crédito, sendo assim a análise do capital e do colateral complementa as avaliações dos outros parâmetros já citados.”

(FERNANDES, 2007, p.42).

Segundo Saunders (1999) existem três formas tradicionais de se avaliar o risco: sistemas especialistas, sistemas de rating e sistemas de escore de crédito. Conforme Glantz (2007), poucas metodologias funcionam melhor para proteger a integridade da exposição do crédito ao risco do que um bem

projetado e documentado sistema de classificação de risco. A grande maioria das instituições financeiras utiliza sistemas que as auxiliam nas classificações cuja divisão basicamente se divide em baixo risco, duvidosos e probabilidade de prejuízo.

OBSERVAÇÃO FINANCEIRA BÁSICA PARA ANÁLISE DE RISCO DE CRÉDITO

A escolha de várias metodologias e ferramentas de análise de risco é um instrumento de cobertura de grande importância. Mesmo que sejam metodologias distintas, as mesmas podem se complementar, o que auxilia na análise das variáveis no instante da análise decisória.

Jâbor (2006) disserta sobre processamento ou análise de crédito:

“consiste basicamente na análise individual de cada formador e/ou transação, sem ignorar os efeitos no nível do portfólio. É através dessa atividade que se abordam questões como as probabilidades individuais de inadimplência, limites de exposição para cada devedor, instrumentos de crédito mais adequados para cada caso, garantias, etc”

Índice:

Para GLANTZ (2007) Análises de índices auxiliam o credor a conhecer quais são os pontos fortes e os pontos fracos de uma empresa em termos financeiros assim como detectar sinais de alerta e irregularidades que podem comprometer o pagamento da dívida.

Estes podem dar pistas, não sinais diretos, mas ao ser revelado determinadas tendências é possível exercer esforços para melhorar operações fracas e maximizar as fortes.

Segundo SECURATO (2007) O índice de Liquidez é uma das técnicas utilizadas para avaliar a capacidade de solvência, eles podem ser:

- ✓ Liquidez Corrente,
- ✓ Liquidez Seca,
- ✓ Liquidez Imediata,
- ✓ Liquidez Geral.

Estes estabelecem relações entre valores do ativo e passivo. Conforme as seguintes fórmulas:

▪ **Índice de Liquidez Corrente:**

$$\frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}}$$

Este índice determina de quanto a empresa dispõe para honrar suas dívidas de curto prazo em momento específico. Quanto maior este índice melhor está a capacidade financeira da empresa.

▪ **Índice de Liquidez Seca:**

$$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Indica de quanto a empresa dispõe, após a exclusão dos estoques para cumprir suas obrigações em curto prazo.

- **Índice de Liquidez Imediata:**

Disponível

Passivo Circulante

Este índice demonstra quanto a empresa dispõe para honrar suas dívidas com recursos imediatos.

- **Índice de Liquidez Geral:**

Ativo circulante+Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

Análise Retrospectiva

Uma avaliação quantitativa retrospectiva, segundo SECURATO (2007) são realizadas a partir de análises de demonstrativos contábeis. As principais análises são as análises vertical, horizontal, de índices de parâmetros da empresa, análise de capital de giro e análise de fluxo de caixa.

- **Análise Vertical**

Compara cada uma das contas em relação ao grupo de contas, avaliando então, quando representa cada uma delas. No grupo de contas do ativo, é possível traçar uma estratégia de investimento, no passivo, estratégias de financiamento. No demonstrativo de resultado, os resultados gerenciais da empresa.

- **Análise Horizontal**

Comparam em séries históricas os saldos de cada conta podendo então avaliar as variações percentuais anuais e acumuladas.

- **Análise de Capital de Giro**

Trata-se da Análise das Contas do Ativo menos as contas do Passivo. Representa a liquidez da empresa.

- **Análise de Fluxo de Caixa**

O fluxo de caixa auxilia nas decisões gerenciais sobre os recursos mantidos em contas bancárias.

Segundo SANTOS (2001) “O fluxo de caixa é um instrumento de planejamento financeiro que tem por objetivo fornecer estimativas da situação de caixa da empresa em determinado período de tempo a frente”

Projeções Financeiras

MATIAS (2009) afirma que para a realização de uma análise prospectiva é necessário primeiramente, realizar uma análise retrospectiva, a fim de conhecer a empresa, seu negócio, tamanho, liquidez, rentabilidade entre outras

variáveis que demonstraria o desempenho, além das variáveis macroeconômicas e setoriais envolvidas no negócio.

Para MATIAS (2009) o desempenho financeiro de um negócio está diretamente relacionado aos fatores econômicos externos do mercado ao qual estão inseridas. As empresas não se encontram isoladas e por isso em todo tempo sofrem dos agentes externos impactos sobre sua receita, custos, tributação, encargos financeiros entre outros.

Conforme trata Matias (2009) é de grande importância a análise de setores, pois as atividades econômicas oriundas de setores retratam a evolução, tendências e forças atuantes neles mesmos, o que possibilita melhor planejamento, delineamento de estratégias e tomada de decisão.

Análise entre empresas podem ser utilizadas para realizar comparações de empresas de um mesmo setor a fim de conhecer quais os riscos que impactam este mesmo setor de atividade econômica, assim é possível as mudanças em determinadas margens de atividades influenciou o desempenho do negócio no passado e acima de tudo, o resultado da atividade no futuro.

3.6. Projeção

Segundo SECURATO (2007) as projeções financeiras têm o objetivo, além de outros, analisarem a capacidade de pagamento do capital de terceiros, bem como encargos. Securato assinalou este papel da projeção apresentado a seguinte afirmação:

“A projeção elaborada pelo credor é um instrumento utilizado por muitos bancos para verificar se a empresa cliente terá condições de pagar empréstimos de longo prazo, concedidos normalmente para investimentos, alongamento do perfil das dívidas ou investimento operacional em giro (IOG) de caráter permanente.”

Projeções dos demonstrativos financeiros podem ser realizadas em variáveis como Vendas, Custo das mercadorias (produtos) vendidas, Contas do capital de giro, Despesas administrativas, Ganhos e perdas de equivalência patrimonial, e Despesas financeiras.

Projeção de Novas Estratégias

Segundo MATIAS (2009) as projeções realizadas por analistas externos são baseadas em sondagens no mercado sobre notícias com relação à empresa ou setor, é necessário realizar uma previsão a partir desses dados e mensurar as alternativas que a empresa pode escolher para o próximo exercício.

ANÁLISE SUBJETIVA DO CRÉDITO

A análise subjetiva do crédito tem como base a experiência do analisador do crédito, o seu conhecimento técnico, seu bom senso e as informações do cliente que lhe possibilite analisar e fazer um diagnóstico onde serão analisadas as possibilidades do cliente honrar seu compromisso. A subjetividade é abordada neste estudo como a visão do analista sob as fortalezas e fragilidades financeiras do cliente.

SISTEMAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Sistemas de Credit Score

Segundo (LEWIS, 1992) Sistemas de Crédito Score são aqueles que através de pontuações oriundas de análises estatísticas atribuem variáveis que auxiliam na decisão do crédito. Tais análises são qualitativas são oriundas de variáveis como renda ou faturamento, sexo, idade ou tempo de constituição, entre outros.

O Credit Score não leva em consideração a correlação entre os riscos, somente a probabilidade de ocorrer ou não um default.

Sistemas de Rating

A partir de ferramentas apresentadas, o processo de rating corresponde à atribuição de um conceito organizado sob a forma escalar (MILONE; ANGELINI, 2004) (Alberto Matias pag 279)

Segundo Securato (2007):

Uma classificação de risco é uma opinião sobre a capacidade futura, a responsabilidade jurídica e a vontade de um devedor de efetuar, dentro do prazo, o pagamento de juros e principal das obrigações por ele contraídas. Essa classificação avalia a probabilidade de inadimplimento do devedor com base no histórico de inadimplência das empresas e no perfil destas, informações usualmente armazenadas pelas agências de rating.

Para a concessão de crédito, os tomadores são distribuídos com o chamado *rating* que se caracteriza por uma pontuação classificatória baseada em dados quantitativos e qualitativos que avalia qual a possibilidade do mesmo honrar seus compromissos.

Segundo Securato (2007), a resolução 2682 do Banco Central do Brasil estabeleceu que o PDD (Previsão de Devedores Duvidosos) deverá seguir os seguintes critérios:

Tabela 1

Percentuais a Provisionar Segundo a Classificação do Tomador	
Classificação do Crédito	Percentual a Provisionar
AA	0,00%
A	0,50%
B (Atraso entre 15 e 30 dias)	1,00%
C (Atraso entre 31 e 60 dias)	3,00%
D (Atraso entre 61 e 90 dias)	10,00%
E (Atraso entre 91 e 120 dias)	30,00%
F (Atraso entre 121 e 150 dias)	50,00%
G (Atraso entre 151 e 180 dias)	70,00%
H (Atraso de 180 dias)	100,00%

Sistemas Especialistas

Nesse sistema, parte do responsável pela operação, a decisão do crédito. Esta avaliação é subjetiva e a ponderação pode vir de diversos fatores que hoje são utilizados como base para qualquer modelo de gestão de riscos tais como Caráter, Capital, Capacidade, Colateral, Condições e Conglomerado. Securato (2007) tratou de cada um desses pontos, e os chamou de C's do crédito.

Os C's do Crédito

Segundo Gitman (1997:696) e Ross, Westerfield e Jordan (1998:372): "Os analistas de crédito utilizam, freqüentemente, informações relacionadas ao caráter, capacidade, capital, colateral e condições como importantes

condutores de valor, para a decisão de concessão ou não de propostas de crédito".

a. Caráter

Indica a intenção do que pleiteia o crédito em pagar. Esta análise é realizada com base em dados históricos de pontualidade e restritivos assim como informações cadastrais, restritivos ativos ou informações cadastrais junto a órgãos como SERASA e SCP (Serviço de Proteção ao Crédito) entre outros.

É considerado como o mais importante dos parâmetros realizados e na pesquisa metodológica realizada ele é o mais alto índice de escolha pelos analistas de crédito.

b. Condições

São os fatores externos de mercado que podem influenciar na capacidade de pagamento da empresa. Os riscos de mercado influenciam diretamente neste "C" por isso uma análise microeconômica e macroeconômica assim como informações do negócio são importantes para entender qual é a sensibilidade do negócio aos possíveis riscos de mercado.

c. Capacidade:

Trata-se da habilidade operacional da empresa a fim de realizar sua própria geração de recursos necessários para honrar seus compromissos.

d. Capital

É o recurso da própria empresa para honrar seus compromissos. Tais dados podem ser medidos nos relatórios contábeis como Balanço Financeiro e Declarações de Imposto de Renda.

e. Colateral

São as garantias que o solicitante do crédito pode apresentar para viabilizar a operação. Tais garantias podem ser Reais como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, caução de títulos, caução de direitos creditórios ou Fidejussórias, como aval ou fiança.

O objetivo da garantia é minimizar o prejuízo em caso não haja pagamento. Segundo Schrickel: “Sua importância é para atenuar o risco, é uma tentativa de diminuir a inadimplência.”

A garantia em uma operação de crédito pode gerar uma melhor recuperação de crédito em casos de inadimplência além de oferecer nesse caso subsídios em casos de Execução de bens.

f. Conglomerado

A análise do Conglomerado busca conhecer e analisar a situação econômico-financeira de todas as empresas e acionistas ligadas à empresa em questão. Este fator é muito importante e deve ser considerado já que empresas coligadas tentem a ter políticas e gerenciamento equivalentes o que leva a influenciar a fatores como o Caráter e a Capacidade.

6. CONCLUSÃO

Lunkes, (2010) trata o risco como sendo resultado de ações e decisões tomadas. Relaciona o risco a escolha, não o acaso. A partir deste pensamento, notamos que o risco passa por um processo decisório, que advém de um

sistema influenciado por inúmeros fatores, sejam pelo perfil do gestor ou por circunstâncias que este esteja inserido. De forma que é de fundamental importância que existam técnicas que auxiliem o gestor a subsidiar o seu processo decisório.

Neste estudo, podemos notar que em geral os analistas utilizam em grande parte de informações cadastrais a fim de qualificar seu cliente. Informações do mercado, informações interbancárias e histórico de relacionamento é que norteia o índice mais valorizado que é o Caráter do Cliente. Daí a importância de um cadastro bem feito, sistemas de informações eficazes e seguros.

Peter Drucker (1999) disserta a respeito das informações a fim de criar-se uma boa estratégia para a criação de riqueza de uma empresa:

“Um sistema de informações adequado precisa incluir informações que levem os executivos a questionar essa suposição. Elas devem levá-los a fazer as perguntas certas, não apenas lhes fornecer as informações que eles esperam. Isto pressupõe que os executivos sabem de quais informações necessitam e também que as obtenham regularmente. Finalmente, é preciso que eles integrem sistematicamente as informações às suas tomadas de decisões”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, A.M.J; PINHEIRO, F.A.P; JORDÃO, M.R.; BASTOS, N.T. **Gerenciamento de Riscos Corporativos: Classificação, Definições e Exemplos**. Disponível em: www.risktech.com.br/PDFs/gerisubb.pdf Acesso em 11 dezembro 2011

DUARTE, J.A.M. **Risco: Definições, Tipos, Medição e Recomendações para seu Gerenciamento**. Risktech - O portal Brasileiro em tecnologia em risco.

Disponível em: < <http://www.risktech.com.br/pdfs/risco.pdf>>. Acesso em 22 setembro 2011

FERNANDES, R. M. **Avaliação de Risco em financiamento de longo prazo**. Trabalho de Conclusão de Curso – UFRGS. Porto Alegre: 2007. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21966/000635653.pdf?sequence=1> Acesso em 06/06/2012.

FORTUNA, E. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços**. 16º edição – Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005. 727p

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra, 1997.

GLANTZ, MORTON.; Gerenciamento de riscos bancários: introdução a uma ampla engenharia de crédito. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 100p

JÂBOR, R.M. **Administração ativa de portfólio de crédito a Pessoa Jurídica: Uma revisão dos principais conceitos para uma implementação efetiva em bancos comerciais**. Disponível em < bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2034>. Acesso em 11 dezembro 2011

LUNKES, ROGÉRIO JOÃO. **Controle de gestão: estratégico, tático, operacional, interno e de risco**. São Paulo: Atlas, 2010. 109p.

MATIAS, A.B.; **Análise Financeira fundamentalista de empresas**. São Paulo: Atlas, 2009. 243p

MENDES, Joao Marcos. **Modelo de Previsão de Perdas por Risco Operacional Utilizando Séries Temporais**. Mestrado em Economia do Setor Publico – UnB. Brasília: 2006. Disponível em <http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=32143762> Acesso em 06/06/2012

OLIVEIRA, Adalberto J.F. de. **Método para avaliação de risco operacional em bancos**. Florianopolis, 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de

Produção) Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina. 2004. Disponível em <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEPS4416.pdf> Acesso em 06/06/2012

PAIS, J.F. **RISCO X RETORNO**. São Paulo:, 2007. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/.../FIN24_Finan%E7as_Comportamentais.PDF> Acesso em 01 jul. 2009.

SANTOS, Edno O. Administração Financeira da pequena e média empresa. São Paulo, 2001. 57p

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos**. São Paulo: Atlas, 1997

SCHROEDER, J.T.; SCHROEDER, I.; COSTA, R.P.; SHINODA, C. **O custo de Capital como taxa mínima de atratividade na avaliação de projetos de investimento**. Revista Gestão Industrial. Ano 02, v.1, nº2, p. 36-45, jan./jun., 2005.

SECURATO, J. R. **Crédito: Análise e Avaliação do Risco – Pessoas Físicas e Jurídicas**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2007. 127p.

LEWIS, E. **An Introduction to Credit scoring**. Fair Isaac: San Rafael, California. 1992.

NBR ISO 14001: **Sistemas de Gestão Ambiental: Especificação e Diretrizes para Uso**., ABNT,Rio de Janeiro, 1996.